

An architectural rendering of a park revitalization project. The scene is dominated by a large, dark brown wooden archway that frames a paved walkway. The walkway is wide and leads into the distance, where several people are walking. On either side of the walkway, there are landscaped areas with green grass, trees, and low concrete walls. To the left, there is a small, light blue building with a white roof. The sky is bright and clear, suggesting a sunny day. The overall atmosphere is one of a modern, well-maintained public space.

Cedel

Projeto de Revitalização



SÃO LUCAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS
ARQUITETURA E URBANISMO

DÉBORA ROBERTA DE SOUZA RIBEIRO

**PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CEDEL
DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO**

JI-PARANÁ
2019

DÉBORA ROBERTA DE SOUZA RIBEIRO

**PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CEDEL
DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário São Lucas, como requisito parcial para a Obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Mestre Vladimir José Chagas

JI-PARANÁ
2019

Ribeiro, Débora Roberta de Souza

Projeto de Revitalização para o CEDEL em Ji-Paraná/RO. /

Débora Roberta de Souza Ribeiro. – Ji-Paraná, 2019.

125 f.: il.

TCC (Graduação - Arquitetura e Urbanismo) Centro
Universitário São Lucas, 2019.

Orientador: Vladimir José Chagas.

. 1. Revitalização. 2. Parques Urbanos. 3. Natureza. 4. Lazer.
I. Chagas, Vladimir José. II. Título.

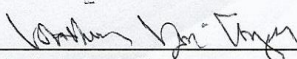
DÉBORA ROBERTA DE SOUZA RIBEIRO

**PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO CEDEL
DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO**

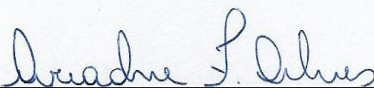
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Arquitetura e
Urbanismo, do Centro Universitário São
Lucas, como requisito parcial para a
Obtenção do grau de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Mestre Vladimir José
Chagas

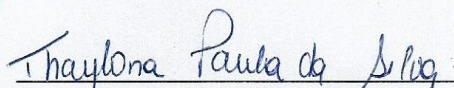
Data da Apresentação: 14/06/2019



1.o Vladimir José Chagas – Mestre – Centro Universitário São Lucas



2.o Ariadne Fernandes Alves – Especialista – Centro Universitário São
Lucas



3.o Thaylana Paula da Silva – Especialista - Farol

Dedico este trabalho a minha mãe Sandra e aos meus irmãos Nídia e João Gabriel que sempre me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é a concretização de um sonho que só foi possível graças à colaboração, disponibilidade, apoio e incentivo de um conjunto de pessoas que tiveram um papel decisivo para a sua conclusão. Por isso, aproveitando esse momento gostaria de expressar os meus puros e sinceros agradecimentos:

Primeiramente a Deus por ter me dado saúde e fé para conseguir chegar até aqui.

A minha mãe Sandra Regina que foi a minha base de sustentação e inspiração e que sempre fez todos os esforços possíveis para ver o crescimento e sucesso dos filhos.

A minha amada filha Júlia Ribeiro, pela compreensão e apoio nos momentos difíceis de ausência e dedicação aos estudos.

Em especial, aos meus tios Antônio Bianco Filho e Maria Aparecida de Souza Bianco, que me inspiraram ao longo da vida com todo o carinho, amor e exemplo.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado me dando força, alegria e incentivo.

Ao meu orientador, Vladimir José Chagas, pela sábia orientação e disponibilidade permanente relevando igualmente a motivação e o apoio que me concedeu durante o desenvolvimento da presente pesquisa, acedendo a uma relação de confiança absoluta estabelecida através do trabalho, e também pela compreensão e disposição em acompanhar e contribuir para os resultados alcançados.

A professora e amiga, Hariane Helena Teles, por não me deixar desistir, por ser o ombro amigo, que sempre despida de julgamentos esteve presente nesta jornada, chorando e sorrindo juntas.

A todos que, perto ou longe, torceram por mim!

"Ninguém é digno do oásis se não aprender a atravessar seus desertos." (Augusto Cury)

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma análise sobre o Centro Desportivo CEDEL no município de Ji-Paraná – RO, como espaço de prática de atividades físicas, lazer e convívio social. Os espaços públicos de lazer, como o CEDEL, são fundamentais para a qualidade de vida de uma cidade, pois permitem inter-relações entre as pessoas, consequentemente entre moradores do bairro e visitantes. O objetivo deste trabalho, foi identificar os fatores sociais, físicos e ambientais do CEDEL de Ji-Paraná – RO, que o tornam mais atrativo para a atividade física. A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, levantamento fotográfico, observação livre e entrevistas. Constatou-se que o contato com a natureza e a proximidade de um parque, ao local de moradia dos usuários, são os principais fatores que incentivam uma utilização frequente para a atividade física e o lazer. Os dados preliminares apontam para alguns problemas, cujos não impedem que as pessoas usufruam desse espaço, mas se fossem readequados implicariam na melhora sobremaneira de sua visitação e utilização deste equipamento público. Dentre as funções dos parques urbanos, além do lazer, outras funções socioambientais relevantes são desempenhadas, destacando-se a psicológica, a reconstrução da tranquilidade, a recomposição do temperamento, como atenuante de ruídos e condicionador do microclima, impondo a sua inclusão no planejamento e nas políticas públicas das cidades. Assim, uma proposta de revitalização, juntamente com o planejamento adequado, atendendo a Norma Técnica NBR 9050 e a conservação do CEDEL se revelam como significativa estratégia para uma política efetiva do projeto urbano.

Palavras-chave: Revitalização. Parques Urbanos. Natureza. Lazer.

ABSTRACT

This research presents an analysis of the CEDEL Sports Centre in the city of Ji-Paraná-RO, as a space of practice of physical activities, recreation and social conviviality. The public spaces of leisure, such as CEDEL, are fundamental to the quality of life of a city, because they allow interrelationships between people, consequently between residents of the neighborhood and visitors. The objective of this work was to identify the social, physical and environmental factors of CEDEL of Ji-Paraná-RO, which make it more attractive for physical activity. The qualitative research was conducted through literature review, photographic survey, free observation and interviews. It was found that the contact with nature and the proximity of a park, the abode of the users, are the main factors that encourage repeated use for physical activity and recreation. The preliminary data point to some problems, which do not prevent people from benefitting from this space, but if they were readequados would imply improving greatly of your visitation and use of public equipment. One of the functions of urban parks, in addition to the leisure, other relevant social and environmental functions are performed, including the psychological reconstruction of the redialling of the mood as mitigation of noise and conditioner microclimate, imposing your inclusion in planning and public policy. Thus, a proposal for revitalization, the fitness for NBR 9050 along with proper planning and conservation of CEDEL reveal them selves as a significant strategy for an effective policy of urban design.

Keywords: Revitalization. Urban Parks. Nature. Leisure.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O Papel da Praça Pública	24
Figura 2 - QUADRO: Plano Diretor do Município de Ji-Paraná/RO, Parte A	29
Figura 4 - QUADRO: Plano Diretor do Município de Ji-Paraná/RO, Parte C	30
Figura 5 - QUADRO: Código de Posturas do Município	31
Figura 6 - QUADRO: Constituição Estadual	31
Figura 7 - Lei Sobre Normas, Acessibilidade, Mobiliário Urbano e Sinalização	32
Figura 8 - Baneiro PNE conforme NBR9050	36
Figura 9 - Mobiliário Urbano conforme a NBR9050	38
Figura 10 - Telhado Verde Praça Espana	53
Figura 11 - Vista do Chafariz .	53
Figura 12 - Vista Aérea	53
Figura 13 - Piazza Fontana	54
Figura 14 - Piazza Fontana Vegetação	54
Figura 15 - Piazza Fontana Tratamento de Superfície	55
Figura 16 - Piazza Fontana Forma de Implantação	55
Figura 17 - Piazza Fontana Espelhp D'água e Fonte	55
Figura 18 - Nessie Vista do Mobiliário	56
Figura 19 - Mobiliário Nessie	56
Figura 20 - Planta Mobiliário Nessie	57
Figura 21 - Central Park - Nova York	57
Figura 22 - Central Park - Nova York	58
Figura 23 - High Line	58
Figura 24 - Vista Linha Férrea .	59
Figura 25 - High Line	59
Figura 26 - Um dos Trechos da High Line	60
Figura 27 - Praça Victor Civitá SP Implantação .	61
Figura 28 - Praça Victor Civitá SP Vista do Lago.	61
Figura 29 - Praça Alberto Solimões - Planta	62
Figura 30 - Praça Alberto Solimões - Corte	63
Figura 31 - Praça Alberto Solimões - Corte	63
Figura 32 - Parque da Juventude - Carandiru - Croqui	64
Figura 33 - Parque da Juventude - Carandiru - Implantação .	64

Figura 34 - Parque da Juventude - Carandiru - Alamedas	64
Figura 35 - Parque da Juventude - Carandiru - Praça .	65
Figura 36 - Projeto Parque Central e Sul Águas Claras DF	65
Figura 37 - Projeto Parque Central e Sul Águas Claras DF	.66
Figura 38 - Projeto Parque Central e Sul Águas Claras DF.	66
Figura 39 - Projeto Parque Central e Sul Águas Claras DF	.67
Figura 40 - Projeto Parque Central e Sul Águas Claras DF	67
Figura 41 - Projeto Parque Central e Sul Águas Claras DF	67
Figura 42 - QUADRO: Destaque das Referências Internacionais	68
Figura 43 - QUADRO: Destaque das Referências Nacionais	.68
Figura 44 - QUADRO:Resumo das Obras Internacionais	69
Figura 45 - QUADRO: Resumo das Obras Nacionais	70
Figura 46 - Fluxograma de Delimitação do Programa de Necessidades	71
Figura 47 - QUADRO: Interesses do Programa de Necessidades	71
Figura 48 - QUADRO: Resumo do Programa de Necessidades	.72
Figura 49 - Mapa de Zoneamento dos Setores	73
Figura 50 - Volumetria das Instalações e Equipamentos	73
Figura 51 - QUADRO: Estudo de Massas	74
Figura 52 - Implantação dos Equipamentos com Nome dos Ambientes	74
Figura 53 - Fluxograma Programa de Necessidades	75
Figura 54 - Imagem Município de Ji-Paraná- RO, Área Rural	76
Figura 55 - Imagem do Município de Ji-Paraná - RO, Área Urbana	76
Figura 56 - Mapa de Zoneamento do Município de Ji-Paraná - RO	77
Figura 57 - Localização e Setor Bairro Cafezinho	77
Figura 58 - Imagem Quadra Cedel.	78
Figura 59 - Mapa Município de Ji-Paraná - RO	78
Figura 60 - Lote do Cedel e Medidas do Terreno	79
Figura 61 - Imagem Cedel	79
Figura 62 - Imagem Cedel .	79
Figura 63 - Ideia Oásis	80
Figura 64 - Motivacional	81
Figura 65 - Linha de Árvores na Incidência Solar	82
Figura 66 - Mobiliário Urbano Ecológico	83
Figura 67 - Mobiliário Urbano Ecológico	83

Figura 68 - Academia da Terceira Idade	.83
Figura 69 - Banheiros Ecotransportáveis	84
Figura 70 - Banheiros Ecotransportáveis	84
Figura 71 - Banheiros Ecotransportáveis .	84
Figura 72 - Banheiros Ecotransportáveis	.84
Figura 73 - Parede de Escaladas	85
Figura 74 - Parede de Escaladas .	85
Figura 75 - Playground Ecológico	85
Figura 76 - Playground Ecológico	.85
Figura 77 - Playground Inclusivo	86
Figura 78 - Playground Inclusivo	.86
Figura 79 - Equipamento Inclusivo para Parques	86
Figura 80 - Pista de Caminhada Emborrachada	87
Figura 81 - Piso Permeável, Drenante e Bloco Intertravado	87
Figura 82 - Piso Tátil .	88
Figura 83 - Aplicação de Diferentes Tipos de Pisos.	.88
Figura 84 - Tijolo Solo-Cimento .	89
Figura 85 - Telha Ecológica	89
Figura 86 - Postes com Placa de Energia Solar	90
Figura 87 - Postes com Placa de Energia Solar	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REFERENCIAL TEÓRICO	16
1.1 História E Evolução Sobre As Práticas De Lazer E A Socialização Na Cidade	16
1.1.1 Histórico Internacional	19
1.1.2 Histórico Nacional	21
1.2 Legislação	27
1.2.1 Municipal..	28
1.2.2 Estadual.	31
1.2.3 Federal	33
1.2.4 Normas Técnicas	37
1.3 Aspectos Teóricos	40
1.3.1 Opiniões de Autores Internacionais	40
1.3.2 Opiniões de Autores Nacionais	41
2 TIPOLOGIA	45
2.1 Famílias	45
2.2 Tipos	46
2.2.1 Áreas Verdes Urbanas	46
2.2.2 Revitalização De Praças	46
2.2.3 Revitalização De Patrimônio Histórico	46
2.2.4 Espaços Livres E Verdes Urbanos	47
2.2.5 Revitalização De Parques	47
2.3 Tipo Escolhido	47
2.3.1 Revitalização De Parques	48
3 METODOLOGIA	49
3.1 Pesquisa	49
3.2 Método	50
3.3 Procedimento	51
4 REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS	52
4.1 Obras Internacionais	52
4.1.1 Praça De Espana - A Mais Popular De Tenerife	52
4.1.2 Piazza Fontana A Quinto de Stampi	54

4.1.3	Nessie	56
4.1.4	Central Park - Nova York	57
4.1.5	High Line de Nova York	58
4.2	Obras Nacionais	60
4.2.1	Praça Victor Civita - São Paulo- SP	60
4.2.2	Parque Alberto Solimões	62
4.2.3	Parque da Juventude - Carandiru	63
4.2.4	Parque Centras e Sul das Águas Claras - DF	65
4.3	Análise das Referências	68
5	PROGRAMA DE NECESSIDADES	69
5.1	Quadro Resumo.	.69
5.2	Delimitando o Programa de Necessidades	71
5.3	Programa de Necessidades	72
5.4	Estudo das Massas	73
5.5	Fluxograma	75
6	ESTUDO DE CASO DE SÍTIO	76
6.1	Imagens .	77
6.2	Localização e Acessos	78
6.3	Lote .	78
7	CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO	80
7.1	Conceito	80
7.2	Partido Arquitetônico	81
7.2.1	Sustentabilidade	82
7.2.2	Conforto Ambiental	82
7.2.3	Materiais e Especificações	83
7.2.4	Acessibilidade	90
8	CONCLUSÃO	91
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE A — VPP	100
	APÊNDICE B — PESQUISA DE CAMPO	123
	ANEXOS	125

INTRODUÇÃO

Na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, pensamos em inúmeros temas envolvendo a arquitetura como área de atuação profissional. Porém, com o desenvolver do conteúdo das disciplinas, percebemos a importância da revitalização urbana das áreas envoltas das cidades, em especial a cidade de Ji-Paraná. A identificação com este tema deu-se, principalmente, pelo prazer de passear pelo Cedel, usufruindo de sua estrutura e observando, com olhar crítico de um estudante de arquitetura, suas deficiências estruturais e sociais, surgindo o interesse de fazer uma proposta de revitalização, para trazer melhorias para o local, a fim de promover uma vida mais ativa aos seus usuários.

Pretende-se, assim, responder a seguinte questão: Como readequar as dificuldades encontradas pelos usuários do CEDEL, no que tange aos equipamentos públicos, acessibilidade e infraestrutura nele ofertados, utilizando o CEDEL como uma via de direcionamento à revitalização social dessa comunidade?

No decorrer das pesquisas efetuadas, percebeu-se o potencial diversificado encontrado no CEDEL de Ji-Paraná - RO, não somente quanto ao prazer da população em utilizar as instalações do mesmo, mas principalmente na possibilidade do desenvolvimento de um projeto urbano de revitalização de parque com uma infraestrutura que possibilite aos usuários que suas necessidades sejam atendidas de forma adequada as Normas Técnicas Brasileiras (NBR'S) e as Normas de Acessibilidade. Assim poderemos atingir este “senso de liberdade”, inerente à constante metamorfose sociocultural decorrente da construção e desconstrução do espaço urbano.

Desenvolver um projeto de revitalização para o CEDEL em Ji-Paraná, significa devolver a comunidade o contato com a natureza e a busca pela qualidade de vida, transformando o local que atualmente possui uma infraestrutura precária e sem nenhum tipo de planejamento, em um parque de referência para o município de Ji-Paraná. Desta forma destacamos a setorização e um programa de necessidades compatível, a criação de áreas verdes, a acessibilidade conforme a NBR 9050, e com destaque a uma praça molhada no centro do parque.

Reconhecemos, dessa forma, o espaço público do Cedel como patrimônio material e imaterial pertencente a comunidade onde se localiza. Portanto, para que as intervenções sejam reconhecidas por esta comunidade e demais usuários, faz-se necessário pesquisar as bases simbólicas e afetivas que consolidam o Cedel enquanto imaterialidade, que somente podem ser

apontadas pela própria comunidade local, sendo necessário o desenvolvimento de pesquisa de campo através de questionário aplicado aos usuários do Cedel.

O desenvolvimento deste trabalho centrar-se-á na análise de noções e evoluções dos parques e praça, no Brasil e no mundo, no que diz respeito tanto ao referencial material como imaterial de parques urbanos. O referencial teórico traz uma análise histórica sobre os parques urbanos, as práticas de lazer e a influência dos jardins para a revitalização dos parques urbanos. Também produz uma proposição teórica sobre a presença e influência dos espaços da natureza na cidade e sua relação com o homem.

Através do histórico internacional podemos observar a evolução das práticas de lazer, e as necessidades para um desenvolvimento adequado do projeto do espaço desportivo, pois entendemos que a abrangência e a versatilidade do desporto vão muito além das quadras, podendo ser estendidos a diversas ramificações do interesse urbano num contexto social. Já no histórico nacional trazemos a compreensão sobre a necessidade dos parques e praças no contexto urbanístico desde a antiguidade, como e para que surgiram e, sua função na cidade contemporânea. Segundo Cunha (2007), a ideia da renovação urbana foi trazida na nova Carta de Atenas, publicada em 1943 por Le Corbusier. O arquiteto francês defendia que, não se poderia diminuir a qualidade de vida das populações em detrimento da importância da preservação de edifícios ou de conjuntos urbanísticos, mesmo tendo eles um valor cultural muito grande.

Sobre a legislação, é importante que o projeto seja direcionado pelas legislações que se aplicam as devidas normas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, assim, atendendo as especificidades conforme a temática proposta. Nesta pesquisa serão apresentadas Legislações, Normativas e regulamentação de certificações que se refiram a construção/revitalização de parques, praças e locais desportivos.

Nas opiniões de autores internacionais temos a perspectiva de alguns autores sobre o processo de transformação dos espaços públicos através da revitalização, para que eles estimulem maiores interações entre as pessoas e promovam comunidades mais felizes. Já sob a óptica das opiniões dos autores nacionais vemos a referência sobre a necessidade dos espaços livres e do contato com a natureza que o habitante urbano possui. Evoluindo na linha de pensamento de que, os parques urbanos são espaços que estruturam parte da vida pública no espaço urbano, trazendo citações de autores nacionais sobre essa ideia.

No capítulo 2 sobre Tipologia, procura-se evidenciar a importância da definição das famílias arquitetônicas e exemplos de tipologia da família escolhida. Define-se a escolha da temática proposta para o Cedel, através da família arquitetônica sobre arquitetura de praças e

parques que norteiam as diretrizes do desenvolvimento do projeto. Este tópico enreda-se pela definição do tipo escolhido, Revitalização de Parques, justificando-se com base nas análises feitas in loco do estado atual do Cedel e nas pesquisas realizadas.

O capítulo seguinte, Metodologia, pretende contribuir para a elucidação sobre a metodologia de pesquisa em arquitetura e urbanismo, particularmente a pesquisa em projeto. Este capítulo traz os elementos da metodologia utilizados nesta pesquisa. A pesquisa qualitativa foi escolhida por seu caráter exploratório. O método dedutivo para a partir de um raciocínio lógico desenvolver a pesquisa de revitalização do Cedel. Como procedimento o estudo de caso, que para esta proposta vise adequar os equipamentos e instalações existentes e ainda propor novos espaços.

O capítulo 4 explana sobre o conhecimento de referenciais arquitetônicos, no âmbito internacional e nacional, sobre a evolução e o desenvolvimento de alguns parques expressivos. As obras referenciadas, servem de bússola para nortear as diretrizes que permearão o desenvolvimento do projeto de revitalização do Cedel.

No programa de necessidades serão apresentados os dados levantados nas obras de referências internacionais e nacionais, bem como o desenvolvimento e aprimoramento do programa de necessidades. No estudo de caso de sítio temos imagens aéreas e especificações do CEDEL no município de Ji-Paraná – RO, principais vias de acesso, dimensões e índices interessantes ao desenvolvimento desta pesquisa.

A medida que este estudo foi sendo desenvolvido, atendendo aos questionamentos levantados e ao programa de necessidades proposto, criou-se o conceito para o projeto e desenvolveu-se o partido arquitetônico. De uma forma lúdica foi construída a ideia de Oásis no conceito e uma arquitetura contemporânea para a proposta de revitalização do CEDEL. Explica ainda conceitos sobre sustentabilidade, conforto ambiental, materiais e especificações e acessibilidade.

Por esta proposta, busca-se uma revitalização para o Cedel de Ji-Paraná, desenvolvendo conceitos de sustentabilidade e acessibilidade que privilegie, principalmente, os moradores do bairro, constituída a partir de uma ação renovadora, pautada na implementação de uma nova e mais adequada estrutura física/social enquanto equipamentos urbanos, pistas, quadras, praças e áreas verdes.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo 1, será realizada a análise histórica dos jardins particulares, públicos, as práticas de lazer, a origem dos parques urbanos e a influência dos jardins para a criação ou revitalização dos parques urbanos. Ademais, em busca de apresentar a vivência na urbe, será apresentada uma teoria do lazer com análise de suas práticas na vida cotidiana das cidades.

Serão esboçadas também proposições teórico-conceituais sobre a presença e influência dos espaços de natureza na cidade e, concomitantemente, sua relação com o homem.

1.1. História e Evolução sobre As Práticas de Lazer e a Socialização Na Cidade

Neste momento temos como intuito analisar as práticas de lazer na vida cotidiana das pessoas, como uma busca de melhor qualidade de vida. Para compreender de que maneira as práticas de lazer contribuem na vida social dos indivíduos, o trabalho parte de algumas ponderações da análise histórico-social, juntamente com expressivas contribuições conceituais de lazer. Para apresentarmos uma discussão sobre o assunto em sua complexidade histórica, social e cultural.

A ocorrência histórica do lazer está ligada às atividades do trabalho. A constituição do lazer no mundo ocidental, em especial na sociedade greco-romana e no contexto medieval, revela uma oposição entre o trabalho e o lazer; naquele momento, quem trabalhava não tinha o privilégio do lazer. Os autores Gomes (2004b); Sousa (2008) e Werneck (2000) apresentam a ocorrência do lazer no período das civilizações antigas.

Conforme os estudos desses autores, nas sociedades antigas o trabalho era desvalorizado e representava desprestígio. Na sociedade grega e na romana o trabalho era realizado pelos escravos; e na época medieval os trabalhadores eram submetidos ao senhor feudal, permanecendo a exploração da mão de obra.

Na sociedade grega, o lazer era voltado a uma minoria privilegiada da população, sendo composto por atividades intelectuais voltadas à contemplação, à reflexão e à sabedoria, consideradas como enriquecimento do espírito. Gomes (2004b) fala que o filósofo Aristóteles considerava que a mente era cultivada pela música e pela contemplação. As concepções gregas e os ideais dos filósofos contextualizaram em Roma a ideia do cultivo ao espírito, por meio das atividades intelectuais, contrárias ao trabalho manual. Assim, a vida social dos gregos representa para De Grazia o início para reflexões históricas sobre lazer.

Na época feudal continua a concepção de quem praticava o lazer eram as pessoas que não trabalhavam, como por exemplo, “[...] o homem ‘nobre’ era o perfeito cavaleiro, com formação musical e guerreira [...] (cavalgada, arco e flecha, luta, caça, natação, jogo de xadrez e composição de versos)” (WERNECK, 2000, p. 32). Esses fatos mostram que as pessoas que não trabalhavam eram as que tinham acesso ao lazer e à formação educacional.

No período medieval, por sua vez, o cristianismo influenciava a vida das pessoas. Concernente ao contexto, o trabalho árduo era considerado como uma vontade de Deus, dado que a Igreja propagava a ideia de trabalho como um sacrifício para a salvação da alma. Uma vez que, nos momentos de não trabalho, a busca pelo lazer deveria ser voltada à paz e à purificação do espírito, fomentada pelos atos religiosos, conforme Gomes (2004b). Werneck (2000, p. 33) detalha que nessa época “[...] as festas, os jogos, os espetáculos, as danças, os serões e as comemorações de diferentes naturezas representavam um perigo à purificação da alma [...]”.

A época seguinte, o período que compreende a Revolução Industrial, o trabalho tornou-se um “[...] elemento fundamentalmente integrador da sociedade, [...] partilhado por todas as classes sociais” (WERNECK, 2000, p. 54). No entanto, o trabalho não deixa de permanecer como uma atividade exploradora de mão de obra, dado que esse período foi marcado por jornada de 15 a 16 horas, por salário miserável, sem descanso e por um período muito longo da vida.

Nessas circunstâncias, surgiram as reivindicações sociais para diminuir a carga horária de trabalho, obter férias, folga nos finais de semana e aposentadoria, enfim, a criação de leis que limitassem a jornada de trabalho; por exemplo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil, que ocorreu em 1943, durante o governo de Vargas. Dumazedier (2004, p. 25) salienta que “a necessidade de lazer cresce com a urbanização e a industrialização”.

Com as conquistas trabalhistas, os operários passaram a ter novas possibilidades de interação social e cultural, como ressaltam Gomes (2009). As autoras descrevem que nesse período, no Rio de Janeiro, foi criado o Serviço de Recreação Operária (SRO), com intuito de promover a felicidade dos operários em face da difícil realidade vivida. Pode-se inferir que essas atividades, muitas vezes, ocasionavam práticas saudáveis, sociais e culturais, que levavam à harmonia de uso do tempo livre para relaxar, dar prazer, satisfazer, libertar, esquecer os problemas e obrigações cotidianas, consequentemente, melhorar a qualidade de vida.

Dumazedier (1974, p. 28) enfatiza que “o lazer não é a ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho”.

Dumazedier acredita que o lazer se desenvolveu a partir da Revolução Industrial, período no qual ocorreu uma ruptura entre a vida e o lazer. A partir da Modernidade, o lazer passa a ser vinculado à dimensão “tempo”, em destaque a partir da Revolução Industrial, como reitera Werneck (2000, p. 139),

[...] seja ele considerado como ‘tempo livre’, como tempo de ‘não trabalho’, ‘desocupado’ ou ‘liberado’. Estas expressões, no entanto, sugerem a conotação do lazer como o inverso do trabalho, ou mesmo como a sua negação, valores estabelecidos desde a antiga Grécia, mas que continuam se perpetuando, inclusive nos dias de hoje.

Nesse contexto, se faz mister salientar que o lazer como uma atividade de escolha individual e/ou do grupo é realizado com as conquistas de tempo livre do trabalho. Segundo Gomes (2004a), o trabalho e o lazer possuem características distintas, mas constituem relações dialéticas e estão na mesma dinâmica social.

O lazer no Brasil alcançou repercussão histórico-social a partir de 1970, passando a ser assunto de pesquisas, projetos e ações de estudiosos brasileiros. Nessa época os debates sobre o lazer baseavam-se nos fundamentos do sociólogo francês Dumazedier, o qual foi amplamente desenvolvido e utilizado como referência brasileira.

As funções iniciais do lazer, apresentadas por Dumazedier, são a liberação e o prazer, em oposição ao conjunto das necessidades, compromissos, responsabilidades e obrigações da vida cotidiana. O conceito de lazer apresentado pelo autor e utilizado como referência para os estudos no Brasil, diz que o lazer:

A autora Gomes (2009) apresenta em seus estudos a concepção de cultura, com o enfoque na relação das práticas de lazer com a cultura, contrapondo com a ideia de que o lazer é um mero conjunto de ocupações:

Processos localizados, uma vez que cada construção cultural depende do contexto social onde se realiza, do cotidiano onde os sujeitos criam as técnicas corporais próprias de sua cultura e seus modos específicos de lidar com os limites de tempo, lugar, infraestrutura, condições econômicas e outras dimensões que condicionam suas realizações no lazer (p. 98).

Observa-se que, ao usufruir dos espaços públicos, como por exemplo, os parques urbanos, os indivíduos se socializam e trocam conhecimento com familiares e amigos, rompendo com o universo do cotidiano. Pode ocorrer, também, a contemplação da natureza e/ou o indivíduo ficar sozinho pensando em sua vida; esse fato também pode ser considerado uma atitude de lazer, em que a pessoa entra em encontro consigo, como apontado na citação.

1.1.1. Histórico Internacional

Diante desse contexto de história e evolução das práticas de lazer, pretende-se analisar as necessidades para um desenvolvimento adequado do projeto do espaço desportivo, pois endentemos que a abrangência e a versatilidade do desporto vão muito além das quadras, podendo ser estendidos á diversas ramificações do interesse urbano num contexto social.

Roquette (1992), em “Algumas reflexões sobre o passado, presente e o futuro”, numa abordagem inusitada, faz um estudo sobre este assunto e entende que “não é possível mais praticantes e melhores atletas sem uma rede de equipamentos desportivos (espaços e instalações) que facilite, de forma integrada, melhores acessos para a prática desportiva em todo o país. ”

Ainda Roquette (1992), refere que “a arquitetura desportiva é uma matéria que exige muita precisão e, enquanto profissionais com conhecimentos gerais e critérios racionais para o projeto, as suas habilidades não são adequadas para responder às necessidades atuais do mercado desportivo e dos usuários, para os quais o desporto é uma parte da sua vida, e se exige instalações projetadas que usem as tecnologias mais recentes oferecidas pela indústria. ”

Correia (2000) refere que a sociedade é cada vez mais exigente e a forma mais óbvia de satisfazer as suas expectativas e necessidades passa precisamente pelo aumento da qualidade no desempenho da organização, o que torna pertinente a focalização na qualidade destas instituições a todos os níveis, seja ela a qualidade de serviços ou de construção.

Neste sentido, Mota (2001) refere que o desporto e a atividade física “são atualmente parte integral da vida social, sendo catalogadas como pressupostos de referência de um conjunto de valores e regras que representam em si a força geradora da sua dinâmica e importância. ”

O desporto adquiriu um papel preponderante na promoção e qualificação da sociedade moderna, contribuindo para os fatores de desenvolvimento das condições de saúde e bem-estar dos indivíduos a diferentes níveis (físico, social e psicológico). (LANDEIRA, 2004).

Muitos são os autores que tentaram encontrar uma definição capaz de ilustrar universalmente o que é o desporto, no entanto, continuam a existir dificuldades quando se pretende defini-lo. Garcia (2005), refere que tal acontece porque talvez o desporto não seja suscetível de uma definição ampla.

O desporto pode ser definido como um fenómeno temporal e topográfico, sendo uma atividade enraizada, em determinado tempo e em determinado lugar. O desporto, como prática e como espetáculo, faz parte do ócio contemporâneo e como consequência, vê-se submetido às mudanças da sociedade em especial da sociedade do ócio. É objeto de consideração social e estende-se praticamente a todos os setores da população. Ao mesmo tempo, adquire novos enfoques e novas formas, que obrigam a uma permanente atenção e ajustes na sua planificação. (SANCHO, 2007)

Nesta linha de pensamento Garcia (2005) considera que o desporto vive o mesmo drama de temporalidade ou da dinâmica inscrita pelo tempo, isto é, o que ontem era considerado verdade hoje pode parecer desatualizado.

À semelhança do que sucede na maioria das sociedades do nosso tempo, Garcia (2005) define que a prática da atividade física e desportiva adquiriu, de uma maneira geral, uma relevância e protagonismo sociais de primeira ordem. Assim facilitar o acesso universal ao desporto converteu-se num direito de cidadania, cuja realização desempenha um papel cada vez mais importante na ação dos governos, dos poderes e das instituições públicas.

Bento (2005) considera igualmente que o “desporto congrega valores de ordem educativa, biológica, psicológica, social, cultural e filosófica, podendo ser mobilizado para muitas frentes”.

Segundo Landeira (2004), a diversificação e o incremento dos modos e níveis de prática desportiva são fatores que têm contribuído para a modificação dos padrões de serviços oferecidos pelos espaços desportivos, com o consequente aparecimento de maiores dificuldades para a atuação dos responsáveis pela concepção e gestão das instalações desportivas.

O sedentarismo configura-se como uma das maiores causas de morte, incapacidade e doença. Nesse contexto a atividade física surge como uma das maiores contribuições para a promoção da saúde pública. Sendo assim, a construção e utilização de espaços desportivos, tem importância na criação de um ambiente saudável para a prática desportiva. Além disso, o uso contínuo de ambientes insalubres, pode causar danos fisiológicos, que podem criar condições para reformas antecipadas devidas a doenças consideradas profissionais. (CONSTANTINO, 2000).

Segundo Cunha (2007), uma instalação ou espaço desportivo deve ser capaz de desencadear nos seus utilizadores um conjunto de emoções: vontade ávida de querer tentar e de realizar atividades que ela oferece (o processo de preparação); permanecer com pleno envolvimento nas ações desencadeadas e nas práticas proporcionadas; completa satisfação relativamente as expectativas criadas e desejo de repetir devido à recordação dos bons momentos vivenciados nesse espaço.

A este propósito, Sarmento (2011), destaca a notoriedade que o espaço desportivo atinge na sociedade, sendo de grande importância na sua rentabilidade, daí a atenção que deve exigir o projeto da instalação. O mesmo autor (2011) refere que “ a evolução tecnológica e a crescente dimensão social do desporto tem vindo também a exigir uma cada vez maior qualidade destas estruturas”.

Hernando (2010), utilizava o pavilhão desportivo “quatro a seis vezes por semana”, teve uma vasta influência no entendimento e nos estudos destes espaços e das reais necessidades dos usuários. Entretanto, para ele, o fator mais expressivo é o motivo da construção – se um equipamento não for necessário não haverá motivo para o fazer. O arquiteto ainda define como necessários três pontos: “o programa de necessidades, o organograma e o plano de viabilidade do projeto de gestão”.

Sarmento (2011) enfatiza que é importante o planeamento das instalações desportivas. Esta informação, ao referir que as equipas de projetistas com seus engenheiros, arquitetos e especialistas em desporto deverão ter o máximo cuidado na definição dos espaços desportivos, na escolha dos materiais, na planificação dos acessos e nos trajetos interiores dos diversos tipos de utilizadores.

Este autor menciona ainda que, a tradição nas fases de conceituação e construção de parques e instalações desportivas é marcada por algumas dificuldades culturais que urge ultrapassar: a dificuldade de trabalhar em rede, com equipas pluridisciplinares de projetistas; a falta de definição prévia do modelo de gestão que se considera mais adequado para a instalação e a cedência repetidamente ao conhecimento empírico, à gestão do imediato e à ilusão de resultados a curto prazo.

Tendo em conta o enquadramento anterior, Sarmento (2011) salienta a importância crescente da instalação desportiva como elemento fundamental para uma prática desportiva saudável da sociedade atual, identificando como problema para este tipo de estudo, a existência de diferenças entre o conforto e a qualidade da instalação desportiva na perspectiva no seu objetivo geral e aquela que efetivamente é proporcionada no âmbito da sua utilização.

Na escola, no trabalho, com os amigos, nos clubes, nas instalações desportivas, nos espaços verdes ou na praia, o desejo de uma vida ativa e a procura de uma saúde e alegria de viver cada vez mais fortes são anseios generalizados das populações, que não se podem negligenciar. Nos dias de hoje, não são suficientes as preocupações reducionistas com este ou aquele setor do sistema desportivo, são necessários planos integrados em que todos possuam o seu lugar e onde todos os lugares interagem de forma coordenada, de modo a que o desporto seja um fator de coesão e de desenvolvimento social das populações. (SARMENTO, 2011)

Continuando com Sarmiento (2011), este autor, refere sobre esse assunto que, cada vez mais, a notoriedade que a instalação atinge na sociedade é de grande importância na sua futura rentabilidade, daí a atenção que exige o respectivo projeto. Podendo evitar, dessa forma, a promoção de uma oferta de instalações desportivas desequilibrada e desadaptada da procura, do tipo de atividades pretendidas, com fraca qualidade, pequena capacidade multidisciplinar e quase nula interatividade.

Viegas (2017), trata em um dos tópicos de sua monografia sobre acessibilidade no meio desportivo. Segundo a autora, o acesso ao desporto inclui o tema da acessibilidade e da mobilidade nas instalações desportivas, como direito das populações especiais. A literatura aponta várias lacunas no exercício deste direito.

Nesse contexto, Viegas (2017), ainda diz que foram observadas a ausência de algumas tipologias, nos quais se destacam: de atitudes, de programas, de informação, de apoios financeiros, de recursos materiais e de recursos humanos e dos seus processos de formação.

Com isso, Viegas (2017) prevê a necessidade de se levantar as características relativas às disposições construtivas e de equipamento, bem como à funcionalidade existente nas instalações desportivas designadamente, a qualidade e a capacidade de adaptação às populações especiais.

1.1.2 Histórico Nacional

Precisamos compreender a necessidade dos parques e praças no contexto urbanístico desde os primórdios, como e para que surgiram e, sua função na cidade contemporânea. Como estes elementos se incorporam no desporto e na vida das pessoas? Entendemos que a necessidade de locais públicos de convívio social vem desde a antiguidade.

Histórica e arquitetonicamente, Paiva e Gonçalves (2002) explicam que, as zonas urbanas surgiam partindo de um polo de convívio e de encontros que norteava toda a distribuição do espaço. A magnitude histórica dos largos é muito lembrada atualmente ao mencionar as ágoras gregas e os fóruns romanos, vislumbrando o espaço como local de todo tipo de manifestações populares. No Brasil, as praças mais semelhantes às características praças medievais quase não existem, aqui o espaço público é caracterizado com largo, pátio e outros.

Paiva e Gonçalves (2002) explicam que a praça é um local de natureza, verde, constituindo parte primordial integrante da cidade. Nela se situam marcos iniciais culturais, projetos paisagísticos que interferem. Hoje em dia, além de se constituírem de um espaço não construído dentro da malha urbana elas carregam diversas funções e benefícios ao bem-estar

social. Quebram a igualdade urbana com locais de anteriorização entre as construções que as circundam.

No Brasil, segundo Reis Filho (1968), a presença de praças e largos vem de longa data, remontando aos primeiros séculos da colonização. Sobre esses espaços recaíam as atenções principais dos administradores, pois constituíam pontos de atenção e focalização urbanística, localizando-se ao redor da arquitetura de maior apuro, já que eram pontos de concentração da população.

Paiva e Gonçalves (2002) aduzem que a vantagem social está ligada com as probabilidades que as praças trazem aos usuários. De um simples espaço com sombra e grama á locais com quadras esportivas e lindos jardins, as praças fornecem possibilidades para aqueles que buscam atividade física, descontração, relaxar ou uma reunião social. Ela se torna um local de interações sociais como troca de ideias, adjetivos básicos da vida urbana junto á natureza.

Ainda o autor acima, cita que o planejamento estético vem da possibilidade que uma praça tem de possuir diversas tipologias. Um jardim público assume um papel de admiração da natureza em locais onde a circulação é priorizada, ao contrário de uma praça vazia que apenas pode ser um local de convívio social podendo conter a participação de largos históricos. Portanto, elas se tornam capazes de participar do embelezamento da cidade, criando essa diversificação da paisagem construída.

"Ainda em relação aos índices é importante comentar que está difundida e arraigada no Brasil a assertiva de que a ONU, ou a OMS, ou FAO, considerariam ideal que cada cidade dispusesse de 12m² de área verde/habitante. Nas pesquisas, por carta, que fizemos junto à essas Organizações, foi constatado que esse índice não é conhecido, como não o é, entre as faculdades de paisagismo da República Federal da Alemanha. Somos levados a supor, depois de termos realizado muito estudos, que esse índice se refira, tão somente às necessidades de parque de bairro e distritais/setoriais, já que são os que, dentro da malha urbana, devem ser sempre públicos e oferecem possibilidade de lazer ao ar livre" (CAVALHEIRO & DEL PICCHIA, 1992).

As praças ao trazerem todas essas características interagem em nossa formação como indivíduos. Além disso, Paiva e Gonçalves (2002), já mencionaram como a natureza é diretamente responsável por gerar a sensação de bem-estar nos seres humanos. Quando estamos em contato com a natureza nesses locais ao praticar atividades físicas em grandes espaços abertos, nosso sistema nervoso central fica mais relaxado, nossa mente mais leve e renovada criando esse benefício de um local que funciona como ante estresse dentro dos estressantes centros urbanos.

Por se constituírem de um espaço público as praças podem funcionar como um local propício para atividades educativas. As praças de hoje em dia são as principais responsáveis pela presença de vegetação na cidade. As árvores, por suas características naturais, proporcionam muitas vantagens ao homem que vive na cidade, sob vários aspectos entre eles: o de gerar bem-estar psicológico, embelezar o espaço, proporcionar sombra e proteção, manter o solo permeável diminuindo a chance de enchentes, auxiliar na manutenção do clima evitando ilhas de calor, melhorar a qualidade do ar, aumentar a biodiversidade e funcionar como trampolins ecológicos. (PAIVA E GONÇALVES, 2002)

Seguindo o conceito de Cidade-Jardim, segundo Ebenezer Howard, na verdade, não há somente duas alternativas como se crê – vida urbana ou vida rural. Existe também uma terceira perfeita harmonia entre ambas. A cidade e o campo poderiam ser vistos como dois ímãs, cada um buscando atrair as pessoas para si (HOWARD, 1996).

FIGURA 01 – O Papel da Praça Pública



Fonte: Unicamp, 2018.

Paiva e Gonçalves (2002) exemplificam o conceito do que é o da floresta urbana, valorizando a árvore como um elemento do ambiente urbano. As florestas urbanas se referem aos conjuntos arbóreos criados pelo homem, inseridas nos núcleos urbanos.

Segundo Cunha (2007), a ideia da renovação urbana foi trazida na nova Carta de Atenas, publicada em 1943 por Le Corbusier. O arquiteto francês defendia que, não se poderia diminuir a qualidade de vida das populações em detrimento da importância da preservação de edifícios ou de conjuntos urbanísticos, mesmo tendo eles um valor cultural muito grande.

Cunha (2007), defende a necessidade de se construir novas cidades que correspondam aos direitos fundamentais da população. A partir dessas ideias, inicia-se a modificação das estruturas físicas existentes, adaptando-se as cidades herdadas às “necessidades da vida moderna”.

As áreas verdes, em relação as suas características, podem interferir no cidadão e no ambiente urbano de muitas formas, mostrando-se de grande importância para a comunidade, já que este tipo de espaço, atualmente, remete à melhor qualidade de vida. Os parques são caracterizados como um tipo de área verde urbana, pois apresentam predomínio de vegetação (independente do porte) que integram o ambiente construído, além de possuírem outras características naturais. Possuem na cidade diferentes funções, sendo as principais: ecológica, estética e lazer (NUCCI, 2001; MASCARÓ, 1996).

As áreas verdes tornam-se referências nos grandes centros urbanos, estando mais associadas à função recreativa, porque oferecem diversos tipos de atividades - como, por exemplo, caminhadas, jogos e relaxamento -, além de funcionarem como ponto de socialização.

Portanto, Souza (2007) considera que, a necessidade de espaços mais adequados para a prática de atividade física ao ar livre, bem como para um lazer satisfatório, os parques urbanos, as praças públicas e outras áreas naturais (praias) são os locais que apresentam os maiores potenciais para estes objetivos.

Os parques urbanos, por suas características físicas e sociais, são considerados apropriados para a prática de atividade física ao ar livre e recreação. Segundo Andrade (2010), apenas cinco minutos de caminhada em áreas verdes, como por exemplo, em um parque público, já é suficiente para melhorar a saúde mental, com benefícios para o humor e autoestima. Ainda, outros estudos apresentam diferentes benefícios (sociais, físicos e psicológicos) de utilizar espaços naturais ou ambientes urbanos com áreas verdes para a prática destas atividades, como por exemplo: educação ambiental, reduzir a prevalência de sedentarismo e amenizar o estresse.

Estas áreas urbanas podem ser consideradas “academias ao ar livre”. Assim, a implantação das mesmas é de relevante importância na promoção da saúde e qualidade de vida de uma população. No entanto, percebe-se que além de políticas públicas que incentivem a construção e revitalização destes espaços, são de igual importância projetos que contemplem planejamentos e gestões que supram as necessidades dos seus frequentadores e comunidade em geral. Ou seja, é preciso que estes ambientes sejam percebidos positivamente para que as pessoas se sintam atraídas e motivadas a frequentá-los, e também desfrutem, de forma satisfatória, dos benefícios que o desenvolvimento de atividades nestes locais pode proporcionar. (CASSOU, 2009).

Andrade (2010) determinou, por meio de um estudo de meta-análise, que apenas a “dose” de cinco minutos de exercício em áreas naturais (“exercício verde”) é suficiente para trazer melhorias em indicadores da saúde mental (humor e autoestima), sugerindo benefícios imediatos. Ademais, constataram que a atividade física próxima de ecossistemas aquáticos fornece melhores efeitos, apesar de que todos os tipos de áreas com presença de natureza apresentaram resultados satisfatórios.

Ainda de acordo com Andrade (2010), tais evidências sugerem que as pessoas, hoje sedentárias e/ou com problemas de natureza psíquica, teriam benefícios na saúde mental se comprometendo a exercícios de curta duração em espaços verdes acessíveis. Os autores também enfatizam que urbanistas e arquitetos devem melhorar o acesso a estas áreas (“desenho verde”) e que precisam ser oferecidas às crianças oportunidades de aprender em ambientes externos.

Além disso, observamos que, as campanhas de saúde pública podem incentivar as pessoas a utilizarem os espaços verdes com maior assiduidade e praticar exercícios ao ar livre. Sendo que, entendemos que as melhorias à saúde, atribuída a estes ambientes, devem ser mais conhecidas na busca de os tornarem mais eficazes junto à população.

De acordo com Szeremeta e Zannin, (2009), os parques urbanos são áreas verdes que podem trazer qualidade de vida para a população. Pois proporcionam contato com a natureza e suas estruturas e qualidade ambiental, quando adequadas e atrativas, são determinantes para a realização de atividade física e o lazer.

Os parques que apresentam condições ambientais adequadas são determinantes na utilização de parques para o desenvolvimento de atividades físicas e o lazer. Ou seja, podem contribuir na redução da prevalência de sedentarismo e auxiliar na promoção da saúde e bem-estar, além de possibilitar o aumento do nível de atividade física dos ativos. Em contrapartida, a má qualidade do ambiente e a insatisfação dos usuários são determinantes ambientais negativos para o uso dos parques, de forma a vir descaracterizar estas funções associadas à qualidade de vida e saúde pública. (SZEREMETA E ZANNIN, 2009).

Segundo Szeremeta e Zannin, (2009), estas atividades, comumente, trazem diferentes benefícios psicológicos, sociais e físicos a saúde, por exemplo, a redução do sedentarismo e amenizar o estresse do cotidiano urbano. Neste contexto, alguns estudos mostram que a boa qualidade social e física destes espaços, como por exemplo, infraestrutura adequada, segurança, facilidade de acesso, áreas verdes e outros fatores positivos, aumentam a frequência das pessoas e, por conseguinte, um comportamento fisicamente ativo.

Paixão por espaços públicos e muita desolação ao ver uma praça degradada, um local que é de convívio social por excelência. É isso o que Marcelo Rebelo de Moraes sempre sentiu. Pensar – e fazer – da cidade um lugar melhor para se viver acabou sendo natural para ele, que escolheu o urbanismo como profissão e a revitalização de praças como centro do seu projeto de vida. “Uma coisa que me impressionava desde moleque é como a grama era bem cuidada em cidades europeias, bem verde e bem cortada. Eu voltava para o Brasil e via canteiros destruídos”. (RAMOS, 2015, p.02).

Moretti (2017), ressalta que a imponência das praças como local de convívio público vem desde os primórdios. Naquela época, as urbes eram criadas partindo de um polo central de convivência que norteava a totalidade da distribuição do espaço. A importância das praças é muito lembrada em livros da atualidade ao mencionar as ágoras gregas e os fóruns romanos, exemplificando assim, o espaço como local de constante manifestação popular.

Ainda Moretti (2017), explica que os parques e praças, quando frequentadas, possibilitam momentos de integração e bem-estar no convívio ao ar livre. A praça é um local que constitui beleza, memória, criando a alma da cidade. Atualmente, além de serem construídas de um local não construído dentro da malha da urbe, elas agregam diversas funções e benefícios ao bem-estar social.

De acordo com Galhardo (2017), a renovação urbana faz grandes alterações nas edificações e nos aspectos econômico e social, enquanto a revitalização representa a adequação as novas situações de funcionalidade urbana. Assim, a revitalização urbana tem foco em intervir na melhoria da qualidade do ambiente urbano, das condições socioeconômicas ou no quadro de vida de um determinado território. A revitalização dos espaços públicos urbanos, como praças e parques, tem se mostrado um fator de importante relevância para a sociedade moderna, podendo através dela, trazer o homem de volta ao contato com a natureza, estimulando o convívio social ao ar-livre e às práticas esportivas, gerando qualidade de vida à população e ainda transformando os espaços públicos em locais bonitos e agradáveis.

1.2 Legislação

É importante que o projeto seja direcionado pelas legislações que se aplicam as devidas normas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, assim, atendendo as especificidades de acordo com a temática proposta. Nesta pesquisa serão apresentadas Legislações, Normativas e regulamentação de certificações e se refiram a construção/revitalização de parques, praças e locais desportivos.

1.2.1. Municipal

Foram observadas as seguintes normas do plano diretor do município de Ji-Paraná / RO, em seu Artigo 24, sobre políticas de áreas públicas, seus objetivos e seus afins; que trata do planejamento, implantação, viabilização, integração dos equipamentos sociais, infraestrutura, o uso de áreas públicas, a administração dos espaços públicos, os tratamentos urbanísticos e as funções sociais da cidade:

Figura 02 – QUADRO: Plano Diretor do Município de Ji-Paraná/RO, Parte A (JI-PARANÁ, 2011)

Lei/Norma	Referências Gerais
PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ Art. 24	De acordo com os objetivos da política de Áreas Públicas, podemos ressaltar: I – O planejamento e implantação dos equipamentos sociais e projetados de infraestrutura, o acesso, o transporte etc.; (JI-PARANÁ/RO, 2011)
	II – A viabilização de parcerias com a iniciativa privada e com associações de moradores na administração dos espaços públicos; (JI-PARANÁ/RO, 2011)
	III - Projetar a integração dos espaços públicos com o entorno, possibilitando, junto aos órgãos competentes, os tratamentos urbanísticos e de infraestrutura adequados; (JI-PARANÁ/RO, 2011)
	IV - Viabilizar o uso das áreas públicas para cumprimento das funções sociais da Cidade; (JI-PARANÁ/RO, 2011)
	V – Projetar os espaços destinados para atividades socioculturais e de lazer populares. (JI-PARANÁ/RO, 2011)

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Foram observados os seguintes artigos, da lei n.2187 do plano diretor do município de Ji-Paraná / RO, sobre política urbana e seus afins:

Figura 03 – QUADRO: Plano Diretor Do Município De Ji-Paraná/RO, Parte B (JI-PARANÁ, 2011)

Lei/Norma	Capítulo	Referências Gerais
PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ Lei Nº 2187, 24 De Agosto De 2011	CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO	Art. 7º Para assegurar o bem-estar dos habitantes, tendo como objetivo de a política urbana trabalhar para um uso justo e equilibrado ecologicamente, mediante: IV - A redução dos deslocamentos entre a habitação e o trabalho, o abastecimento, a educação e o lazer; V - A incorporação da iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização e da ampliação e transformação dos espaços públicos da Cidade, quando for de interesse público e subordinado às funções sociais da Cidade; VI - a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana.
	CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS	Art. 8º O princípio para a promoção de desenvolvimento do município é o enaltecimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana de acordo com a Lei Federal n. 10.257 e da Lei Orgânica do Município com as diretrizes: I - o direito dos habitantes a cidade sustentável, entendido este como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; V - a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

Foram observados os seguintes artigos, da lei n.2187 do plano diretor do município de Ji-Paraná / RO, sobre os elementos estruturadores e as áreas verdes, e seus afins:

Figura 04 – QUADRO: Plano Diretor Do Município De Ji-Paraná/RO, Parte C (JI-PARANÁ, 2011)

Lei/Norma	Capítulo	Referências Gerais
PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ Lei Nº 2187, 24 De Agosto De 2011	CAPÍTULO IV SEÇÃO II DOS ELEMENTOS ESTRUTURADORES	Art. 42 Fica a cargo do poder Executivo, a implantação de um programa de recuperação ambiental, visando promover transformações urbanísticas estruturais e a valorização da qualidade ambiental da cidade, com a implantação de parques lineares e caminhos verdes e serem incorporados à área verde do município. § 1. Parques lineares são intervenções urbanísticas que visam recuperar para os cidadãos a consciência do sítio natural em que vivem, ampliando progressivamente as áreas verdes. § 2. Os caminhos verdes são intervenções urbanísticas visando interligar os parques da Cidade e os parques lineares a serem implantados mediante requalificação paisagística de logradouros por maior arborização e permeabilidade das calçadas.
	SUBSEÇÃO III DAS ÁREAS VERDES	Art. 59 Para se constituir o Sistema de áreas verdes do município, com o conjunto de espaços significativos ajardinados e arborizados, necessários a manutenção da qualidade ambiental, objetivando a preservação, proteção recuperação e ampliação desses espaços. Art. 60 Todas as áreas verdes existentes e que forem criadas no município, são integrantes do sistema de áreas verdes do Município. Se classificam nas seguintes categorias: (se destacando os itens de interesse desta pesquisa) I - Áreas verdes públicas de Proteção Integral; II - Áreas verdes públicas ou privadas; III - Áreas de Especial Interesse públicas ou privadas: a) área ajardinada e arborizada localizada em logradouros e equipamentos públicos; d) espaço livre de arruamentos e áreas verdes de loteamentos; Art. 61 As áreas integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município serão assim classificadas: I - Áreas Verdes de propriedade pública: a) reservas naturais; b) parques públicos; c) praças, jardins e logradouros públicos; d) áreas ajardinadas e arborizadas de equipamentos públicos; e) áreas ajardinadas e arborizadas integrantes do sistema viário.

Foi observada a seguinte Lei Nº 17 de 05 de dezembro de 1983 do Código de Posturas de Ji-Paraná / RO, sobre utilização do espaço do município e seus afins:

Figura 05 – QUADRO: Código de Posturas do Município de Ji-Paraná/RO, LEI Nº 17 05 de dezembro de 1983 (JI-PARANÁ, 2011).

Lei/Norma	Capítulo	Referências Gerais
CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ LEI Nº 17 05 De Dezembro De 1983	CAPÍTULO I DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO	Art. 8 – Sobre o trânsito de veículos é vedado o tráfego de qualquer tipo, incluindo bicicletas. Mesmo em parques, praças e jardins públicos. Apenas permitidos se para bicicletas existirem pistas / ciclovias devidamente assinaladas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

1.2.2. Estadual

Foi observada a Lei de emenda constitucional, da Constituição do Estado de Rondônia, sobre a política urbana e seus afins:

Figura 6 – QUADRO: Constituição do Estado de Rondônia –Emenda Constitucional N.º 80/2012 (RONDÔNIA, 2012)

Lei/Norma	Assunto	Referências Gerais
A EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 80/2012	SEÇÃO II DA POLÍTICA URBANA	Art. 158. Serão assegurados pelo Estado e Municípios, as diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano como se segue: I - A urbanização, a regularização fundiária e a titulação das áreas de população favelada e de baixa renda, preferencialmente sem remoção dos moradores; IV - A preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária, e o estímulo a estas atividades primárias; V - A preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano e rural; VI - A criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, cultural, ambiental, turístico e de utilização pública.
	SEÇÃO IV DO DESPORTO E DO LAZER	Art. 210. O Estado de Rondônia adotará os seguintes princípios estabelecidos pela Constituição Federal, quanto aos Desportos, em seu art. 217: I - Obrigatoriedade de reservas de área e construção de praças e campos de esporte nos projetos de urbanização e unidades escolares. (RONDÔNIA, 2012)

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Foram observadas as seguintes normas do manual estadual do corpo de bombeiros, da Lei 3924/2016, sobre áreas públicas e seus afins, como vemos no quadro a seguir:

Figura 07 – QUADRO: Lei Sobre Normas Sobre Acessibilidade, Mobiliário Urbano E Sinalização (ABNT/NBR9050/ 2015), (RONDÔNIA, 2016).

Lei/Norma	Assunto	Referências Gerais
Lei 3924 /2016 Manual Estadual do Corpo de Bombeiros	Rotas de Acessos	As áreas de qualquer espaço ou edificação de uso devem ser servidas de uma ou mais rotas acessíveis, com um trajeto sinalizado que uma os ambientes internos e externos e que possa ser utilizado de forma individual e segura para os usuários. Na parte externa deve prever estacionamento, calçadas, faixas de pedestres, rampas, escadas, passarelas entre outros. Na parte interna deverá conter corredores, pisos, rampas, escadas e outros elementos da circulação. (RONDÔNIA, 2016).
	Sanitários, Banheiros e Vestiários	Os valores máximos e mínimos nesta seção deverão ser considerados absolutos, e serão tolerados 10mm (mais ou menos) para as demais dimensões. Os sanitários e banheiros deverão possuir entrada independente. Recomenda-se que os vestiários acessíveis excedentes sejam localizados nos banheiros coletivos. (RONDÔNIA, 2016).
	Mobiliário Urbano	Todo mobiliário será considerado acessível se: • Tiver segurança e autonomia de uso; • Prever dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário; • Deverá ser projetado de uma maneira a não se constituir em obstáculo suspenso; • Deverão ser projetados de modo a não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes; • Deverão ser localizados junto a uma rota acessível; • Deverão estar localizados fora da faixa livre para circulação de pedestre. (RONDÔNIA, 2016). •
	Equipamentos Urbanos Locais de esportes, lazer e turismo	Na rota acessível, todas as portas existentes destinadas à circulação dos esportistas que utilizem cadeiras de rodas do tipo “cambadas”, devem possuir vão livre de no mínimo 1,00 m, incluindo as portas dos sanitários e vestiários. (RONDÔNIA, 2016)
	Parques, Praças e Locais Turísticos	Esses locais que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis. Deverão conter o máximo grau de acessibilidade, com mínima intervenção no meio ambiente. (RONDÔNIA, 2016).

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

1.2.3 Federal

Parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.

De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização".

Exemplos de áreas verdes urbanas: praças; parques urbanos; parques fluviais; parque esportivo; jardim botânico; jardim zoológico; faixas de ligação entre áreas verdes.

No mínimo 5% dos brinquedos localizados em espaços de uso público deverão ser obrigatoriamente adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A Lei neste sentido (13.443/2017) foi sancionada, pelo presidente da República, Michel Temer. Originária do projeto de lei do Senado (PLS) 219/2014, aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em 9 de setembro de 2015, a norma abrange vias públicas, parques e demais espaços de uso público existentes.

O projeto original altera a Lei 10.098/2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, que trata apenas dos parques de diversão e não oferece garantia expressa contra a exclusão nos demais espaços públicos. O novo texto destaca principalmente o direito das crianças.

Ementa: Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2017). Explicação da Ementa: Altera a Lei da Acessibilidade (Lei 10.098/2000) para determinar que, no mínimo, 5% de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes nos parques de diversões e demais espaços de uso público sejam aptos para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2017).

A Lei nº 10.098, de Dezembro de 2000, mais conhecida como Lei da Acessibilidade, busca estabelecer em seu artigo 1º, as normas gerais e os critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas portadoras de deficiência ou que apresentam mobilidade reduzida, indiferente de qual seja esta deficiência (visual, locomotora, auditiva e etc.), através da eliminação dos obstáculos e barreiras existentes nas vias públicas, na reforma e construção de edificações, no mobiliário urbano e ainda nos meios de comunicação e transporte.

Existem alguns conceitos que devem ser entendidos acerca da Lei da Acessibilidade para que o tema possa ser entendido de forma completa, os quais são elencados no artigo 2º desta lei, a saber:

Acessibilidade: condição e possibilidade de alcance para utilização, com autonomia e segurança, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, como as barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público.

Ex.: Falta de rampa de acesso para cadeirantes nas vias públicas; Falta de calçadas com guias para portadores de deficiência visual.

Pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio.

Elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

Mobiliário urbano: são os equipamentos existentes nos espaços públicos e vias, adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação não provoque alterações nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

Uma vez entendidos os termos mais comuns abordados na Lei da Acessibilidade, fica mais fácil compreender o conjunto de capítulos e artigos que regem a mesma.

Entre os artigos mais “importantes” da Lei da Acessibilidade está o seu artigo 3º, que trata especialmente sobre as diretrizes para a implantação de meios para promover a acessibilidade, conforme segue o artigo na íntegra:

“O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços públicos deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”. (BRASIL, 2000).

Entretanto, ainda hoje, a maior parte das cidades brasileiras ainda não segue o que estabelece a lei 10.098/2000, do **Decreto 5.296 de 2 de Dezembro de 2004**, não proporcionando às pessoas portadoras de deficiência física e ou mobilidade reduzida o acesso

às repartições públicas e privadas, de forma que estas possam levar uma vida, no mínimo, que esteja próxima da normalidade. Já o artigo 4º chama atenção para os elementos da urbanização em vias públicas, conforme integralmente é apresentado:

As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso públicos existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, Decreto n.5.296 2004).

Dessa forma, conforme aborda o artigo 5º, todos os espaços públicos devem estar adaptados de forma a proporcionar conforto e bem-estar aos portadores de deficiência e mobilidade reduzida. O artigo 5º trata o seguinte, conforme segue:

O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. (BRASIL, 2000).

Alguns espaços públicos possuem rampas de acesso, mas que muitas vezes, ainda assim não permitem que cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida possam livremente utilizá-las. Ao implantar as barras de ferro, a funcionalidade da rampa de acesso é totalmente bloqueada, tornando esta estrutura inutilizada com relação ao fim que se destina.

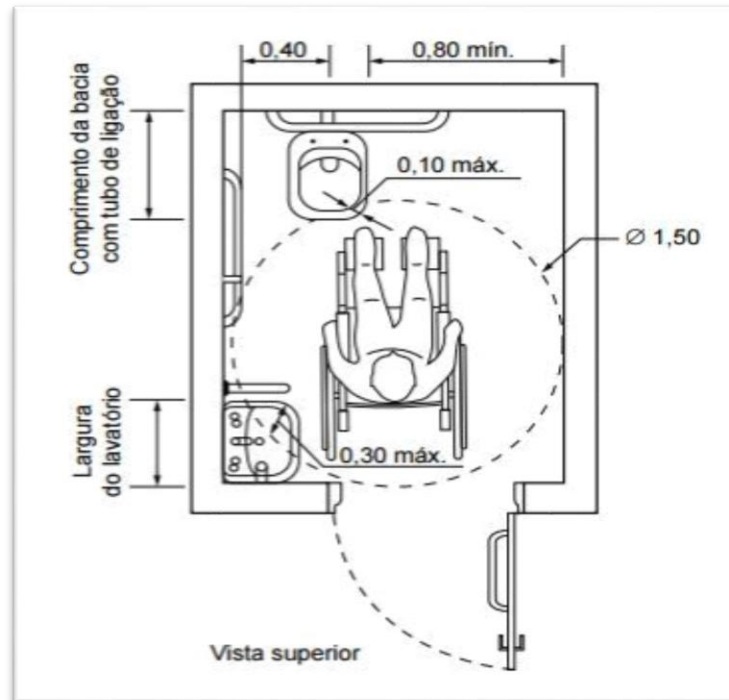
Da mesma forma que os espaços públicos, banheiros públicos devem apresentar adaptações que promovem a acessibilidade. Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

Segundo a norma NBR 9050/2015 os banheiros públicos e sanitários devem apresentar dimensões que permitem o fácil acesso de pessoas portadoras de deficiência física ou mobilidade reduzida. Além disso, existem alguns aspectos importantes relacionados com as dimensões da porta de acesso que dá acesso aos sanitários adaptados para os portadores de deficiência, em especial para os cadeirantes.

A maçaneta da porta deve estar em altura variando entre 0,9 m e 1,1 m. A base da porta deve obrigatoriamente apresentar um revestimento resistente a impactos, já que por muitas vezes o cadeirante precisará encostar sua cadeira de rodas junto à porta para alcançar a

maçaneta. Além da maçaneta, esta porta deve apresentar também um puxador horizontal, com cerca de 40 cm de extensão.

FIGURA 08 – Banheiro PNE conforme a ABNT/NBR9050/2015



Fonte: Archdaily, editado pela autora, 2018.

Em todas as áreas destinadas para o estacionamento de veículos, localizadas em vias urbanas, espaços públicos e privados, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, conforme estabelecido pelo artigo 7º da Lei da Acessibilidade.

Sem e tratando das vias públicas, existem outros aspectos importantes que devem ser considerados. Quando a porta do veículo guiado por portador de deficiência física abrir junto ao sentido da circulação, a vaga deve ser reservada em local com baia avançada sobre o passeio nas proximidades de uma rampa de acesso. Quando o mesmo ocorre em lado oposto ao sentido da circulação, a vaga deve estar junto a local com passeio rebaixado.

Segundo a NBR 9050/2015 deve-se respeitar a seguinte quota de estacionamentos reservados aos portadores de deficiência:

- Até 10 vagas – nenhuma vaga para portador de deficiência.
- De 11 a 100 vagas – 1 vaga destinada a portador de deficiência.
- Acima de 100 – 1% das vagas destinadas a portador de deficiência.

Durante muito tempo, estas pessoas viveram à margem de uma sociedade preconceituosa e que com muita luta, alguns aspectos no cenário nacional vêm se modificando nos últimos anos, mas ainda longe do que podemos considerar uma condição ideal.

1.2.4. Normas Técnicas.

NBR 9050/2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. O objetivo da NBR 9050/2015 é proporcionar segurança no uso de equipamentos. Independente das características peculiares a cada indivíduo, a NBR 9050/2015 preconiza o trabalho em um ambiente seguro.

**FIGURA 09 – QUADRO Rota Acessível, Sanitários e Mobiliário Urbano
Conforme BNT/NBR9050/2015**

Rota Acessível:	A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. As áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo devem ser servidas de uma ou mais rotas acessíveis. As unidades autônomas acessíveis devem estar conectadas às rotas acessíveis. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação. A rota acessível pode coincidir com a rota de fuga.
Sanitários, Banheiros e Vestiários:	Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros desta Norma quanto às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento e características das peças, acessórios barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível. Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximas à circulação principal, próximas ou integradas às demais instalações sanitárias, evitando estar em locais isolados para situações de emergências ou auxílio, e devem ser devidamente sinalizados. Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem possuir entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto. Recomenda-se, para locais de prática esportiva, terapêutica e demais usos, que os vestiários acessíveis excedentes sejam instalados nos banheiros coletivos, ou seja, que as peças acessíveis, como chuveiros, bacias sanitárias, lavatórios e bancos, estejam integradas aos demais. Devem ser instalados dispositivos de sinalização de emergência em sanitários, banheiros e vestiários acessíveis.
Mobiliário Urbano	Recomenda-se que todo mobiliário urbano atenda aos princípios do desenho universal. Para ser considerado acessível, o mobiliário urbano deve: - proporcionar ao usuário segurança e autonomia de uso; - assegurar dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário; - ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso - ser projetado de modo a não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes; - estar localizado junto a uma rota acessível; - estar localizado fora da faixa livre para circulação de pedestre.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

FIGURA 10 – QUADRO Mobiliário Urbano Conforme BNT/NBR9050/2015

Mobiliários Na Rota Acessível:	Mobiliários com altura entre 0,60 m até 2,10 m do piso podem representar riscos para pessoas com deficiências visuais, caso tenham saliências com mais de 0,10 m de profundidade. Quando da impossibilidade de um mobiliário ser instalado fora da rota acessível, ele deve ser projetado com diferença mínima em valor de reflexão da luz (LRV) de 30 pontos, em relação ao plano de fundo, conforme definido em 5.2.9.1.1, e ser detectável com bengala longa ou atender ao descrito em 5.4.6.3. (ABNT NBR 9050:2015, p.09).
Bebedouros :	A bica deve ser do tipo de jato inclinado, estar localizada no lado frontal do bebedouro, permitir a utilização por meio de copos e ser de fácil higienização. Deve-se instalar bebedouros com no mínimo duas alturas diferentes de bica, sendo uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado. O bebedouro de altura de bica de 0,90m deve ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado, e deve ser garantido um M.R. para a aproximação frontal. Bebedouros de garrafão e outros modelos O acionamento de bebedouros do tipo garrafão, filtros com célula fotoelétrica ou outros modelos, assim como a posição de manuseio dos copos, devem situar-se entre 0,80 m e 1,20 m de altura do piso acabado, e localizados de modo a permitir aproximação lateral da P.C.R.
Lixeiras para reciclados:	Quando instalados em áreas públicas, devem ser localizados fora das faixas livres de circulação. Deve ser garantido espaço para aproximação de P.C.R. e altura que permita o alcance manual do maior número de pessoas.
Ornamentação da paisagem e ambientação urbana:	O plantio e manejo da vegetação devem garantir que os elementos (ramos, raízes, plantas entouceiradas, galhos de arbustos e de árvores) e suas proteções (muretas, grades ou desníveis) não interfiram nas rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres. Nas áreas adjacentes às rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres, a vegetação não pode apresentar as seguintes características: a) espinhos ou outras características que possam causar ferimentos; b) raízes que prejudiquem o pavimento; c) princípios tóxicos perigosos. - Assentos públicos: Os assentos devem apresentar: a) altura entre 0,40 m e 0,45 m, na parte mais alta e frontal do assento; b) largura do módulo individual entre 0,45 m e 0,50 m; c) profundidade entre 0,40 m e 0,45 m, medida entre a parte frontal do assento e a projeção vertical do ponto mais frontal do encosto; d) ângulo do encosto em relação ao assento entre 100° a 110°. Os assentos devem estar implantados sobre uma superfície nivelada com o piso adjacente. Deve ser garantido um M.R. ao lado dos assentos fixos, sem interferir com a faixa livre de circulação.
Locais de esporte, lazer e turismo:	Todas as portas existentes na rota acessível, destinadas à circulação de praticantes de esportes que utilizem cadeiras de rodas do tipo “cambadas”, devem possuir vão livre de no mínimo 1,00 m, incluindo as portas dos sanitários e vestiários. As áreas para prática de esportes devem ser acessíveis, exceto os campos gramados, arenosos ou similares. Os sanitários e vestiários acessíveis devem estar localizados tanto nas áreas de uso público quanto nas áreas para prática de esportes.
Parques, praças e locais turísticos	Parques, praças e locais turísticos que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis. Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente.
Para áreas de circulação e manobra:	“Os parâmetros apresentados nesta subseção também se aplicam às crianças em cadeiras de rodas infantis.” (ABNT NBR 9050:2015)

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

1.3. Aspectos Teóricos

Este capítulo tem por objetivo criar uma referência da importância dos espaços públicos no contexto internacional e nacional, de acordo com a opinião de autores selecionados.

1.3.1. Opiniões de Autores Internacionais

Muitos autores já discutiram sobre o dilema da gentrificação, onde, por um lado, produz melhoramento do espaço urbano e, por outro lado, promove exclusão social. Atualmente também se fala muito sobre Placemaking, que é um processo que visa transformar os espaços públicos, para que eles estimulem maiores interações entre as pessoas e promovam comunidades saudáveis e felizes.

Villaça (2012) diz que, as cidades criam suas características e identidades de acordo com a sua população, variando entre interesses pessoais, políticos e de sua própria morfologia, conforme seu crescimento populacional e territorial.

Isso passa a ser cada vez mais perceptível, evidenciando as apropriações que ocorrem por meio da evolução urbana no espaço intra-urbano.

Essa busca por nova vitalidade urbana tem como base as análises de diversidade urbana (JACOBS, 2000), compreendendo, também, os processos político e de planejamento urbano, com uma visão pós-moderna de concepção (HARVEY, 1998).

Para isso, nos processos de planejamento e gestão urbanos, é necessário considerar o saber popular de diversas maneiras e em diversos momentos, verificando os anseios da população, politicamente considerados como planos e projetos participativos (JACOBS, 2000).

A crescente valorização da sustentabilidade urbana nos últimos anos refletiu-se na preocupação com a qualidade do espaço urbano. Simultaneamente, a concorrência entre cidades pela atração de investimento e criação de emprego, resultou no reconhecimento do valor gerado por espaços públicos de sucesso. Face ao caráter multifacetado do espaço público e aos múltiplos critérios e perspectivas disciplinares de avaliação, perceber como esse espaço beneficia e cria valor em diversas áreas da sociedade, permite uma melhor compreensão do que faz com que este tenha sucesso. (VAZ. 2014, p. 13).

De acordo com Nefs, uma verdadeira revitalização urbana através da cultura seria aquela que, de um lado, reinstaurasse nova vitalidade tanto urbana quanto cultural à área de intervenção, através das diversas iniciativas culturais, não grandes projetos ou obras, mas que, incorporem também a população e a cultura local.

Assim como Nefs, entendemos que a união dos processos de gentrificação e placemaking, (como explicados acima) seria o roteiro ideal para um desenvolvimento satisfatório de um projeto de revitalização urbana.

O espaço público urbano é um contexto de mediação através do qual as identidades sociais, as práticas e as imagens sócio espaciais podem ser criadas e contestadas. Fazendo parte do conhecimento que se tem da cidade, contribui para se pensar a relação entre espaço, cultura e sociedade. É, portanto, suporte para a manifestação de prestações e práticas pessoais, sociais e culturais, atos de resistência e de dominação, conflitos, memórias, mudanças, imagens, identidades, encontros; como um espaço que é constituído por esses mesmos dramas (MENEZES, 2009, p. 32).

De acordo com Menezes (2009), o espaço público é, um elemento de estrutural de grande relevância na transformação da cidade como "lugar público".

Os efeitos negativos da valorização ocorrem não apenas nas cidades europeias ou norte-americanas. Van Kempen e Marcuse pesquisaram efeitos de gentrificação na América do Sul: “Infraestrutura e serviços têm papéis importantes na especulação. Em cidades onde são escassos há exclusão dos pobres das áreas bem-equipadas.” (NEFS, p. 24).

Vaz (2014), observa que, a par da crise por que passa esse espaço - comumente considerado como o "elemento negativo" da urbe contemporânea - ele é o elemento "mais duradouro da cidade.”

Para esse arquiteto, o espaço público é mais que um elemento de décor urbano - ele constitui a fundação da própria cidade. Pelo fato de muitas cidades se apresentarem desestruturantes e, em certo sentido, desconstruídas, é porque "abriram mão da unidade" que lhes poderia ser dada através do espaço público.

1.3.2. Opiniões de Autores Nacionais

Entendemos que a necessidade de espaços livres e de contato com a natureza que o habitante urbano possui, deve ser compreendida pelo crescente distanciamento que as cidades passaram a ter em relação às áreas rurais.

Os parques urbanos são espaços que estruturam parte da vida pública no espaço urbano. Souza, (2008a) diz que nos parques urbanos a cidade se encontra em sua diversidade, tornando visíveis as diferentes matizes que compõem o tecido urbano, assim como suas contradições.

Ou pelo menos deveria ser assim, se levarmos em conta que os parques urbanos são espaços públicos. Os espaços públicos são lugares da cidade em que a acessibilidade ampliada permite o encontro entre os diferentes grupos e classes sociais que compõem o conjunto urbano local.

Ainda de acordo com Souza, (2008a), essa diversidade de grupos que usam o espaço público, com práticas espaciais bastante particulares, gera a necessidade de criação de um estatuto público que garanta o convívio mútuo, para que a diversidade seja respeitada sob a premissa da igualdade sendo assim podemos afirmar, como aponta Gomes (2009), que o espaço público é os lócus da lei.

As cidades são planejadas de forma a reunir várias pessoas em espaços pequenos. Os órgãos públicos se preocupam com a qualidade de vida das pessoas. Os parques são definitivamente ratificados como polos de lazer urbano, e as praças, agora espalhadas por todos os bairros, são elementos necessários para a vida na cidade, tornando-se objeto de interesse político. (MACEDO, 2003, p. 37).

Nesse contexto, Bezerra (2016), explica que a concepção das áreas urbanas evolui de um espaço compacto e sem presença de vegetação, como são as cidades medievais, até as concepções contemporâneas de urbanismo, que visam a manutenção de áreas nativas na malha urbana de modo a preservar a biodiversidade e os serviços ambientais ofertados pela natureza.

Os espaços públicos devem ser projetados na perspectiva de atender às necessidades das comunidades, oferecendo espaço de circulação, opções de lazer, além de construir um ambiente agradável. Neste contexto, as praças significam um instrumento de socialização, de qualidade de vida das pessoas e de preservação de áreas de uso comum. (CORREIO POPULAR, 2013).

Novamente Bezerra (2016) aduz que, no século XIX surge a necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente insalubre dos bairros industriais. Nesta fase os centros urbanos cresciam sem nenhuma regra e muitos espaços considerados áreas verdes de uso coletivo foram privatizados.

Partindo de diversos conceitos e práticas, a entidade Project for Public Spaces, vem trabalhando numa abordagem que busca entender todos os aspectos que fazem dos espaços públicos lugares de interesse para as pessoas desfrutarem a vida nas cidades. Com o passar dos anos essa abordagem foi recebendo novos olhares e se adaptando às diferentes realidades socioeconômicas e culturais das áreas urbanas de cada região do planeta. Dessa riqueza surgiram novas técnicas, como a estratégia Lighter, Quicker and Cheaper. (ARCHIDAILY, 2015).

Schurhaus (2017), trata as cidades como o grande palco da sociedade contemporânea, dizendo que é um território repleto de possibilidades, e que o meio urbano influencia diretamente a qualidade de vida dos seus moradores. Segundo esse autor, entender a importância da qualidade do espaço público urbano vai além de querer uma cidade mais bonita. As calçadas, as ciclovias, os parques e as praças são elementos estruturantes das cidades e interferem na saúde dos cidadãos.

As praças e os parques são destinados a atividades lúdicas, recreativas, de lazer e convivência, associados a ambientes de acessibilidade pública e livre de edificações. São capazes de regenerar aspectos físicos e socioeconômicos de áreas degradadas, configurando espaços ideais para os pedestres. O planejamento vai da acessibilidade à iluminação e segurança – uma solução completa que requer compreensão da dinâmica e dos aspectos culturais do local. (GALERIA DA ARQUITETURA, 2016).

Ainda de acordo com Schurhaus (2017), nossas cidades são um organismo em constante movimento e mudança. Deslocamentos ativos, caminhabilidade, desenvolvimento sustentável deixaram de ser um discurso e se tornaram uma necessidade da sociedade. O espaço público precisa ser o palco e as pessoas as grandes protagonistas desse meio urbano.

Segundo Schurhaus (2017), os espaços públicos podem ser vistos como locais de muita importância para as relações sociais. No entanto, essa citação defende que quando existe entrosamento, se consegue uma série de benefícios para a população, sendo os principais o suporte social, as redes de apoio e o sentido de pertencimento a uma comunidade.

“Projetos de praças costumam ser mais dependentes do local onde serão inseridas. Devem interagir – visual e fisicamente –, com os elementos que a circundam, como calçadas, ruas e prédios. Já os projetos de parques são livres da função de contextualizar-se com o local, permitindo concepções díspares do seu entorno.” (GALERIA DA ARQUITETURA, 2016).

Serdoura (2018), quando fala sobre a percepção da qualidade do espaço público, explica que o mesmo surge como consequência das imagens que se têm do local (onde se fundem aspectos de ordem formal e funcional) e de como e por quem essas imagens são apreendidas. De acordo com ele, a interação entre a forma urbana e o comportamento humano pode ser concordante ou conflituosa com as exigências humanas da vida urbana, mas não pode ser delas separada.

Entendendo o que Serdoura (2018), trata a respeito do espaço público, em síntese, para melhor compreendermos, podemos dizer que, para satisfazer melhor as pessoas que usam

quotidianamente o espaço público, há que tentar relacionar os espaços públicos com o contexto urbano em que estes se inserem, de forma a analisar as mudanças culturais e da vida urbana que as pessoas promovem individualmente e em grupo, já que são essas mesmas mudanças que produzem novas necessidades e novos espaços.

De acordo com essa pesquisa de opiniões de autores nacionais, entendemos que, será desejável incentivar processos de qualidade no desenho do espaço público no sentido de oferecer a cidade a todos; ou seja, devem ser ultrapassadas as barreiras físicas que condicionam o acesso e movimentação de determinados segmentos da comunidade, quer estas decorram da sua situação no ciclo de vida (crianças e idosos), quer estejam incapacitadas (permanente ou temporariamente) de se movimentarem normalmente, atendendo assim as normas técnicas de acessibilidade. (ABNT/NBR9050/2015).

2. TIPOLOGIA

Este capítulo trata da escolha da temática proposta para o CEDEL, procurando evidenciar a importância da definição das famílias arquitetônicas e suas tipologias. Entende-se que é de suma importância a conceituação do trabalho para um bom desenvolvimento projetual. Partindo de uma análise criteriosa dos estudos levantados nas pesquisas, sobre as necessidades e os anseios da comunidade local, foi definida a escolha da tipologia advinda da família arquitetônica a qual pertence.

2.1. Famílias

A definição da família arquitetônica para a revitalização do CEDEL norteia as diretrizes do desenvolvimento do projeto. Atualmente, o CEDEL possui uma tipologia equivocada no contexto ao qual está inserido, pois no seu interior os equipamentos foram distribuídos ao acaso, sem nenhum tipo de planejamento. A partir dessa premissa, surgiu a proposta de uma intervenção mais impactante para o local, direcionando ao estudo das famílias de parques e praças.

Optou-se por mudar a família arquitetônica atual do CEDEL, de arquitetura de esportes e lazer, para uma proposta de arquitetura de parques e praças, pois assim se aproximará mais da realidade local ampliando as opções de esportes, lazer e convívio social, atendendo às necessidades das famílias do bairro e de todos os usuários do Cedel, cumprindo assim sua função urbana.

Arquitetura de Parques e Praças: Os parques urbanos, em especial, têm importante papel dentro da cidade, segundo Pardal (2006), através dele pode-se proporcionar uma maior qualidade de vida à população, um local de lazer, de recreação e educação ambiental para a população residente próxima a área, como também para o restante das pessoas que podem desfrutar das várias finalidades que um parque proporciona.

De acordo com Pardal (2006), a recuperação do espaço e do conceito de parque urbano, como elemento de composição da cidade com identidade própria, impõe a revisitação das ideias e obras paradigmáticas dos séculos XVIII e XIX, tanto mais que a sua ausência no urbanismo e na arquitetura paisagista contemporâneos se deve mais ao desconhecimento do que a um exercício de refutação consequente e de criatividade alternativas.

2.2. Tipos

Nos tópicos a seguir observaremos as tipologias que se referem as famílias de parques e praças e suas vertentes. Pretende-se contribuir para a discussão do papel do parque público e a importância das áreas verdes na vida urbana, que se refugia, cada vez com mais intensidade, nos espaços confinados.

2.2.1 Áreas Verdes Urbanas

Pela Resolução Conjunta n. 2, de 12 de maio de 1994, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), as áreas verdes são logradouros públicos com cobertura vegetal de porte arbustivo-arbóreo, não impermeabilizáveis, visando a contribuir para a melhoria da qualidade de vida urbana, permitindo-se seu uso para atividades de lazer.

2.2.2 Revitalização De Praças

De acordo com a matéria do blog praças (2018), os parques e praças são locais de estética natureza e memória, tornando-se a alma da cidade. Nela se situam os marcos referenciais, criação de paisagens que incentivam o convívio. Atualmente, além de se constituírem de um espaço não construído dentro da malha urbana elas carregam diversas funções e benefícios ao bem-estar social. Rompem a homogeneidade urbana como pontos de descompressão entre as edificações que as envolvem.

2.2.3. Revitalização De Patrimônio Histórico

A revitalização consiste na refuncionalização estratégica de áreas dotadas de patrimônio, ou seja, de objetos antigos que permaneceram inalterados no processo de transformação do espaço urbano, de forma a promover uma nova dinâmica urbana baseada na diversidade econômica e social. Essa estratégia, explicada por Moura (2006), adotada de forma precursora pela cidade de Barcelona, na Espanha, disseminou-se por diversas cidades do mundo assumindo diferentes denominações idiomáticas: *gentrification*, no Reino Unido; *rehabilitation/refurbishment* e *renovation*, nos EUA; *réhabilitation*, na França; *rehabilitación*, na Espanha, são algumas denominações empregadas em programas que adotam tal estratégia.

2.2.4. Espaços Livres E Verdes Urbanos

Segundo Macedo (1999 apud FERREIRA, 2005), os conceitos e as funções dos espaços livres urbanos evoluíram no decorrer dos anos, assim como o conceito de natureza vem se alterando já há algum tempo. Estes espaços ajudam a construir a paisagem urbana da cidade como um produto, porque resulta de um processo social de ocupação e gestão de determinado território.

2.2.5. Revitalização De Parques

Para Lima (1994, p.15) parque urbano “é uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos”. Para o autor os espaços livres desempenham funções importantes em uma cidade, como, a estética, a social e a ecológica. Destacam-se nesse contexto, as contribuições ecológicas, pois à medida que os elementos naturais compõem esses espaços minimizam os impactos decorrentes da urbanização e da industrialização.

2.3. Tipo Escolhido

Neste capítulo, com base nas análises feitas in loco do estado atual do CEDEL e nas pesquisas realizadas, pretende-se apresentar uma proposta de revitalização urbana que vá de acordo com os objetivos preconizados, apostando na valorização do parque utilizando o convívio social, o esporte e o lazer como estratégia, resultando essencialmente na melhoria do padrão da qualidade de vida urbana.

O tipo escolhido foi a Revitalização de Parques. A partir da observação e do levantamento dos problemas e dificuldades enfrentados pelos usuários do Cedel, percebeu-se a necessidade de readequação dos equipamentos públicos, atualmente ineficientes e obsoletos em grande parte; a criação de novos espaços destinados ao convívio social, como praça e locais de abrigo da chuva/sol; a redistribuição das áreas (setorização) de uma forma eficiente, pois desde sua criação/instalação, nunca houve um estudo ou projeto que contemplasse a infraestrutura do Cedel e a criação de áreas verdes. Diante dessas informações, conclui-se que a Revitalização é a melhor alternativa para o desenvolvimento de espaços que atendam às necessidades dos usuários, podendo torna-lo um parque com múltiplas funções.

2.3.1. Revitalização De Parques

A revitalização é um processo de planejamento estratégico, capaz de reconhecer, manter e introduzir valores de forma cumulativa. Dessa maneira, ela intervém a médio e longo prazo, de forma relacional, assumindo e promovendo vínculos entre territórios, atividades e pessoas, e, por conseguinte influencia na melhoria da qualidade do ambiente urbano e nas condições socioeconômicas (MOURA, et. al., 2006). Além disso, considera-se que revitalizar é dar vida a um lugar, renovando-o.

Compreendemos que a revitalização urbana não aparece somente como intervenções em formas de projetos para a polis e que o “revitalizar” de uma região ou um determinado local, culminam num processo de reconstrução e transformação do convívio da população em relação à cidade.

A revitalização surge como elemento transformador da realidade do CEDEL, podendo proporcionar melhores equipamentos urbanos, criação de áreas verdes, áreas de convívio social e ambientes salubres e acessíveis, intervindo diretamente na forma de se buscar melhorias para a saúde física e emocional dos usuários, da comunidade onde está inserido e dos seus visitantes.

3. METODOLOGIA

Este capítulo pretende contribuir para a elucidação sobre a metodologia de pesquisa em arquitetura e urbanismo, particularmente a pesquisa em projeto. A partir da compreensão de que o processo de elaboração do projeto de arquitetura é um espaço privilegiado, introduz-se aqui, a ideia do fazer e da materialidade como elementos protagonistas desse processo.

A ciência do arquiteto é ornada por muitos conhecimentos e saberes variados, pelos critérios da qual são julgadas as obras das demais artes. Ela nasce da prática e da teoria. Prática é o exercício constante e frequente da experimentação, realizada com as mãos a partir de materiais de qualquer gênero, necessária à consecução de um plano. Teoria, por outro lado, é o que permite explicar e demonstrar, por meio de relação entre as partes, as coisas realizadas pelo engenho. (VITRUVIO, 1999, p. 49).

3.1. Pesquisa

Segundo Rocha (2018), a pesquisa qualitativa é uma metodologia de caráter exploratório. Seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. Em outras palavras, busca compreender o comportamento do consumidor, estudando as suas particularidades e experiências individuais, entre outros aspectos. Nesse método, as respostas costumam não ser objetivas, ou seja, os resultados obtidos não são contabilizados em números exatos.

De acordo com Significados (2018), esse tipo de pesquisa serve como um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Com a pesquisa qualitativa, os entrevistados estão mais livres para apontar seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados como objeto de estudo.

Godoy (1995) explica que, quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Nesse sentido, a opção pela metodologia qualitativa se faz após a definição do problema e do estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar.

Neste trabalho, os resultados apresentados são de abordagem qualitativa, pois, dentro do tema abordado – “Projeto de Revitalização do CEDEL” – é o que oferece melhores recursos para o levantamento dos estudos de campo, onde os procedimentos analíticos podem ser definidos previamente; tendo em vista a melhora da qualidade de vida de seus usuários.

3.2. Método

Perry (2002), explica que o método científico compreende duas abordagens do conhecimento complementares: a empírica (indutiva) e a racional (dedutiva). Na abordagem indutiva, empregada em ciências descritivas como biologia, anatomia e geologia, extraem-se princípios gerais a partir da análise de dados coligidos através da observação e da experimentação.

As principais características do método indutivo, ainda segundo Perry (2002) foram defendidas pelo inglês Francis Bacon, que considerava os dados provenientes da experiência sensória como bases do conhecimento. Na abordagem dedutiva, empregada na matemática e na física teórica, as verdades são derivadas de princípios elementares. O método dedutivo foi formulado no século XVII por René Descartes (1596-1650), matemático e filósofo francês, considerado fundador da filosofia moderna.

De acordo com Delumeau (2004) em Discurso do método, Descartes expressou seu desapontamento com o saber de sua época. Grande parte daquilo em que ele acreditava se revelara falso. Descartes resolveu então, buscar somente o conhecimento que pudesse encontrar dentro de si mesmo ou na natureza. Empenhou-se em encontrar uma verdade irrefutável que servisse como princípio elementar do conhecimento.

Segundo Torres (2008), embora encontre larga aplicação em ciências como a física e a matemática, algumas objeções já foram apresentadas ao método dedutivo. Uma delas é a de que o raciocínio dedutivo é tautológico e, portanto, permite concluir de maneiras diferentes a mesma afirmação, sem acrescentar informações que já se sabia.

Já para o autor Gil (1999), o método dedutivo é “um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos”, necessários a investigação científica. A pesquisa tem um caráter pragmático, é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos

Como o conhecimento científico fundamenta-se na razão, quando o raciocínio é dedutivo, tem validade e suas premissas são verdadeiras, a conclusão é verdadeira.

Para utilizar esse método dedutivo, procura-se, partindo de princípios verdadeiros, estabelecer relações das necessidades e das possibilidades que venham ser propostas, para à partir de um raciocínio lógico, desenvolver esta pesquisa de intervenção e revitalização do CEDEL. Leva-se em consideração a base das pesquisas, que buscaram informações em níveis internacionais e nacionais, para que se pudesse fazer a proposta local.

3.3 Procedimento

Conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados. Este método é útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser estudado fora do contexto onde ocorre naturalmente. Ele é um estudo empírico que busca determinar ou testar uma teoria, e tem como uma das fontes de informações mais importantes, as entrevistas. Através delas o entrevistado vai expressar sua opinião sobre determinado assunto, utilizando suas próprias interpretações.

Um estudo de caso é uma pesquisa que aborda algum fenômeno atual. O objetivo é entender como ou porque determinado evento acontece. Essa estratégia é bastante utilizada em investigações sobre aspectos da sociedade, tudo, conforme critérios científicos de avaliação. (NETO, 2002).

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. (GIL, 2008, p. 58).

Entende-se que os estudos de caso são referências projetuais, geralmente clássicos da arquitetura, que tomamos como referência para desenvolver o projeto. Nesse intuito, pretende-se explorar as necessidades de lazer sócio - esportivas da comunidade local, cujos limites não estão claramente definidos e explicar as variáveis causais em situações que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. O estudo de caso para esta proposta, visa readequar equipamentos e instalações já existentes no parque CEDEL e ainda propor novos espaços.

4. REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS

Demonstraremos aqui obras que possuam elementos de destaque, de referenciais internacional e nacional, objetivando inspirar o desenvolvimento do projeto a partir da ideia da evolução dos parques urbanos e sua contribuição para a cidade.

4.1. Obras Internacionais

Este capítulo visa trazer o conhecimento de referenciais arquitetônicos, no âmbito internacional, sobre a evolução e o desenvolvimento de alguns parques expressivos. As obras a seguir, servem de bússola para nortear as diretrizes que permearão o desenvolvimento do projeto de revitalização do Cedel.

4.1.1. Praça De Espana - A Mais Popular De Tenerife

A nova praça foi inaugurada, depois de mais de um ano de obras, atrasos e inconvenientes. O novo aspecto é centrado em uma piscina de pouca profundidade, ao redor da qual há pequenas salas cobertas de flores. O resto do terreno tem solo de pedra, onde florescem pequenas flores, árvores e playground para crianças. Devemos também mencionar que debaixo da piscina há um museu com as ruínas do Castelo de São Cristóval que permanecem no mesmo lugar há quatro séculos. (SIGYC TRAVEL, 2017).

A Praça de Espanha, foi construída em 1929 na histórica Castillo de San Cristóbal. A praça está localizada no centro da cidade, no centro da praça é uma obra grande fonte artificial de arquitetos suíços Herzog & de Meuron. Perto da praça é um monumento aos mortos na Guerra Civil. Em uma extremidade ao lado do lago da Plaza de España é o grande sinal da marca turística da cidade: "Santa Cruz, el corazón de Tenerife". (SIGYC TRAVEL, 2017).

Programa De Necessidades

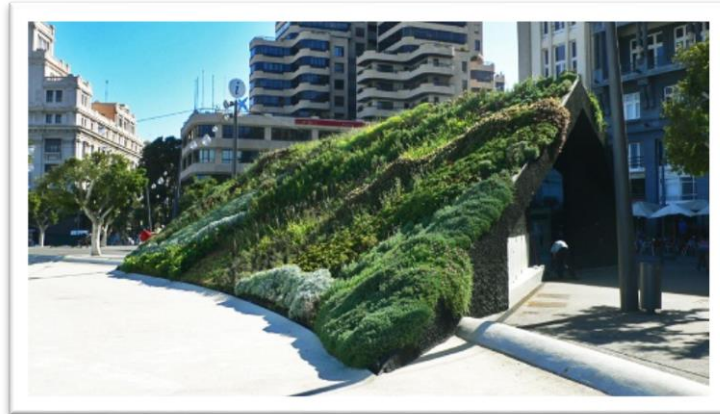
Plaza España Herzog & de Meuron

Arquitetura Paisagista: Herzog & de Meuron

Localização: Santa Cruz de Tenerife, Espanha

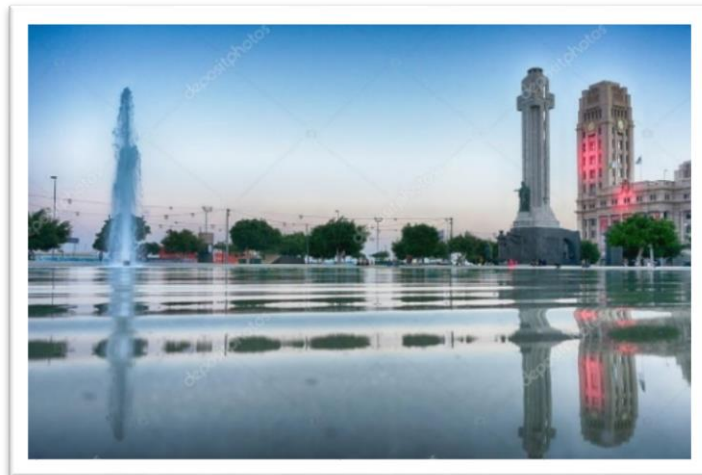
Construção: 2008 Área: 38.080 m²

Figura 11 - Telhado Verde



Fonte: Sigyc Travel, 2017.

Figura 12 - Vista do Chafariz



Fonte: Sigyc Travel, 2017.

Figura 13 - Vista aérea



Fonte: Sigyc Travel, 2017.

4.1.2 Piazza Fontana A Quinto De Stampi | Rozzano, Itália

A Piazza Fontana foi concebida como um espaço multiuso para os moradores do vilarejo de Rozzano, na Itália. A intenção foi dar identidade ao espaço, mesmo que o perfil de atividades a serem desenvolvidas na praça fosse livre. O local escolhido para a construção da praça é formado por dois terrenos – um antigo estacionamento e uma área com vegetação –, e o padrão geométrico com a proporção do “Retângulo de Ouro” garante equilíbrio, beleza e flexibilidade ao espaço. (LABICS, 2009)

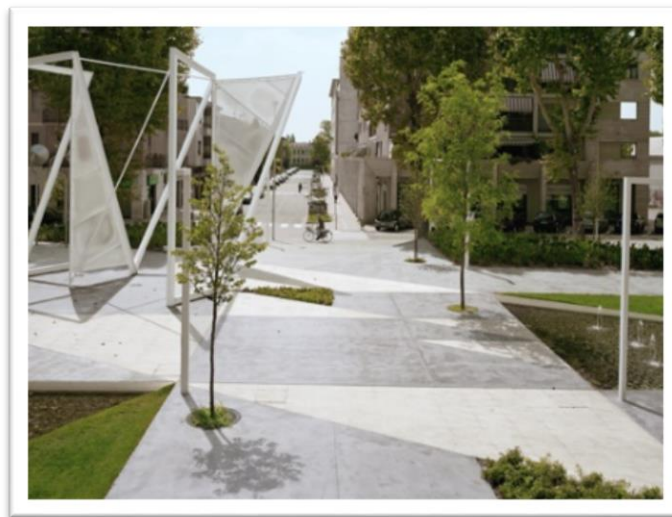
Localização: Rozzano, Milão

Área: 6.200 m² Programa: Planejamento de Nova Praça

Projeto Piloto: Labics | Gaia Maria Lombardo

Projeto Arquitetônico: Giorgio Pasqualini Projeto: 2007 Realização: 2008-2011

Figura 14 - Piazza Fontana



Fonte: Labics, 2009.

Figura 15- Piazza Fontana Vegetação



Fonte: Labics, 2009.

Figura 16 - Tratamento de Superfície



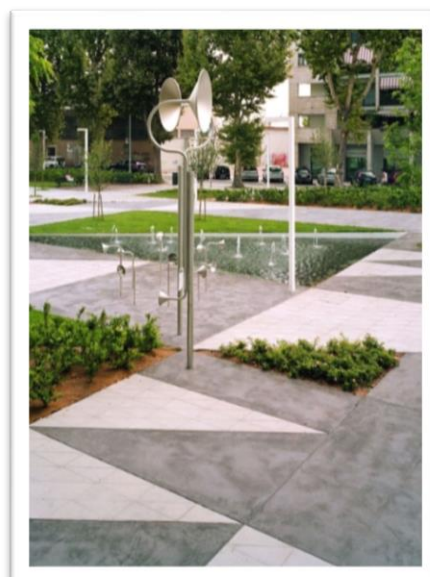
Fonte: Labics, 2009.

Figura 17 – Forma de Implantação



Fonte: Labics, 2009.

Figura 18 – Espelho D'Agua e Fonte



Fonte: Labics, 2009.

4.1.3 . Nessie – Bologna, Itália

O projeto, foi elaborado pelo Workshop Marocchi, projetado pelo escritório italiano BScape, que trabalha um mobiliário urbano de forma diferenciada. Tomando o caminho hipotético de um rio e transformando-o em um objeto tridimensional, isso gera uma 'fita' que se torna: fonte, área de estacionamento, equipamento de jogo, assentos. Um sinal que carrega várias funções relacionadas à vida ao ar livre. (GALERIA DA ARQUITETURA, 2016).

A água flui das extremidades da fita através de duas fontes, uma baixa e uma alta, para simbolizar o fluxo de água e seu valor fundamental ao longo da vida, como se apenas por um momento tivesse sido 'emprestado' e depois retornado ao rio. A água como um lugar geográfico em torno do qual historicamente foram criadas aldeias, cidades, formas de agregação. A água não para, flui e gira, toma a forma do recipiente que a contém e então retorna livre. GALERIA DA ARQUITETURA, 2016).

Figura 19 - Vista do Mobiliário



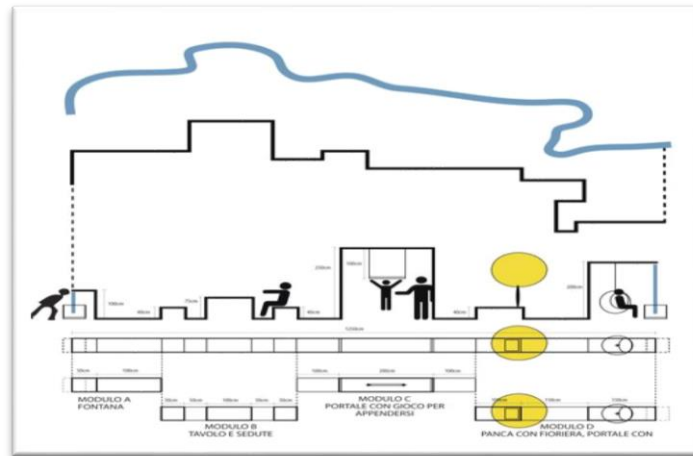
Fonte: Galeria da Arquitetura 2016.

Figura 20 - Mobiliário Nessie



Fonte: Galeria da Arquitetura 2016.

Figura 21 – Planta Mobiliário Nessie



Fonte: Galeria da Arquitetura 2016.

4.1.4 Central Park – Nova York

Em 21 de julho de 1853 foi criado oficialmente o Central Park em Nova York pelo legislativo estadual, que autorizou a cidade a comprar mais de 323 hectares de terra no centro de Manhattan. Sendo projetado pelo mais famoso paisagista americano Frederick Law Olmsted e pelo arquiteto inglês Calvert Vaux, que se associaram para entrar no concurso de projeto do Central Park. O plano deles foi o ganhador, e eles trabalharam junto entre 1865 e 1872. (LUCCHESI, 2008).

FIGURA 22 - Central Park – Nova York.



Fonte: Lucchese, 2008.

O Central Park é um grande parque dentro da cidade de Nova Iorque. Possui uma área de 843 acres e está localizado no distrito de Manhattan. Foi inaugurado em 1857 com 778 acres, e é considerado, um oásis dentro da grande floresta de arranha-céus existente na região. (LUCCHESI, 2008).

Endereço: Nova York, NY, EUA Área: 3,41 km²

Designers: Frederick Law Olmsted (1822–1903), Calvert Vaux (1824–1895)

FIGURA 23 – Central Park – Nova York



Fonte: Lucchese, 2008.

4.1.5. High Line de Nova York.

O Jardim Suspenso da Babilônia moderna. O High Line é a prova concreta que estruturas antigas podem ser reaproveitadas para o lazer da população.

Figura 24 – High Line



Fonte: Época, 2016.

Mesmo se limitadas pelo espaço, algumas metrópoles conseguem ainda criar novas áreas verdes. É o caso de Nova York que, ao aproveitar infraestruturas que seriam demolidas, criou um jardim suspenso sobre o viaduto de uma velha ferrovia. Entre 1929 e 1934, a Ferrovia Central de Nova York construiu uma linha férrea no lado oeste da cidade. Para evitar a confusão de cruzamentos no mesmo nível que as ruas, os trens de carga trafegavam sobre uma via elevada a mais de 10 metros do solo, na altura do terceiro andar dos prédios. A ferrovia era conhecida como “Live Line”, a Linha de Vida de Nova York. (ÉPOCA, 2016).

Figura 25 - Vista da linha férrea, de Manhattan, (circa 1934)



Fonte: Época, 2016

Figura 26- Hoje, o elevado no bairro Chelsea é um lugar de passeio



Fonte: Época, 2016.

Em 1999, a Prefeitura de Nova York decidiu que iria demolir o elevado. Mas dois residentes, Joshua David e Robert Hammond, criaram a associação Amigos do High Line e

conseguiram impedir a destruição. Em 2002, o Prefeito Michael Bloomberg garantiu que Nova York cederia fundos para converter a ferrovia em um parque suspenso, aproveitando a vegetação existente – incluindo árvores – e o instinto artístico nova-iorquino. (ÉPOCA, 2016).

Desde sua inauguração em junho de 2009, o High Line soube atrair artistas interessados em apresentar seus trabalhos inovadores. A proposta de Gilbert & George (que não assinam seus sobrenomes e que trabalham juntos desde a década de 1960) é mostrar uma arte para todos os públicos e não apenas reservada à elite. (ÉPOCA, 2016).

Figura 27 - Um dos trechos do High Line



Foto:Época, 2016.

4.2. Obras Nacionais

Este capítulo visa trazer o conhecimento de referenciais arquitetônicos, no âmbito nacional, sobre a evolução e o desenvolvimento dos parques no Brasil. As obras a seguir, servem de bússola para nortear as diretrizes que permearão o desenvolvimento do projeto de revitalização do Cedel.

4.2.1 Praça Victor Civita / São Paulo – SP

O projeto, de Levisky Arquitetos Associados, com a participação da arquiteta convidada Anna Dietzsch, foi todo elaborado a partir de premissas sustentáveis visando redução de entulho, baixo consumo de energia, utilização de materiais reciclados, legalizados e certificados, reuso de água, aquecimento solar, manutenção da permeabilidade do solo. Um

grande deck de madeira certificada pousa sobre o terreno, sustentado por estrutura metálica, de modo a impedir o contato com o solo contaminado. (ARCHDAILY, 2018).

O deck se estende na diagonal do terreno, propondo um percurso que enfatiza a perspectiva natural do espaço e convida o usuário a percorrer os caminhos da Praça. Como o casco de um grande barco, o deck se desdobra do plano horizontal ao vertical com formas curvilíneas, criando ambientes que se delimitam pela tridimensionalidade da forma, grandes “salas urbanas” que diversificam e incentivam o uso público do espaço. (ARCHDAILY, 2018).

Programa De Necessidades

Deck de madeira e Deck de piso de concreto: percurso consciente;

Laboratório de Plantas (sistema de reuso de águas + biocombustíveis);

Museu da Reabilitação Ambiental – Edifício Incinerador;

Praça de Paralelepípedos; Centro da Terceira Idade; Arena, arquibancada para 240 pessoas; Sanitários, Depósitos, Cabine de som; Camarins; Oficina de Educação

Figura 28 – Praça Victor Civitá - Implantação



Fonte: Archdaily, 2018.

Figura 29 – Praça Victor Civitá - Vista do lago



Fonte: Archdaily, 2018.

4.2.2. Parque Alberto Simões

Ao longo do percurso configuram-se três espaços diferentes – estar, lazer e contemplação. Nas áreas cobertas, que são equipadas com bancos, as pessoas podem interagir ou apreciar a vista da cidade. No entanto, o destaque do Parque Alberto Simões são os espaços destinados à prática de esportes radicais. Em meio à vasta mata nativa de pinheiros, o local acomoda um circuito de arvorismo, pista de mountain bike e skate, trilhas de caminhada, duas tirolesas e uma parede de escalada de 9 m de altura. (ARCHDAILY, 2016).

No ponto mais alto do terreno fica a antiga fazenda, que foi mantida e transformada num espaço cultural e educativo. Dali, os visitantes podem desfrutar da melhor vista do parque. Grande parte dos elementos do projeto – equipamentos esportivos, coberturas e passarelas – foi confeccionada com estruturas metálicas pintadas na cor vermelha, criando um contraste com a abundante vegetação. (ARCHDAILY, 2016).

Ficha Técnica

Escritório IDOM Local: SP, Brasil

Início do projeto: 2012

Conclusão da obra: 2016

Área do terreno: 125.000 m² ;

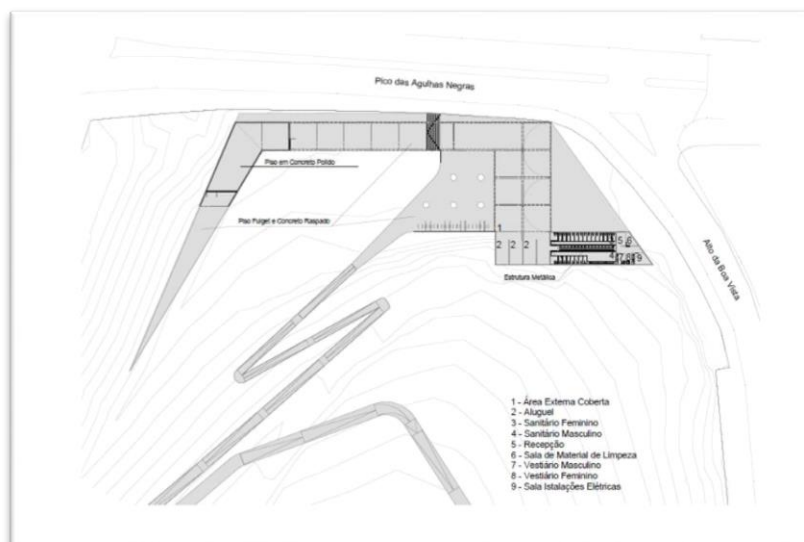
Tipo de obra: Praças e parques

Tipologia: Urbanismo;

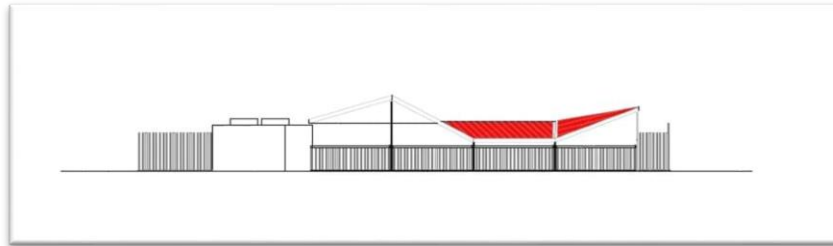
Materiais predominantes: Aço / Concreto

Diferenciais técnicos: Design / Sustentabilidade

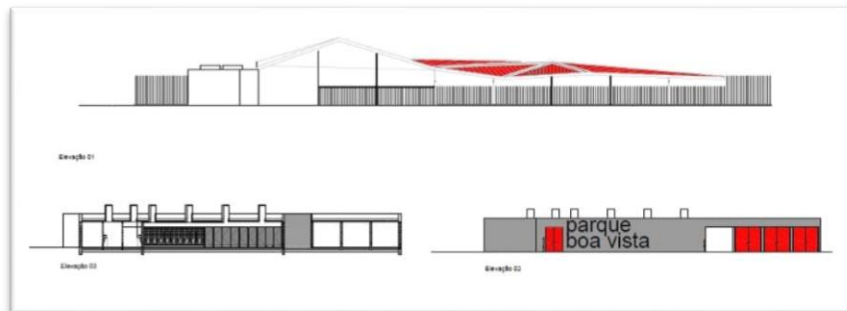
Figura 30 – Parque Alberto Simões - Planta



Fonte: Archdaily, 2016.

Figura 31 – Parque Alberto Simões - Corte

Fonte: Archdaily, 2016.

Figura 32 - Parque Alberto Simões - Corte

Fonte: Archdaily, 2016.

4.2.3. Parque Da Juventude – Carandiru

O desenho do novo espaço, nomeado Parque da Juventude, manteve a maioria das construções já existentes e setorizou a área em três partes: Parque Institucional, com os edifícios da casa de detenção; Parque Central, que concentra toda a área verde; e o Parque Esportivo, composto por pista de skate, dez quadras poliesportivas e circuito de arborismo. No setor Institucional foram mantidos dois edifícios – Pavilhões 4 e 7 – em área larga e descoberta, voltados para a Avenida Cruzeiro do Sul. Com acesso direto à estação de metrô Carandiru através de marquises, a área liga os setores Central e Esportivo. (ARCHDAILY, 2017).

Ficha Técnica

Escritório aflalo/gasperini arquitetos Local: SP, Brasil
 Início do projeto: 2002 Conclusão da obra: 2007 Área do terreno: 240.000 m²
 Tipo de obra: Complexos esportivos Tipologia: Esporte
 Materiais predominantes: Concreto / Vidro. Diferenciais técnicos: Sustentabilidade
 Ambientes e Aplicações: Corredores e caminhos; Áreas de convivência; Áreas de lazer; Átrios; Brise-soleils; Escadas externas e rampas; Estruturas Moldadas in loco em concreto; Fachadas de edifícios; Guarda-corpos; Passarelas; Pilotis; Praças e parques.

Figura 33 – Parque Da Juventude – Croqui



Fonte: Archdaily, 2017.

Figura 34 – Parque Da Juventude - Implantação



Fonte: Archdaily, 2017.

Figura 35 – Parque Da Juventude - Alambrados



Fonte: Archdaily, 2017.

Figura 36 – Parque Da Juventude - Praça



Fonte: Archdaily, 2017.

4.2.4 Parques Central e Sul de Águas Claras – DF

Promovido pela Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, e organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Distrito Federal – IAB/DF, o resultado do Concurso Público Nacional de Projetos de Arquitetura e Paisagismo para os Parques Central e Sul de Águas Claras, teve seu resultado divulgado recentemente. (ARCHDAILY, 2018)

O partido para os Parques Central e Sul de Águas Claras é definido, prioritariamente, pela via que liga a Estação Águas Claras do Metrô, a oeste, ao Parque Ecológico Águas Claras, ao norte, e ainda, a mesma estação ao Parque Sul através de duas alamedas. Além dos benefícios advindos desta interligação, há aqui mais um dado estrutural do partido: a unificação das quadras que compõem o Parque Central sendo que permanecem as vias do sistema viário local. (ARCHDAILY, 2018)

Figura 37 – Projeto Parque Central e Sul de Águas Claras – DF



Fonte: Archdaily 2018.

Figura 38 – Projeto Parque Central e Sul de Águas Claras – DF



Fonte: ArchDaily, 2018.

O eixo de circulação, elemento de ligação de todas as quadras, tem forte presença no conjunto paisagístico e se desenvolve ao longo de todo o Parque. Contém pistas para pedestres e ciclistas separadas por uma faixa verde de largura variável. Do eixo partem acessos aos espaços de estar. O piso será em saibro se utilizando pedras do local. As passarelas de ligação sobre as linhas do Metrô têm desenho que busca leveza e estética e se destacam de forma emblemática no Parque. Poderão ser executadas em concreto armado, protendido ou em aço cortain. (ARCHDAILY, 2018).

Às calçadas existentes acrescentamos faixas de 2,00 metros de largura pavimentadas com piso drenante e subtraídas aos perímetros das áreas destinadas aos parques. Com isso alteramos o padrão das calçadas que agora recebem árvores de sombra e permitem livres e agradáveis passeios se transformando em verdadeira “promenade” de integração dos parques com o sistema viário existente. (ARCHDAILY, 2018).

Figura 39 – Projeto Parque Central e Sul de Águas Claras – DF



Fonte: ArchDaily 2018.

Figura 40 – Projeto Parque Central e Sul de Águas Claras – DF



Fonte: ArchDaily 2018.

Figura 41 – Projeto Parque Central e Sul de Águas Claras – DF



Fonte: ArchDaily, 2018.

Figura 42 – Projeto Parque Central e Sul de Águas Claras – DF



Fonte: ArchDaily, 2018.

4.3. Análise Das Referencias

O quadro a seguir demonstra destaques nas obras de referências internacionais.

Figura 43 – QUADRO de Destaques das Referências Internacionais

OBRAS INTERNACIONAIS	DESTAQUES
PRAÇA DE ESPANA	Fonte Artificial
	Telhado Verde
	Obelisco
	Playground
	Lago
PIAZZA FONTANA	Arquitetura aliada a natureza
	Boa Infraestrutura
	Design Diferenciado
	Centro de Recreação
NESSIE	Design Premiado
	Funcionalidade
	Monográfico
	Fluxo de água
CENTRAL PARK	Conservação de várias vegetações
	Arquitetura aliada a natureza
	Estruturas de atendimento ao público
	Centro de lazer, esporte e recreação
HIGH LINE DE NOVA YORK	Jardim suspenso
	Recuperação de área pública degradada
	Movimentos Artísticos

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

O quadro a seguir demonstra os destaques nas obras de referências nacionais.

Figura 44 – QUADRO de Destaques das Referências Nacionais

OBRAS NACIONAIS	DESTAQUES
PRAÇA VICTOR CIVITA	Sustentabilidade
	Reuso da água
	Laboratório de Plantas
	Museu de reabilitação Ambiental
PARQUE ALBERTO SIMÕES	Espaços de estar, lazer e contemplação
	Design
	Sustentabilidade
	Circuito de arvorismo
PARQUE DA JUVENTUDE	Área Verde
	Parque institucional
	Brise Soleil
	Centro esportivo
PARQUE CENTRAL DAS AGUAS CLARAS	Ligação com o metrô
	Parque ecológico
	Unificação das quadras

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

5. PROGRAMA DE NECESSIDADES

Nesta etapa serão apresentados os dados levantados nas obras de referências internacionais e nacionais, bem como o programa de necessidades, o estudo das massas e demais informações pertinentes ao desenvolvimento desse programa de necessidades.

5.1 Quadro Resumo

O quadro abaixo representa os equipamentos/ambientes que encontramos como referências nas obras internacionais sua relação com o programa de necessidades.

Figura 45 – QUADRO Resumo Obras Internacionais

SETOR	PROGRAMA	Praça Espanña	Piazza Fontana	Nessie	Central Park	High Line	Prog. Necessid. E Proposta
Setor Quadras	- Quadra de Vôlei	●	●	●	●	●	★
	- Quadra Poliesportiva	●	●	●	●	●	★
	- Campo de Futebol	●	●	●	●	●	★
Setor Pistas	- Pista Caminhada	●	●	●	●	●	★
	- Pista de Bocha	●	●	●	●	●	★
	- Pista de Skate	●	●	●	●	●	★
Setor Acessos	- Passeio Público	●	●	●	●	●	★
	- Portões	●	●	●	●	●	★
	- Rampas	●	●	●	●	●	★
Setor Serviços	- Banheiros	●	●	●	●	●	★
	- Vestiários	●	●	●	●	●	
	- DML	●	●	●	●	●	★
Setor Recreativo	- Praça	●	●	●	●	●	★
	- Jardim	●	●	●	●	●	★
	- Área Verde	●	●	●	●	●	★
Setor Equipamentos	- Academia ar livre	●	●	●	●	●	★
	- Playground	●	●	●	●	●	★

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

LEGENDA	
●	Sim
●	Não
★	Proposta

O quadro abaixo representa os equipamentos/ambientes que encontramos como referencias nas obras nacionais.

Figura 46 – QUADRO Resumo Obras Nacionais

SETOR	PROGRAMA	Praça Victor Civita	Parque Alberto Simões	Parque da Juventude Carandiru	Parque Central e das Águas Claras	PROG. NECESSID. E PROPOSTA
Setor Quadras	- Quadra de Vôlei	●	●	●	●	★
	- Quadra Poliesportiva	●	●	●	●	★
	- Campo de Futebol	●	●	●	●	★
Setor Pistas	- Pista Caminhada	●	●	●	●	★
	- Pista de Bocha	●	●	●	●	★
	- Pista de Skate	●	●	●	●	★
Setor Acessos	- Passeio Público	●	●	●	●	★
	- Portões	●	●	●	●	★
	- Rampas	●	●	●	●	★
Setor Serviços	- Banheiros	●	●	●	●	★
	- Vestiários	●	●	●	●	
	- DML	●	●	●	●	★
Setor Recreativo	- Praça	●	●	●	●	★
	- Jardim	●	●	●	●	★
	- Área Verde	●	●	●	●	★
Setor Equipamentos	- Academia ar livre	●	●	●	●	★
	- Playground	●	●	●	●	★

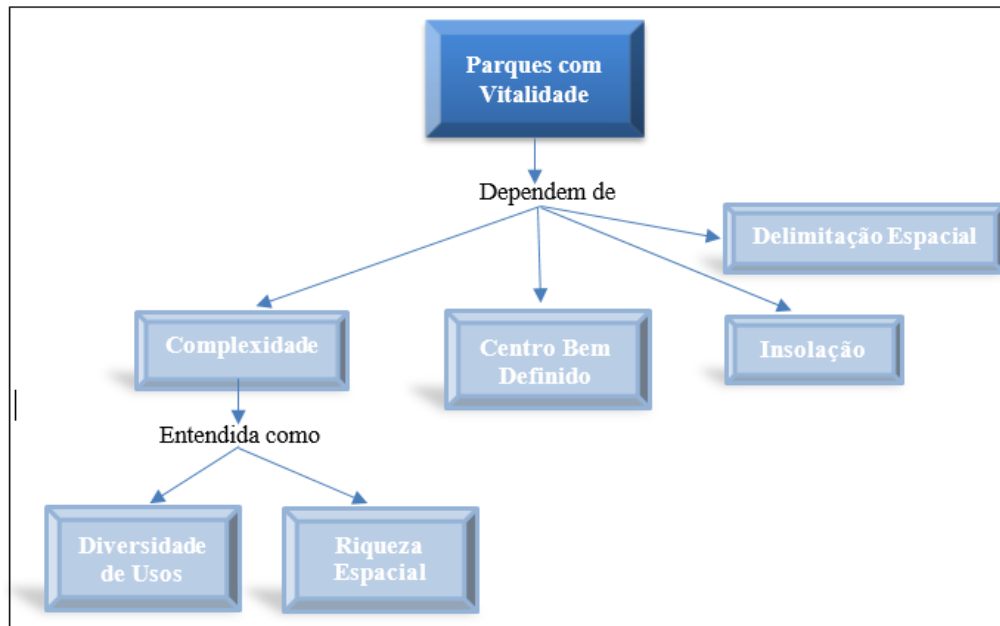
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

LEGENDA	
●	Sim
●	Não
★	Proposta

5.2 Delimitando o Programa de Necessidades

Para a definição do programa de necessidades do Cedel foi considerado o perfil dos moradores e dos usuários, pensando na carência que existe de um equipamento desse porte e tipo que ofereça diversidade das atividades.

Figura 47: Fluxograma de Delimitação do Programa



Fonte: Elaborado pela autora, 2018

A figura a seguir sintetiza, resumidamente, os principais interesses dos moradores do bairro e usuários do Cedel em relação ao parque.

Figura 48: QUADRO de Interesses do Programa de Necessidades

LAZER:	ESPORTES:	SERVIÇOS:
Descansar; Apreciar e Contemplar; Brincar.	Caminhar; Correr; Jogar; Andar de Skate; Exercitar-se.	Administrar; Estacionar.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

As atividades apresentadas atendem todas as necessidades que foram identificadas da população nesse contexto, (vide apêndice B), atividades com características individuais e que se integram e se complementam.

5.3 Programa De Necessidades

Uma forma de dimensionar os espaços que serão desenvolvidos é elaborando o programa de necessidades, contendo a setorização, os ambientes e pré-definindo as áreas que serão necessárias, como observamos no quadro a seguir.

Figura 49 - QUADRO Resumo do Programa de Necessidades

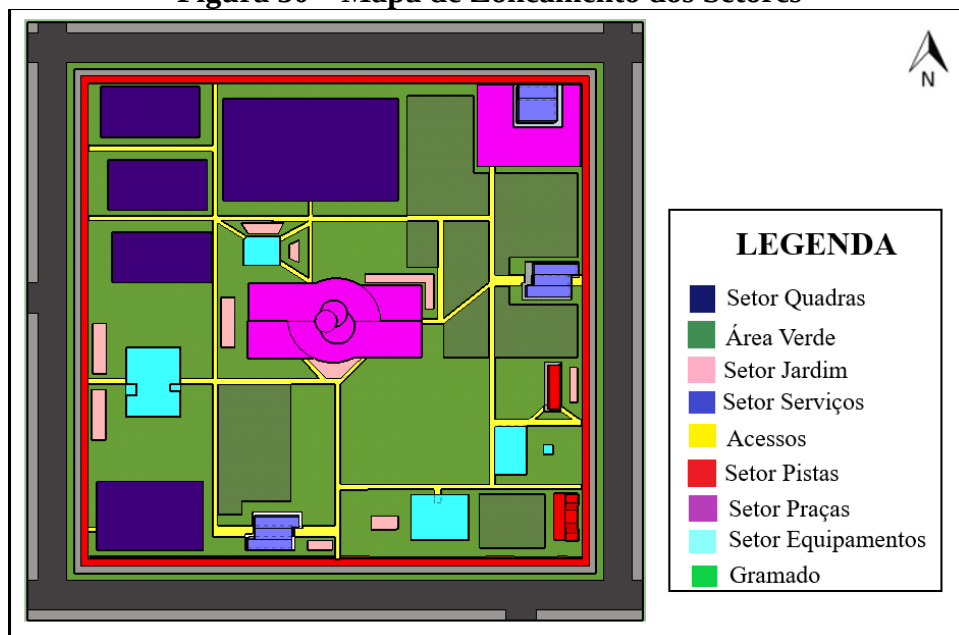
SETOR	AMBIENTES	QUANTIDADE DE AMBIENTES	ÁREA MÍNIMA	PRÉ-DIMENS. SETORES (m) ²
Setor Quadras	Quadra de Vôlei de Areia	3	384 m ²	8.324 m ²
	Quadra Poliesportiva	1	800 m ²	
	Campo de Futebol	1	7140 m ²	
Setor Pistas	Pista de Caminhada	1	500 m	1.700m ²
	Pista de Bocha	1	106 m ²	
	Pista de Skate	1	40 m ²	
Setor Acessos	Passeio Público	1	500m	515 m
	Portões	4	15 m ²	
Setor Serviços	Banheiros	2	120m ²	150 m ²
	DML	1	20 m ²	
	Administração	1	10 m ²	
Setor Recreativo	Praça	2	200 m ²	1220 m ²
	Jardim	3	100 m ²	
	Área Verde	3	700 m ²	
	Playground	3	220 m ²	
Setor Equipamentos	Academia ar livre	2	80 m ²	98 m ²
	Chuveiros	3	15m ²	
	Bebedouros	4	3m ²	

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

5.4 Estudo Das Massas

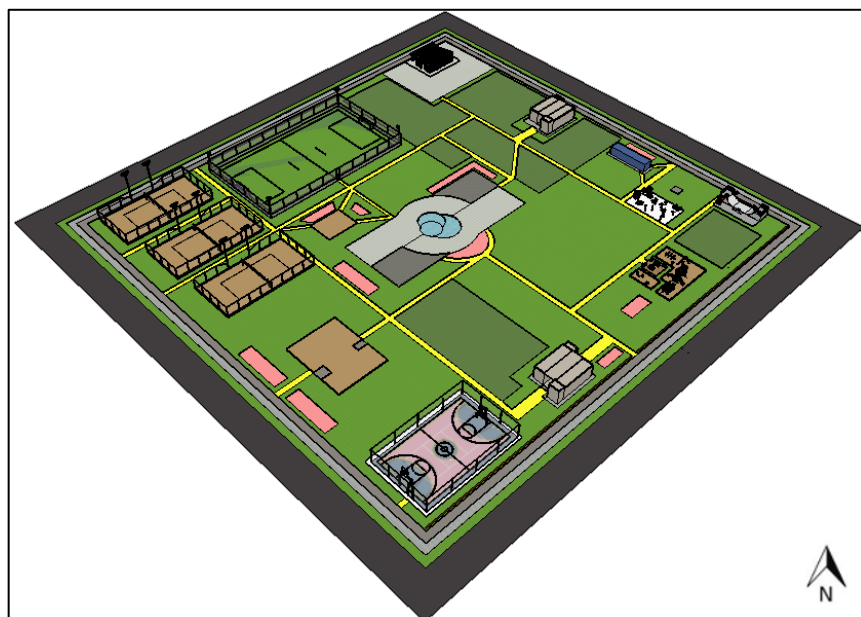
Para desenvolver o estudo das massas, no caso do projeto de revitalização de parques, foi desenvolvido o quadro de setorização dos ambientes que serão propostos, com o objetivo de estudar a viabilidade da locação de cada equipamento e para que a escolha do seu local dentro do parque seja arquitetonicamente ideal:

Figura 50 – Mapa de Zoneamento dos Setores



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 51: Volumetria Instalações e Equipamentos



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

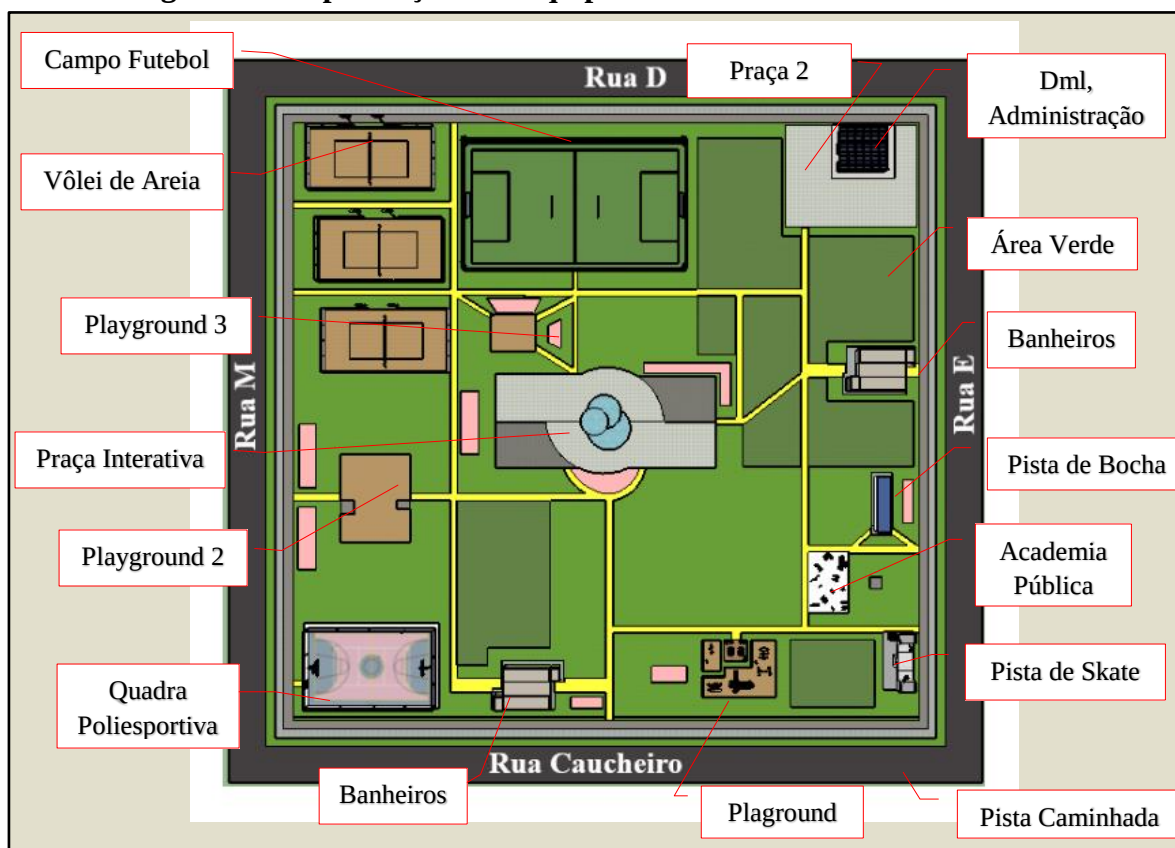
Neste tópico vemos o quadro da volumetria dos setores e na figura 52 a indicação dos ambientes por nome, para facilitar a visualização e compreensão.

**Figura 52: QUADRO Estudo de Massas
VOLUMETRIA DOS SETORES**



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 53: Implantação dos Equipamentos com Nome dos Ambientes

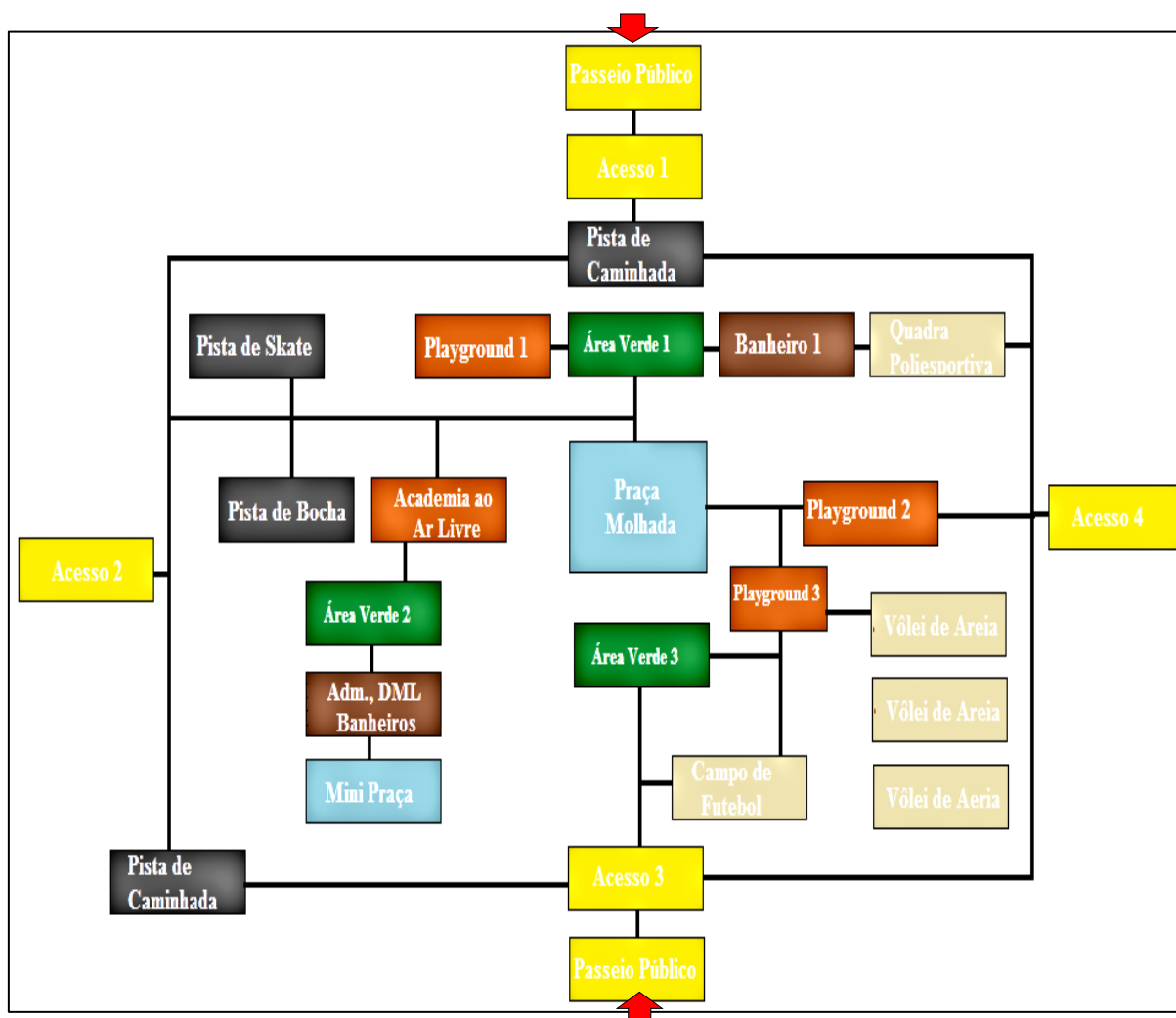


Fonte: Elaborado pela autora, 2018

5.5 Fluxograma

O fluxograma traz a ideia das ligações que teremos no desenvolvimento do estudo da revitalização do parque, direção de entradas e saídas em relação as ruas.

Figura 54 – Fluxograma do Programa de Necessidades



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

LEGENDA	
	Setor 1 Acessos
	Setor 2 Pistas
	Setor 3 Quadras
	Setor 4 Recreativo
	Setor 4 Praças
	Setor 4 Área Verde
	Setor 5 Serviços

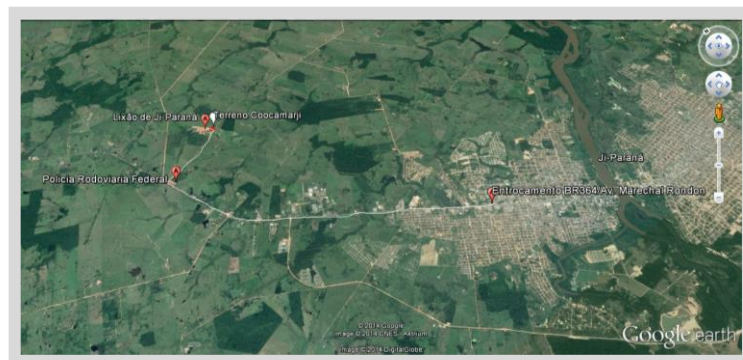
6. ESTUDO DE CASO DE SÍTIO

Este capítulo traz imagens aéreas e especificações do CEDEL no município de Ji-Paraná – RO, principais vias de acesso, dados do terreno, características, dimensões e índices interessantes ao desenvolvimento desta pesquisa.

6.1 Imagens

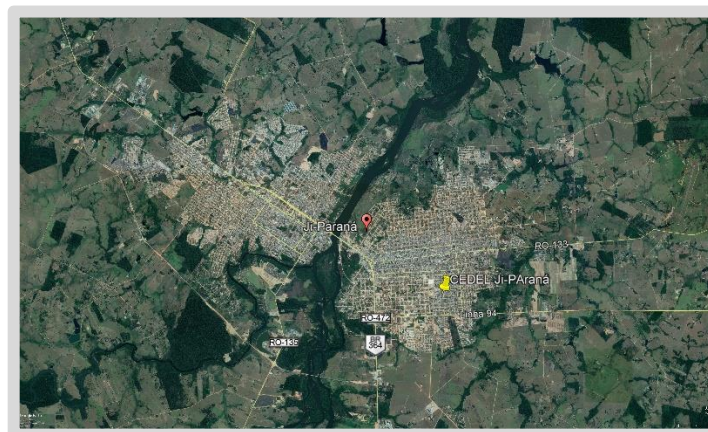
As imagens abaixo, representam a localidade do CEDEL em relação ao município de Ji-Paraná-RO, no bairro BNH e também em relação à quadra onde se localiza. Verifica-se ainda, os pontos de referência do seu entorno, principais vias de acesso e zoneamento

**Figura 55 –Município De Ji-Paraná – RO – Área Rural
(GOOGLE EARTH, 2018)**



Fonte: Google Earth, 2018.

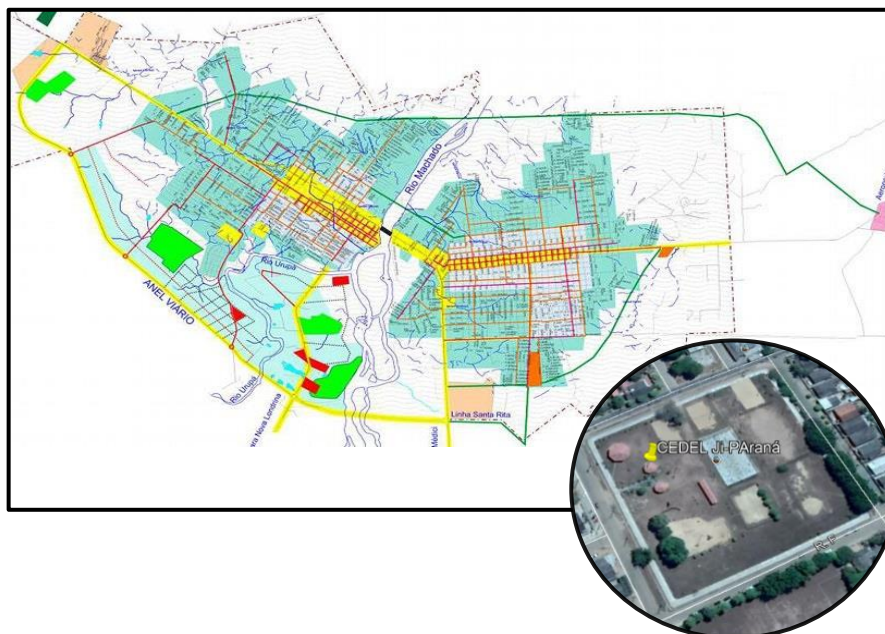
**Figura 56 –Município De Ji-Paraná – RO – Área Urbana
(GOOGLE EARTH, 2018)**



Fonte: Google Earth, 2018.

Na imagem a seguir podemos observar o mapa de zoneamento do município de Ji-Paraná e a referência direcional do Cedel, no segundo distrito da cidade.

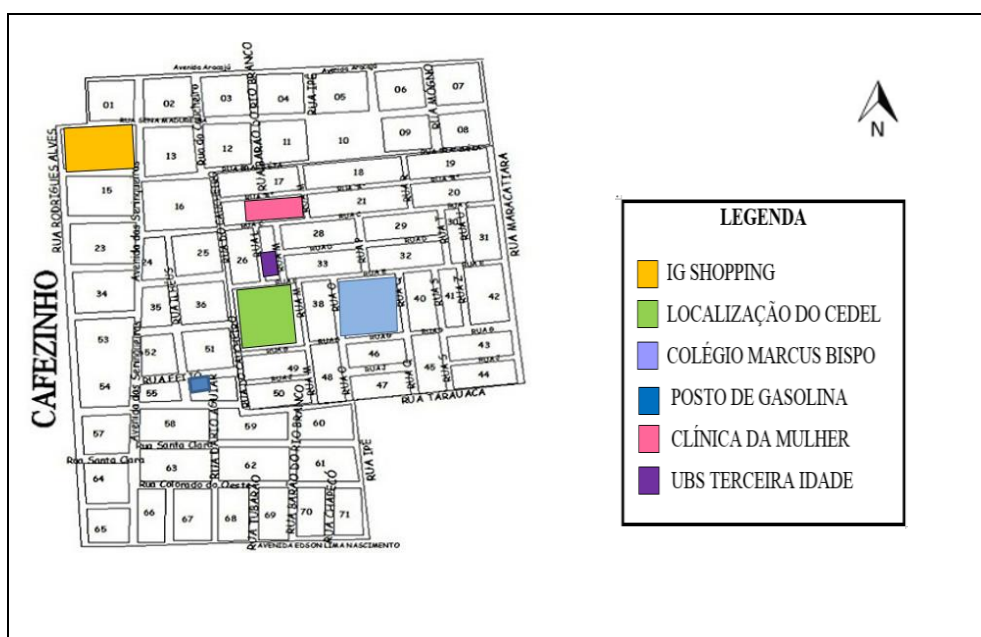
Figura 57: Mapa de Zoneamento do município de Ji-Paraná



Fonte: Plano Diretor, editado pela autora, 2018.

Na imagem a seguir temos os limites do bairro Cafezinho, onde se localiza o Cedel, alguns empreendimentos no entorno e sua posição em relação ao bairro.

Figura 58: Localização e Setor do Bairro Cafezinho



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Na imagem a seguir observa-se o Parque do Cedel em relação ao seu entorno, as ruas e avenidas que o margeiam e sua relação com o comércio local.

Figura 59: Imagem Quadra do Cedel

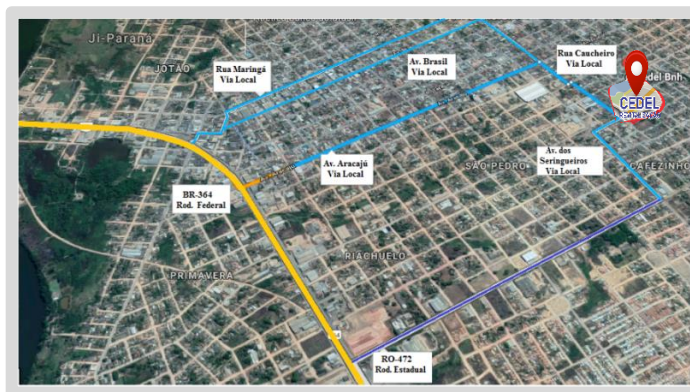


Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

6.2. Localização e Acessos

Mapa do município de Ji-Paraná, com as principais vias de acesso ao Cedel, vias de ligação com a BR 364 e demais acessos.

Figura 60 – Mapa do Município de Ji-Paraná – RO



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

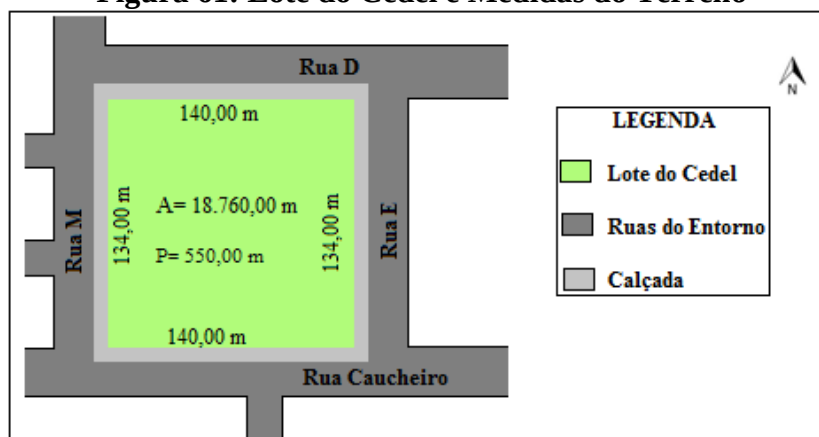
6.3. Lote

O lote destinado ao CEDEL possui uma área aproximadamente de 18.556,93 m^a, com um perímetro de aproximadamente 545,00 m em toda sua extensão. Possui uma declividade bastante sutil em relação ao tamanho da área. A área onde se localiza o Cedel é

cercada por alambrado tendo dois portões de acesso, 1 na avenida principal e um segundo portão na lateral direita. Possui pouquíssima arborização, tem uma manutenção regular, estando sempre limpo e com o gramado bem cuidado e regularmente aparado.

Possui ainda iluminação mínima necessária no parque, também iluminação pública, rede viária de ônibus, avenidas e ruas bloqueadas, localizando-se no perímetro urbano do segundo distrito do município.

Figura 61: Lote do Cedel e Medidas do Terreno



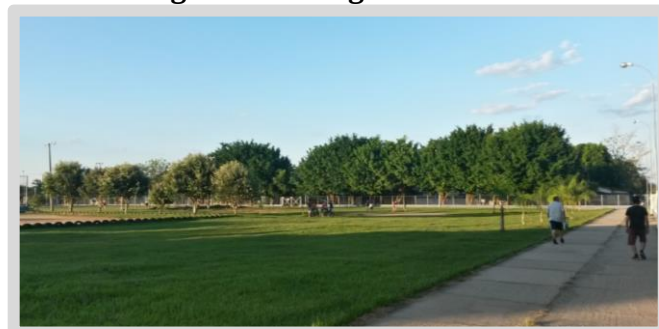
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 62: Imagem do Cedel



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 63: Imagem do Cedel



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

7. CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

A medida que este estudo foi sendo desenvolvido, atendendo aos questionamentos levantados e ao programa de necessidades proposto, criou-se o conceito para o projeto e desenvolveu-se o partido arquitetônico. De uma forma lúdica foi construída a ideia de Oásis no conceito e uma arquitetura contemporânea para a proposta de revitalização do CEDEL, como veremos a seguir.

7.1 Conceito

Por localizar-se em meio a “selva de pedras” urbana e estar num bairro com raríssimas árvores, o PARQUE CEDEL se assemelhará a sensação de estar em um Oásis no deserto, por ser um local de renovação das forças, de busca de qualidade de vida, interação social, prática de atividades físicas e oferecer contato com a natureza.

Figura 64 – Ideia de Oásis



Fonte: Depositi Photos, 2018.

OÁSIS definição: “Região que pode conter água e está localizada em lugares áridos. Lugar que, embora estejam cercados por momentos ou coisas desagradáveis, ocasionam prazer. ” (OÁSIS PROJECT, 2018)

Ao longo do desenvolvimento da percepção da área, um conceito passou a guiar o projeto: o Eixo. Tanto pelo contato com plantas, como o contato direto com o local possibilitou

o entendimento de que uma parte marcante do lote poderia ser a responsável por interligar os elementos urbanos atualmente desconectados. Esse “eixo” será uma praça molhada central.

Figura 65 - Motivacional



Fonte: Cury, 2018.

7.2 Partido Arquitetônico

O Partido Arquitetônico do Projeto de Revitalização do CEDEL foi desenvolvido a partir de premissas de acessibilidade, sustentabilidade, conforto térmico e contato com a natureza.

Tipologicamente, o conceito do Projeto de Revitalização para o CEDEL de Ji-Paraná, é de um parque urbano de lazer com múltiplas funções, para funcionamento nos dias de semana e nos fins-de-semana – em todos os períodos.

Estruturalmente, o conceito é de um equipamento urbano integrado, no qual as instalações componentes se harmonizam espacial, estética e funcionalmente, completando-se no atendimento aos frequentadores; as instalações de apoio devem ser projetadas para atender ao conjunto do parque. Esse conceito exige consequentemente um estudo cuidadoso das combinações espaciais possíveis, resolvendo a setorização de maneira equilibrada, de forma a se aproveitar ao máximo as áreas disponíveis, desenvolvendo a ecologia urbana.

7.2.1 Sustentabilidade

Sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro. (SUA PESQUISA, 2018).

7.2.2 Conforto Ambiental

O conceito de Conforto Ambiental em Arquitetura e Urbanismo está ligado à questão básica de se proporcionar aos assentamentos humanos as condições necessárias de habitabilidade, utilizando-se racionalmente os recursos disponíveis. Trata-se de fazer com que o produto arquitetônico corresponda - conceitual e fisicamente - às necessidades e condicionantes do meio ambiente natural, além do social, cultural e econômico de cada sociedade. (BIBLIOTECA MARISTA, 2018).

Figura 66 – Linha de Árvores na Incidência Solar



Fonte: Biblioteca Marista, 2018

Os telhados dos banheiros do CEDEL serão cobertos por um jardim suspenso, denominado telhado verde, haverá ainda, uma área interna nos banheiros com um chaft de ventilação e paredes verdes, proporcionando ao local conforto térmico, ventilação cruzada e iluminação natural. Serão distribuídas em toda a extensão do parque CEDEL árvores de

espécies nativas, que ainda serão definidas e detalhadas nas etapas posteriores, criando um microclima no parque e melhorando a qualidade do ar do seu entorno.

7.2.3 Materiais e Especificações

Buscando alternativas simples, de fácil execução e manutenção na composição dos espaços de lazer da praça, foram selecionadas as opções ilustradas a seguir:

Mobiliário em madeira plástica: A madeira plástica trata-se de um composto formado basicamente de plástico reciclado e resíduos de serragem e é reconhecida como uma solução ecologicamente correta para a confecção de mobiliário urbano, devido à retirada de lixo plástico do planeta e à diminuição do desmatamento indevido de florestas. Mobiliário Urbano de fácil manutenção e reposição. Possui características físicas e mecânicas similares à madeira convencional. (SUSTENTARQUI, 2018).

Figuras 67 e 68: Mobiliário Urbano Ecológico



Fonte: Sustentarqui, 2018.



Fonte: Sustentarqui, 2018.

Academia ao Ar Livre: E as academias da terceira idade, com o objetivo de oferecer exercícios com equipamentos de musculação para os idosos. (ATITCME, 2018).

Figura 69: Academia Da Terceira Idade

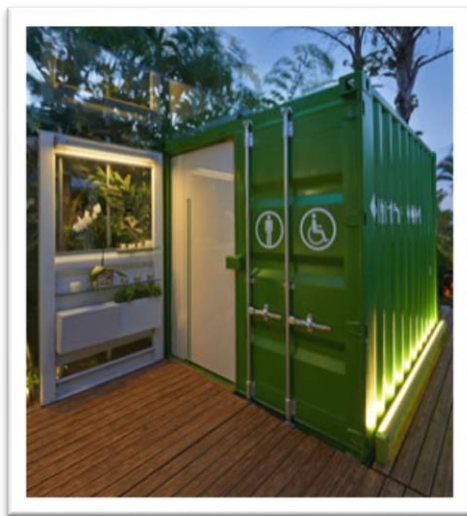


Fonte: Atitcme Esportes, 2018.

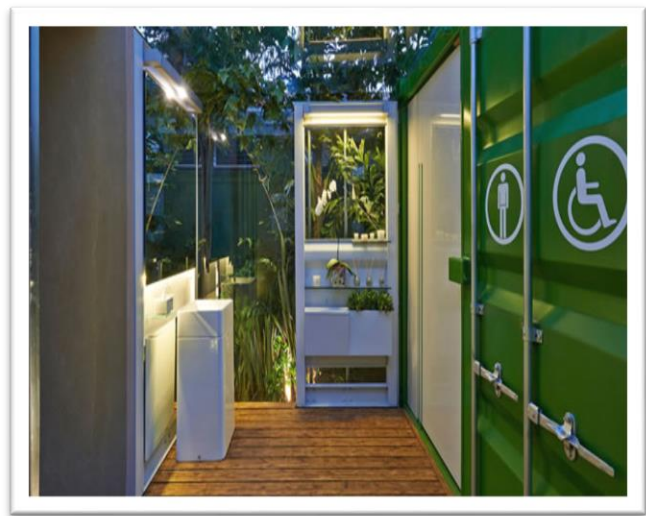
Edificações: Estas pequenas construções (banheiros, administração, DML), também deverão atender ao conceito de sustentabilidade como, por exemplo, a utilização de madeiras reflorestadas, com selo de certificação, de painéis fotovoltaicos, para uso da energia solar, estética inteligente a se utilizar a luz do sol e aproveitar seu calor ou amenizá-lo com paredes verdes.

Banheiros Ecotransportáveis: Desenvolvidos pelos arquitetos Sérgio Viana e Jonathas Valle, do estúdio SJ2A, com filiais no Brasil e nos Estados Unidos, os containers navais foram a atração na Casa Cor Minas Gerais, em 2013. O banheiro feminino de 20 pés e o masculino, de 10 pés, conquistaram pela modernidade do conceito e design. Os banheiros ecotransportáveis, como são chamados, foram modificados para aproveitar a iluminação natural no ambiente. Suas características sustentáveis encantam o público ao quebrar o padrão das visões dos banheiros públicos. (BLOG AEC WEB, 2018).

Figuras 70 e 71: Banheiros Ecotransportáveis



Fonte: Blog AeC Web, 2018.

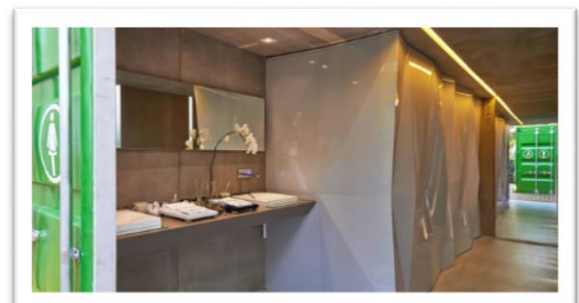


Fonte: Blog AeC Web, 2018.

Figura 72 e 73: Banheiros Ecotransportáveis



Fonte: Blog AeC Web, 2018.



Fonte: Blog AeC Web, 2018

Madeira plástica: muito semelhante à madeira tradicional, ela pode ser muito vantajosa. Feita de plástico reciclado, ela pode ser usada como piso ou revestimento. Por ser de plástico, tem a vantagem de ser imune a pragas, como cupim, e tem menor necessidade de manutenção. (ECYCLE, 2016).

Playground ecológico com torres, passarela e deck em madeira plástica contendo: escorregador, tobogã, rampas e balanços rotomoldados. Visa proporcionar diversão e qualidade com segurança e tecnologias que evitam o uso de recursos naturais não renováveis e o descarte de poluentes tóxicos (tecnologia verde), buscando minimizar possíveis danos a natureza. (ECOPEX, 2018).

Figuras 74 e 75: Paredes de Escaladas



Fonte: Ecopex, 2018.



Fonte: Ecopex, 2018.

Figuras 76 e 77: Playground Ecológico



Fonte: Ecopex, 2018.



Fonte: Ecopex, 2018.

Playground Inclusivo: Deve conter rampas de inclinação suave, inscrições em braile, piso tátil e suportes aéreos ao alcance de uma criança sentada em uma cadeira de rodas, o playground deve dispor de brincadeiras que misturem equilíbrio, força e estímulos sensoriais na medida exata para que crianças em cadeira de rodas ou com alguma deficiência visual, auditiva, intelectual ou múltipla, possam se divertir com o máximo de autonomia e segurança.

Figuras 78 e 79: Playground Inclusivo



Fonte: Oikotie, 2017.



Fonte: Oikotie, 2017.

Figura 80: Equipamento Inclusivo Para Parques



Fonte: Oikotie, 2017.

Piso Emborrachado De Caminhada E Corrida: O piso de borracha reciclada é feito a partir da borracha presente nas carcaças de pneus já utilizados. Tem como principais características: - Resistência à intempérie, ou seja, aguenta a exposição às condições climáticas;

Ter como característica natural a dilatação e a contração, conforme condições climáticas e - Alta capacidade de amortecimento de impacto e a durabilidade desta propriedade, característica principal e essencial dos pisos de segurança. É um pavimento macio e flexível, constituído de grânulos de borracha aglomerados com resina pigmentada de poliuretano. Seu preparo é feito no local de instalação e moldado de forma contínua sobre base rígida – permeável ou não. O resultado é um efetivo piso amortecedor de impacto, antiderrapante, permeável e de superfície uniforme. (ALLPISOS, 2018).

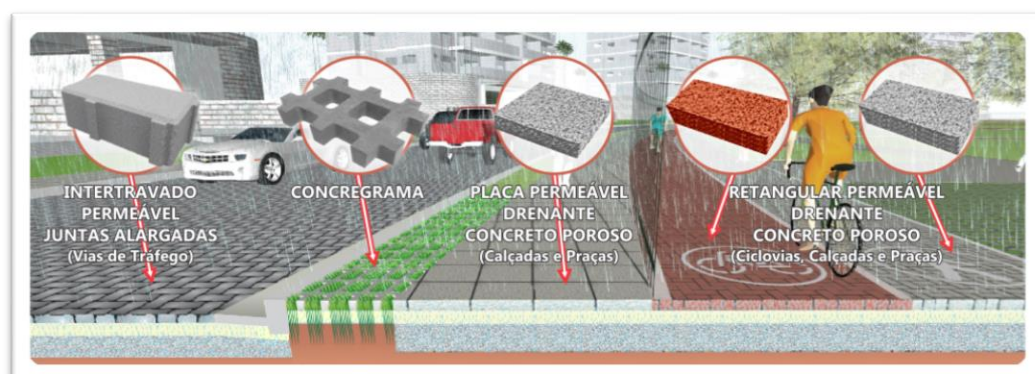
Figura 81: Pista de Caminhada Emborrachada



Fonte: Allpisos, 2018.

Piso permeável e drenante: As placas drenantes de concreto para pavimentos inter-travados são feitas com concreto poroso, por onde a água é drenada, diferentemente do pavimento intertravado de blocos de concreto (conhecido como bloquete ou blocrete) que é impermeável. Além de ecológicos, são atérmicos e antiderrapantes, o que contribui para um ambiente mais sustentável, permitindo um melhor escoamento das águas das chuvas, reduz as enchentes e inundações. (ADRIARQ, 2014)

Figura 82: Piso Permeável, Piso Drenante e Bloco Intertravado.



Fonte: Adriarq, 2014.

Piso Tátil: Importante para a acessibilidade e para uma sociedade mais inclusiva, o piso tátil fornece sinalização adequada para deficientes visuais. Definição de piso tátil: pisos táteis são placas com relevos fixadas no chão. Por meio destes relevos, o deficiente visual ou pessoa com baixo índice de visão pode compreender onde se encontra e se locomover de maneira independente pelo local. Tem por finalidade criar diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual. (ANGARE, 2018).

Figura 83: Piso Tátil



Fonte: Angare, 2018.

Figura 84: Aplicação De Diferentes Tipos De Piso (Borracha, Permeável e Inter-travado)



Fonte: Soluções para Cidades, 2003.

Solo cimento: a definição do solo cimento pela Associação Brasileira de Cimento Portland é a seguinte: “o material resultante da mistura homogênea, compactada e curada de solo, cimento e água em proporções adequadas. O produto resultante deste processo é um material com boa resistência à compressão, bom índice de impermeabilidade, baixo índice de retração volumétrica e boa durabilidade”. (BLOGDAENGENHARIA, 2018).

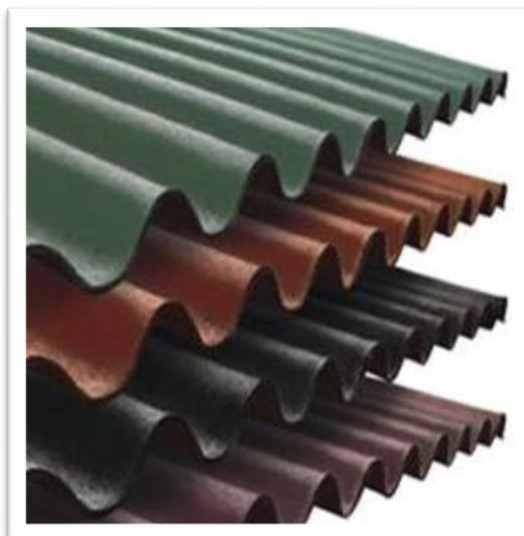
Figura 85: Tijolo Solo-Cimento



Fonte: Blog da Engenharia, 2018.

Telhas Ecológicas: há diversos tipos de telhas ecológicas no mercado, sendo a principal a feita com fibras. Produzida a partir de fibras de madeiras como pinho, eucalipto, e de não-madeiras, como sisal, bananeiras e coco. Há também as telhas feitas de materiais reciclados, como papel, asfalto e resina. (RECICLOTECA, 2018).

Figura 86: Telha Ecológica



Fonte: Recicloteca, 2018.

Poste com Placa solar fotovoltaica: A iluminação gerada pelo poste é toda fornecida pela energia armazenada pelas células solares durante o dia. A eficiência energética do poste, segundo o site Green Diary, é atingida por meio da substituição das lâmpadas fluorescentes por cinco lâmpadas LED. Com uma duração média de 50 mil horas, as lâmpadas LED são capazes de emitir luz por cerca de 10 anos. Um sensor de intensidade solar controla o funcionamento das lâmpadas, desligando a iluminação durante o dia. (Galileu, 2018).

Figuras 87 e 88: Postes Com Placa de Energia Solar



Fonte: Galileu, 2018.



Fonte: Galileu, 2018.

7.2.4 Acessibilidade

De acordo com a Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 9050, 2015) visa promover a acessibilidade no ambiente construído e proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação. São muitas as barreiras arquitetônicas encontradas no meio urbano, como: escadas íngremes, portas estreitas, degraus na entrada de estabelecimentos, pisos escorregadios. Para ter uma cidade acessível a todos, deve-se respeitar a diversidade física e sensorial entre as pessoas e as modificações pelas quais passa o nosso corpo, da infância à velhice.

De uma maneira consciente pretende-se atender a NBR9050/2015, no projeto de revitalização do CEDEL através de piso tátil, rampas com inclinação adequada e sinalização adequada. Banheiros com acessibilidade para portadores de necessidades especiais (PNE). Ainda com a proposta de um playground totalmente inclusivo para crianças, não apenas como prevê a legislação, mas indo além, através do desenvolvimento de mobiliário/brinquedos que atendam a essa parcela importante da sociedade.

CONCLUSÃO

Conclui-se que uma consciente articulação de elementos da urbe, fundamentada com estudos e percepção ambiental, contribui para a melhoria da atmosfera citadina. A implantação de Parques, importante responsável na formação de microclimas no ambiente urbano, ao melhorar a qualidade do ar e funcionar também como o “pulmão” destas, alcança uma melhoria na qualidade de vida dos habitantes.

O Projeto de Revitalização para o CEDEL, atendendo a linha contemporânea, assume uma postura mais experimental, sua proposta paisagística não segue padrões rígidos, sendo caracterizado por desempenhar, além das funções de lazer e esportiva, atende as funções socioambientais e ecológicas. Com uma área de aproximadamente 18.760,00 m² e um perímetro de 550m, o Cedel atende atualmente a um público de cerca de 2.000 pessoas por semana, essa demanda cresce a cada dia, pois as pessoas de outros bairros, inclusive do primeiro distrito do município usufruem das suas instalações, mesmo sendo muito tímidas e singelas.

Esta proposta, divide o Cedel em setores, para uma resolução mais detalhada do local. Tais como: Setor de quadras, que envolve as quadras de vôlei de areia, campo de futebol society e quadra poliesportiva. Setor de pistas, com pista de caminhada interna e externa, pista de skate e pista de bocha. Setor de serviços como, banheiros, administração e DML. Setor de equipamentos, trazendo a proposta de uma nova academia ao ar livre e playgrounds diferenciados e com acessibilidade. E o setor recreativo onde terão duas praças de convívio, sendo a maior delas o ponto de destaque do parque, por ser uma praça interativa, com uma fonte de água que surge do solo, sendo ainda iluminada, onde as pessoas e crianças poderão se refrescar e brincar. Ainda não podemos deixar de citar os acessos/passeios internos, as áreas verdes e os jardins que trarão beleza ao conjunto.

O respeito à arquitetura existente, reflete no respeito aos hábitos daqueles que a vivenciam. Carregados de memória coletiva, os elementos do Parque CEDEL têm a função de acolher o indivíduo em suas instalações, ambientando-o em locais renovados e ao mesmo tempo articular lembranças antigas com costumes atuais. Assim, espera-se alcançar com essa ação projetual e teórica a quebra da barreira existente na área, fazendo-a elemento presente na estrutura Ji-Paranaense. Espera-se, também, trazer para o Parque CEDEL e para Ji-Paraná novos usos, importantes na área de lazer contemplativo, esportivo e cultural, contribuindo para a conexão e rearticulação do ambiente urbano.

REFERÊNCIAS

ADRIARQ BLOGSPOT. **Piso Drenante e Placas Drenantes.** Disponível em: <https://adriarq.blogspot.com/2014/11/piso-drenante-placa-drenante-pisos.html>> Acesso em: 11 nov. 2018.

ALLPISOS. **Revestimentos Esportivos Pista de Caminhada.** Disponível em: <http://allpisos.com.br/blog/caminhada-2/>. Acesso em: 10 out. 2018.

ANDRADE, R. V. **O Processo de Produção dos Parques e Bosques Públicos de Curitiba.** Curitiba, 2010. 120 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747>> Acesso em: 13 out. 2018.

ANGARE, **Piso Tátil.** Disponível em: <https://www.angare.com/pisos/piso-tatil-em-placas>> Acesso em: 12 nov. 2018.

ARCHDAILY. **Praça Victor Civita / Levisky Arquitetos e Anna Julia Dietzsch.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>> Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Alberto Simões / Idom.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/798623/parque-alberto-simoes-idom>> Acesso em: 21. Ago. 2018.

_____. **Parque da Juventude: Paisagismo como ressignificador espacial.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/880975/parque-da-juventude-paisagismo-como-ressignificador-espacial>> Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Placemaking Brasil: O Especialista é a Comunidade.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/tag/placemaking-brasil>> Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **1º Lugar no Concurso Parques Central e Sul de Águas Claras – DF.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/870874/1o-lugar-no-concurso-parques-central-e-sul-de-aguas-claras-df>> Acesso em: 15 out. 2018.

ATITCMESPORTS, **Academia da Terceira idade.** Disponível em: <http://www.atitcmesportes.com.br/empresa>> Acesso em: 23 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: centro gráfico, 1988. 292p.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica e 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 369,** de 28 de março de 2006 Publicada no DOU no 61, de 29 de março de 2006, Seção 1 Art. 8º A intervenção ou supressão de vegetação em APP para a implantação de área ÁREAS PROTEGIDAS – Áreas de Preservação Permanente RESOLUÇÃO CONAMA nº 369 de 2006 96.

BENTO, J. O., 2005. **Para um país desportivo. Congresso do desporto.** Universidade do Porto. PT. Disponível em: <http://www.pcp.pt/por-uma-pol%C3%ADtica-desportiva>> Acesso em: 15 ago. 2018.

BEZERRA, M. do C. de Lima, 2016. **Qualidade dos espaços verdes urbanos: o papel dos parques de lazer e de preservação** usjt • arq.urb • número 15 | primeiro quadrimestre de 2016. Disponível em: <https://www.usjt.br/arq.urb/numero-15/8-maria-do-carmo-bezerra.pdf>> Acesso em: 05 out. 2018.

BIBLIOTECA MARISTA, - **Linha de Árvores na Incidência Solar.** Disponível em: http://pt-br.bibliotecamarista.wikia.com/wiki/Arquivo:Pra%C3%A7a_Romana.jpg> Acesso em: 12 nov. 2018.

BLOG AECWEB, 2018. **Banheiros Ecotransportáveis Em Minas Gerais.** Disponível em: <http://blogaecweb.com.br/blog/banheiros-ecotransportaveis-em-minas-gerias/>> Acesso em: 21 nov. 2018.

BLOG DA ENGENHARIA. **O Que é o Solo – Cimento.** Disponível em: <https://blogdaengenharia.com/saiba-o-que-e-solo-cimento-e-qual-sua-aplicacao-naconstrucao-civil/>> Acesso em: 11 nov. 2018.

BLOG PRAÇAS. **Blog Praças.** Disponível em: <https://www.blogpracas.com.br>> Acesso em: 23 out. 2018.

CASSOU, A.C.N. **Características ambientais, Frequência de utilização e nível de atividade física dos usuários de parques e praças de Curitiba-PR.** Curitiba, 2009. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento.** In: Anais... 1º Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana e 4º Encontro Nacional sobre Arborização Urbana. Vitória, ES, 1992. p. 29-38.

CONSTANTINO, A., 2006. **Desporto, Geometria de Equívocos.** Livros Horizonte. Lisboa. Disponível em: <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=169&doc=12444&mid=2>> Acesso em: 23 ago. 2018.

CORREIA, A., 2000. **A Qualidade Como Fator Estratégico Nos Serviços Do Desporto.** In Correia, A. (Eds.), Serviços de qualidade no desporto. Ministério da Juventude e do desporto, Centro de Estudos e formação desportiva. Lisboa.

CORREIO POPULAR. **Revitalização De Praças E A Cidadania.** Disponível em: https://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/capa/editorial/110351-revitalizacao-de-pracas-e-a-cidadania.html> Acesso em 14 ago. 2018.

CUNHA, 2007. **Um Estudo Da Reabilitação E Revitalização Da Obra Do Porto Maravilha.** Disponível em: <https://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10022348.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2018.

CURY, Augusto. 2018. **Oásis.** Disponível em: <https://www.pensador.com> > Pensador > Autores > Augusto Cury> Acesso em: 13 nov. 2018.

DEPOSIT PHOTOS, 2018 – **Photo Oasis Palm Trees Desert Rendering**. Disponível em: <https://br.depositphotos.com/198589384/stock-photo-oasis-palm-trees-desert-rendering.html>> Acesso em: 12 nov. 2018.

DESCARTES Œuvres. **Discours de la méthode, pour bien conduire la raison, & chercher la vérité dans les sciences** ... Leiden: Jan Maire, 1637; in Œuvres de Descartes. Publiées par Ch. Adam et P. Tannery. Paris: Éditions du Cerf, 1897-1913; reimpressão revista sob a dir. de B. Rochot e P. Costabel. Paris: J. Vrin/CNRS, 1964-74, 11 vols.; reimpressão: Paris, J. Vrin, 1996, 11 vols. O Discours encontra-se no vol. VI, pp. 1-78]. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2014/02/descartes-discurso-do-mc3a9todo-trad-jacc3b3-guinsburg-e-bento-prado-jr-com-notas-de-gerard-lebrunpublicac3a7c3a3oautorizada-pelos-detentores-dos-direitos.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2018.

DEWMEAU, Jean; **A Civilização do Renascimento**. Lisboa. Edições 70, 2004.

DUMAZEDIER, Joffre. 2004 - **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil-_breve_trajetoria_historica_12.pdf.

_____. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel, 1974

ECOPEX, **Paredes de Escalada**. Disponível em: <https://www.ecopex.com.br/ecokids/playground-ecologico-de-madeira-plastica/>> Acesso em: 11 nov. 2018.

ECYCLE, **Conheça Tudo Sobre Construção Sustentável**. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/.../2062-conheca-tudo-sobre-construcao-sustentavel.html>> Acesso em: 22 nov. 2018.

ÉPOCA, Haroldo, 2016. **The High Line**. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/viajologia/noticia/2013/09/bhigh-line-de-nova-yorkb-o-jardim-suspensao-da-babilonia-moderna.html>> Acesso em: 29 out. 2018.

FERREIRA; A. D. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: o caso do passeio público da cidade do Rio de Janeiro**. 2005. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

GALERIA DA ARQUITETURA, 2016. **Referências de Ambientes/Praças e Parques**. Disponível em: <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projetos/referencias-ambientes-c/156/pracas-e-parques/>> Acesso em: 10 set. 2018, 12:21:19h.

GALILEU, Revista. 2018. **Iluminação Fotovoltaica em Postes**. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,ERT162458-17770,00.html>> Acesso em: 11 nov. 2018.

GALHARDO, Leonardo Contreras Gouvêa, 2017. - **Um Estudo Da Reabilitação E Revitalização Da Obra Do Porto Maravilha**. Disponível em: monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10022348.pdf> Acesso em: 22 ago. 2018, às 18:22:34.

GARCIA, R. (2005). **Para uma fundamentação antropológica do desporto e da educação física**. Cultura, Ciência e Desporto, 2 (1) pg. 94. Lisboa.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. In SILVA, E. L. da e MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3ª Ed. Revisada e atualizada. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>.> Acesso em: 30 ago. 2018, às 18:22:34

GIL, Antônio Carlos. **Métodos E Técnicas De Pesquisa Social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2018.

GODOY, Arilda Schmidt, 1995. **Introdução À Pesquisa Qualitativa E Suas Possibilidades**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>> Acesso em: 18 out. 2018.

GOMES, M. A. S. **Parques urbanos de Ribeirão Preto-SP: na produção do espaço, o espetáculo da natureza**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/173.pdf>> Acesso em: 05 out. 2018

GOMES, C. L. 2004b. **Lazer – Ocorrência histórica**. In: Gomes, C. L. Dicionário crítico do lazer. (pp. 133-141). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

GONÇALVES, Wantuelfer; PAIVA, Haroldo.Nogueira. **Florestas Urbanas: planejamento para a melhoria da qualidade de vida**. Viçosa. Minas Gerais. Aprenda fácil, 2002. 180p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7a Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HERNANDO, Juan Andrés, 2010. **Gestão Desportiva do Cruyff Institute**. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/.../1/Dissertação%20Ines%20Barreto.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2018.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de Amanhã**. Tradução: Marco Aurélio Lagonego. Introdução: Dácio Araújo Benedito Ottoni. São Paulo: Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996.

IPHAN. 2018 – **Revitalização**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/58/revitalizacao>> Acesso em: 12 set. 2018.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JI-PARANA, **Lei 2187, 24 de Agosto de 2011**. Dispõe o plano diretor no município de Ji-Paraná/Rondônia.

_____. **Lei 17, de 05 de Dezembro de 1983**. Dispõe o Código de Postura do Município de Ji-Paraná/Rondônia.

_____. **Lei 18 de Dezembro de 1983.** Dispõe o Código de Obras do Município de Ji-Paraná/Rondônia.

LABICS. Labics: **Piazza Fontana, Quinto de Stampi, Rozzano.** Disponível em: <https://www.domusweb.it/en/architecture/2009/10/01/labics-piazza-fontana-quinto-de-stampi-rozzano.html>> Acesso em 11 ago. 2018, 08:49:33h

LANDEIRA, F., **Prestações de serviço desportivo. Desporto e Direito.** – Revista Jurídica do Desporto, n. 4, pg. 47. Coimbra Ed. 2004.

LIMA, A. M.L.P. **Problemas na utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos.** In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. Anais. São Luís: EMATER/MA, 1994. p. 539 . 553

LUCCHESI, C. **Paisagismo – Central Park em Nova York.** Disponível em: <https://theurbanearth.wordpress.com/2008/06/18/paisagismo-central-park-em-nova-york-landscape-central-park-in-new-york/>. Acesso em: 30 set. 2018.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2003.

MASCARÓ, L.R. de. **Ambiência Urbana: urban enviroment.** Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

MENEZES, Marluci, 2009. **Portugal - A Praça Do Martim Moniz: Etnografando Lógicas Socioculturais De Inscrição Da Praça No Mapa Social De Lisboa.** Disponível em: – http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832009000200013&script=sci_arttext&tlng=es. > Acesso em: 11 ago. 2018, às 17:38:12.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João. **A Revitalização Urbana Cidades** – Contributos para a definição de um conceito operativo. Comunidade e Territórios, n. 12/13, p. 15 – 34. Dezembro 2006.

SUSTENTARQUI, **Mobiliário Urbano Ecológico.** Disponível em: <https://sustentarqui.com.br/lift-mobiliario-urbano-ecologico/>> Acesso em: 11 nov. 2018.

MORETTI, Mariana, 2017. **5 Benefícios Importantes Que As Praças Oferecem** · Praças. Disponível em: <https://www.pracas.com.br/blog/5-beneficios-importantes-que-as-pracas-oferecem>> Acesso em: 11 ago. 2018, 17:38:12.

MOTTA, Jorge, **Actividade física e lazer – Contextos atuais e idéias futuras.** Revista de Ciências do Desporto, 1 (1)p. 124, 2001

NEFS, Merten. **Subculturas E Revitalização Urbana: Experiências Recentes Em Amsterdã, Berlim E São Paulo.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313779703_Subculturas_e_revitalizacao_urbana_experiencias_recentes_em_Amsterda_Berlim_e_Sao_Paulo>. Aceso em: 11 ago. 2018, 17:38:12.

NETO, J. A. M. **Metodologia científica na era da informática.** São Paulo: Saraiva, 2002.

NUCCI, J.C., **Qualidade Ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**.-São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.2001.

OÁSIS PROJECT, 2018. **Um Oásis de Liberdade para quem está cansado das agressões do deserto**. Disponível em: <https://oasisproject.com.br/wp/index.php/o-oasis-project/>> Acesso em: 13 nov. 2018.

OIKOTIE, **Playgrounds Inclusivos**. Disponível em: <https://www.oikotie.com.br/single-post/2017/07/31/Smart-Playground>> Acesso em: 21 nov. 2018.

PARDAL, S. **O conceito de paisagem no do Parque da Cidade do Porto**. Porto, 2006. Disponível em: https://www.sidoniopardal.com/5_icipum.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VERTICAL, Planeta. 2018. **Construção de Paredes de Escaladas**. Disponível em: <https://www.planetavertical.com.br/paredes-de-escalada/construcao-de-paredes-de-escalada/>> Acesso em: 10 nov. 2018.

RAMOS, Mariel. **Projeto Praças: Urbanista Estimula Moradores A Darem Vida Nova Aos Espaços Públicos** Disponível em: <https://socialgoodbrasil.org.br/2015/projeto-pracas-urbanista-estimula-moradores-darem-vida-nova-aos-espacos-publicos>> Acesso em: 11 ago. 2018.

RECICLOTECA, Telhas **Ecológicas e Sustentáveis**. Disponível em: <http://www.recicloteca.org.br/reciclagem/telhas-ecologicas-e-sustentaveis/>> Acesso em: 11 nov. 2018.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/ 1720)**. São Paulo: EDUSP, 1968.

ROBBA, Fabio. MACEDO, Silvio Soares. **Praças Públicas: Origem, Conceitos E Funções**. Disponível em: <http://app.fanese.edu.br/revista/wp-content/uploads/artigo-10-revitalização-de-espacos-urbanos-motivos-para-os-moradores-frequentarem-a-praca-durval-de-andrade.pdf>> Acesso em: 7 set. 2018.

ROCHA, Hugo. **O Que É Pesquisa Qualitativa, Tipos, Vantagens, Como Fazer E Exemplos**. Disponível em: <https://klickpages.com.br/blog/o-que-e-pesquisa-qualitativa/>. > Acesso em: 02 set. 2018, 07:02:14h

ROQUETTE, João, 1992. **Ciências do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa**. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/.../1/Dissertação%20Ines%20Barreto.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2018. Acesso em: 04 ago. 2018.

RONDÔNIA, **Lei nº3.924 de 17 de outubro de 2016**. Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências.

_____. **Emenda Constitucional n 80/2012**. Dispõe sobre política urbana no estado de Rondônia.

SANCHO, J., **El Gestor Desportivo y las instalaciones deportivas. “Consideraciones sociales em torno a las instalaciones deportivas**. INDE Publicaciones, 2007.

SARMENTO, J. P. **Gestão de Eventos Desportivos**. In Relatório da disciplina de Organização e Gestão do Desporto (Relatório para concurso público para Professor Associado). Porto:Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física. Disponível em: http://www.academia.edu/3763761/SARMENTO_Et_al_2011_Evento_Desportivo_Etapas_Fases_Oper%C3%A7%C3%B5es> Acesso em: 21 ago. 2018.

SERDOURA, Francisco M. (2018). **Espaço Público. Lugar de Vida Urbana**. Disponível em: http://www.civil.uminho.pt/revista/artigos/Num27/n_27_pag_5-16.pdf> Acesso em: 05 out. 2018.

SCHÜRHAUS, Henrique. (2017) **A importância urbana dos espaços públicos**. Disponível em: <https://www.archdesign.arq.br/blog/a-importancia-urbana-dos-espacos-publicos/>> Acesso em: 05 out. 2018.

SYGIC TRAVEL. **Praça de Espana**. 2017. Disponível em: <https://travel.sygic.com/pt/poi/praca-de-espanha-poi:4458>> Acesso em: 11 ago. 2018, 08:22:54h.

SIGNIFICADOS. **O Que É Pesquisa Qualitativa**. 2011-2018. Disponível em: <https://www.significados.com.br.> > Acesso Em: 02 set. 2018, 09:21:17h.

SOLUÇÕES, 2003. **Aplicações Diferentes de Pisos**. Disponível em: www.solucoesparacidades.com.br/wp.../Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf> Acesso em: 11 nov. 2018.

SOUZA, M.L. **ABC Do Desenvolvimento Urbano**-Rio de janeiro: Bertrand Brasil. (2007) 192p.

SOUZA, F. S. **O espaço público contemporâneo: A complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2008a.

SUA PESQUISA, 2018. **Sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/sustentabilidade.htm>> Acesso em: 13 nov. 2018.

SZEREMETA, B; ZANNIN, P. H. T. **Analysis and evaluation of soundscapes in public parks through interviews and measurement of noise**. *Science of Total Environment*, 497, 6143-6149, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747>> Acesso em: 01 out. 2018.

TORRES, J. 2008 **Método dedutivo VS método indutivo**. Disponível em: <http://precodosistema.blogspot.com/search?q=dedutivo+e+indutivo>. Acesso em: 30 ago. 2018, às 17:38:12

VAZ, Emanuel Rufino Lobo da Costa. 2014 - **As Noções De Valor E Serviço No Espaço Público**. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/281870113701979/dissertacao.pdf>> Acesso em 21 ago. 2018, 07:10:22h.

VIEGAS, Inês. A Acessibilidade Aos Espaços Desportivos - UTL Repository. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/...5/.../2017_MestradoGestãoDesporto_InêsViegas.pdf> Acesso 26 set. 2018.

VILLAÇA, F., **Espaço Intra-urbano no Brasil**. SP: Lincoln Institute. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2012/suplementos/area/Humanarum/CienciasSociaisAplicadas/ArquiteturaeUrbanismo/Revitaliza/Urbananoprocessoodeplanejamento/centralidadeurbana.pdf>> Acesso em: 05 out. 2018.

VITRUVIO, M. P. **Da Arquitetura**. Tradução de Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: Hucitec/Fupam, 1999.

WERNECK, C., **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

APÊNDICE A

VIABILIDADE DO PROJETO DE PESQUISA

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ATELIER I E TCC I – PROJETO DE PESQUISA
VIABILIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA-VPP

1. TEMA

Arquitetura de Parques e Praças

Projeto de revitalização para o CEDEL em Ji-Paraná/RO.

2. OBJETIVOS

2.1. Problematização

Como readequar as dificuldades encontradas pelos usuários do CEDEL, no que tangem aos equipamentos públicos, acessibilidade e infraestrutura nele ofertados, utilizando o CEDEL como uma via de acesso à revitalização social dessa comunidade?

2.2. Delimitação

Centro desportivo, no CEDEL do BNH, de Ji-Paraná/RO. Revitalização do parque, com destaque a uma praça molhada, onde terão algumas espécies de plantas em um jardim, sendo diferenciada das demais praças da cidade.

2.3. Objetivo Geral

Elaborar projeto de Revitalização para o CEDEL em Ji-Paraná/RO

2.4. Objetivos Específicos

- Setorizar e melhorar a distribuição dos espaços;
- Criar áreas verdes (arborização);
- Melhorar os equipamentos / mobiliário público;
- Tornar o local acessível, conforme a NBR 9050;
- Propor melhorias nas quadras de esportes (caminhada, skate, etc.).

3. JUSTIFICATIVA

A identificação com este tema deu-se, principalmente, pelo prazer de passear pelo parque esportivo CEDEL, usufruindo de sua estrutura e observando, com olhar crítico de um estudante de arquitetura, suas deficiências estruturais e sociais, surgindo o interesse de fazer uma proposta de revitalização, para trazer melhorias para o local, a fim de promover melhoria na qualidade de vida de seus usuários.

4. TEORIA DE BASE

4.1. História e Evolução

4.1.1. Referências Internacionais

Conforme BARROW (1994), a origem do esporte está perdida na antiguidade, porém descobriu-se, que os povos primitivos possuíam atividades que se podem considerar jogos e modalidades esportivas. Acredita-se que o esporte era recreacional na sua intenção e que ele constituía um meio de comunicação e construção de destreza física.

Ainda segundo BARROW (1994), na ascensão dos humanos, o esporte persistia e, através dos séculos, conforme surgiram e caíram as civilizações, foram deixados vestígios e restos antropológicos, que fornecem evidências dos precursores do esporte e jogos de uma dada cultura.

“Provavelmente o esporte ascendeu ao seu máximo durante a era de ouro dos gregos, com sua ênfase na perfeição corporal e simetria, com seus jogos e festivais em honra aos deuses. ” (BARROW, 1994, p. 87).

Os descendentes dos ingleses trouxeram com eles sua herança de jogos e esporte. Os holandeses também, trouxeram com eles seus velhos jogos mundiais e modalidades esportivas, e participaram assim do Novo Mundo. Durante os anos que antecederam 1900 existiu uma disseminação do interesse manifestado em modalidades esportivas. Foi durante este tempo que o esporte competitivo como conhecido atualmente foi organizado e transmitido pelo mundo. Entretanto, o interesse aumentou e pelos anos 80 o esporte tinha assumido um lugar importante na vida do campus (BARROW, 1994, p. 102).

ROQUETTE (1992), em “Algumas reflexões sobre o passado, presente e o futuro”, faz um estudo sobre este assunto e entende que “não é possível mais praticantes e melhores atletas sem uma rede de equipamentos desportivos (espaços e instalações) que facilite, de forma integrada, melhores acessos para a prática de atividades desportivas em todo o país. ”

Ainda ROQUETTE, refere que “a arquitetura desportiva é uma matéria que exige muita precisão e, enquanto profissionais com conhecimentos gerais e critérios racionais para o projeto, as suas habilidades não são adequadas para responder às necessidades atuais do mercado desportivo e dos usuários, para os quais o desporto é uma parte da sua vida, e se exige instalações projetadas que usem as tecnologias mais recentes oferecidas pela indústria. ”

HERNANDO (2010), utilizava o pavilhão desportivo “quatro a seis vezes por semana”, teve uma vasta influência no entendimento e nos estudos destes espaços e das reais necessidades dos usuários. Entretanto, para ele, o fator mais expressivo é o motivo da

construção – se um equipamento não for necessário não haverá motivo para o fazer. O arquiteto ainda define como necessários três pontos: “o programa de necessidades, o organograma e o plano de viabilidade do projeto de gestão”.

4.1.2 Referências Nacionais

MORETTI (2017), ressalta que a importância das praças como local público vem desde a antiguidade. Naquela época, as cidades eram construídas partindo de um centro de convivência que norteava toda a distribuição do espaço. A importância das praças é muito lembrada em livros da atualidade ao mencionar as ágoras gregas e os fóruns romanos, exemplificando assim, o espaço como local de constante manifestação popular.

Ainda MORETTI (2017), explica que as praças, quando frequentadas, proporcionam momentos de integração e bem-estar no convívio ao ar livre. A praça é um local que constitui beleza, memória, criando a alma da cidade. Nela se encontram pontos referenciais, projetos paisagísticos que estimulam o convívio. Hoje em dia, além de se constituírem de um espaço não construído dentro da urbe, elas carregam diversas funções e benefícios ao bem-estar social.

Segundo CUNHA (1999), a ideia da renovação urbana foi trazida na nova Carta de Atenas, publicada em 1943 por Le Corbusier. O arquiteto francês defendia que, não se poderia diminuir a qualidade de vida das populações em detrimento da importância da preservação de edifícios ou de conjuntos urbanísticos, mesmo tendo eles um valor cultural muito grande.

Cunha (1999), defende a necessidade de se construir novas cidades que correspondam aos direitos fundamentais da população (habitação, trabalho, circulação e recreação). A partir dessas ideias, inicia-se a modificação das estruturas físicas existentes, adaptando-se as cidades herdadas às “necessidades da vida moderna”.

De acordo com MOURA et. al. (2005), a grande diferença entre renovação e revitalização é que enquanto a primeira faz grandes alterações nas edificações e nos aspectos social e econômico, a reabilitação não representa a destruição do tecido original, mas à sua adequação a novas situações de funcionalidade urbana. (GALHARDO, 2017, p. 03).

Paixão por espaços públicos e muita desolação ao ver uma praça degradada, um local que é de convívio social por excelência. É isso o que Marcelo Rebelo de Moraes sempre sentiu. Pensar – e fazer – da cidade um lugar melhor para se viver acabou sendo natural para ele, que escolheu o urbanismo como profissão e a revitalização de praças como centro do seu projeto de vida. “Uma coisa que me impressionava desde moleque é como a grama era bem cuidada em cidades europeias, bem verde e bem cortada. Eu voltava para o Brasil e via canteiros destruídos”. (RAMOS, 2015, p.02).

4.2. Opinião De Autores Seleccionados

4.2.1. Autores Internacionais

Muitos autores já discutiram sobre o dilema da gentrificação, onde, por um lado, produz melhoramento do espaço urbano e, por outro lado, promove exclusão social. Vaz e Jacques escreveram: “uma verdadeira revitalização urbana através da cultura seria aquela que (...) reinstaurasse nova vitalidade tanto urbana quanto cultural à área de intervenção, através das mais diversas iniciativas culturais, não grandes projetos ou obras, mas que, incorporem também a população e a cultura local. ” (NEFS, 2005, p. 23).

Os efeitos negativos da valorização ocorrem não apenas nas cidades europeias ou norte-americanas. Van Kempen e Marcuse pesquisaram efeitos de gentrificação na América do Sul: “Infraestrutura e serviços têm papéis importantes na especulação. Em cidades onde são escassos há exclusão dos pobres das áreas bem-equipadas. ” (NEFS, 2005, p. 24).

De acordo com MENEZES (2009), o espaço público é, um elemento de estrutural de grande relevância na transformação da cidade como "lugar público". O arquiteto Nuno Portas observa que, a par da crise por que passa esse espaço - comumente considerado como o "elemento negativo" da urbe contemporânea - ele é o elemento "mais duradouro da cidade. ” Para esse arquiteto, o espaço público é mais que um elemento de décor urbano - ele constitui a fundação da própria cidade. Pelo fato de muitas cidades se apresentarem desestruturantes e, em certo sentido, desconstruídas, é porque "abriram mão da unidade" que lhes poderia ser dada através do espaço público.

O espaço público urbano é um contexto de mediação através do qual as identidades sociais, as práticas e as imagens sócio espaciais podem ser criadas e contestadas. Fazendo parte do conhecimento que se tem da cidade, contribui para se pensar a relação entre espaço, cultura e sociedade. É, portanto, suporte para a manifestação de prestações e práticas pessoais, sociais e culturais, atos de resistência e de dominação, conflitos, memórias, mudanças, imagens, identidades, encontros; como um espaço que é constituído por esses mesmos dramas (MENEZES, 2009, p. 32).

4.2.2. Autores Nacionais

Segundo GAETE (2017), os espaços públicos podem ser vistos como locais de muita importância para as relações sociais. No entanto, essa citação defende que quando existe

entrosamento, se consegue uma série de benefícios para a população, sendo os principais o suporte social, as redes de apoio e o sentido de pertencimento a uma comunidade, valores que Kawachi I, Kennedy BP e Glass R. agruparam para definir o capital social em seu estudo “Social capital and self-rated health: a contextual analysis”.

As cidades são planejadas de forma a reunir várias pessoas em espaços pequenos. Os órgãos públicos se preocupam com a qualidade de vida das pessoas. Os parques são definitivamente ratificados como polos de lazer urbano, e as praças, agora espalhadas por todos os bairros, são elementos necessários para a vida na cidade, tornando-se objeto de interesse político. (ROBBA e MACEDO, 2003, p. 37).

Partindo de diversos conceitos e práticas, a entidade Project for Public Spaces, vem trabalhando numa abordagem que busca entender todos os aspectos que fazem dos espaços públicos lugares de interesse para as pessoas desfrutarem a vida nas cidades. Com o passar dos anos essa abordagem foi recebendo novos olhares e se adaptando às diferentes realidades socioeconômicas e culturais das áreas urbanas de cada região do planeta. Dessa riqueza surgiram novas técnicas, como a estratégia Lighter, Quicker and Cheaper. (ARCHIDAILY, 2015).

Os espaços públicos devem ser projetados na perspectiva de atender às necessidades das comunidades, oferecendo espaço de circulação, opções de lazer, além de construir um ambiente agradável. Neste contexto, as praças significam um instrumento de socialização, de qualidade de vida das pessoas e de preservação de áreas de uso comum. (CORREIO POPULAR, 2013).

As praças e os parques são destinados a atividades lúdicas, recreativas, de lazer e convivência, associados a ambientes de acessibilidade pública e livre de edificações. São capazes de regenerar aspectos físicos e socioeconômicos de áreas degradadas, configurando espaços ideais para os pedestres. O planejamento vai da acessibilidade à iluminação e segurança – uma solução completa que requer compreensão da dinâmica e dos aspectos culturais do local. (GALERIA DA ARQUITETURA, 2016).

“Projetos de praças costumam ser mais dependentes do local onde serão inseridas. Devem interagir – visual e fisicamente –, com os elementos que a circundam, como calçadas, ruas e prédios. Já os projetos de parques são livres da função de contextualizar-se com o local, permitindo concepções díspares do seu entorno.” (GALERIA DA ARQUITETURA, 2016).

4.3. Legislação

4.3.1. Municipal

Foram observadas as seguintes normas do plano diretor do município do Ji-Paraná / RO, sobre áreas públicas e seus afins:

Figura 01 – Quadro: Plano Diretor de Ji-Paraná/RO (JI-PARANÁ, 2011)

Lei/Norma	Referências Gerais
PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ Art. 24	De acordo com os objetivos da política de Áreas Públicas, podemos ressaltar: I – O planejamento e implantação dos equipamentos sociais e projetados de infraestrutura, o acesso, o transporte etc.; (JI-PARANÁ/RO, 2011)
	II – A viabilização de parcerias com a iniciativa privada e com associações de moradores na administração dos espaços públicos; (JI-PARANÁ/RO, 2011)
	III - Projetar a integração dos espaços públicos com o entorno, possibilitando, junto aos órgãos competentes, os tratamentos urbanísticos e de infraestrutura adequados; (JI-PARANÁ/RO, 2011)
	IV - Viabilizar o uso das áreas públicas para cumprimento das funções sociais da Cidade; (JI-PARANÁ/RO, 2011)
	V – Projetar os espaços destinados para atividades socioculturais populares. (JI-PARANÁ/RO, 2011)

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

4.3.2. Estadual

Foram observadas as seguintes normas do manual estadual do corpo de bombeiros, sobre áreas públicas e seus afins:

Figura 02 – Quadro: Lei sobre normas sobre acessibilidade, mobiliário urbano e sinalização (ABNT, 2015)

Lei/Norma	Assunto	Referências Gerais
NBR 9050/2015 Manual Estadual do Corpo de Bombeiros	Rotas de Acessos	As áreas de qualquer espaço ou edificação de uso devem ser servidas de uma ou mais rotas acessíveis, com um trajeto sinalizado que uma os ambientes internos e externos e que possa ser utilizado de forma individual e segura para os usuários. Na parte externa deve prever estacionamentos, calçadas, faixas de pedestres, rampas, escadas, passarelas entre outros. Na parte interna deverá conter corredores, pisos, rampas, escadas e outros elementos da circulação. (RONDÔNIA, 2015).
	Sanitários, Banheiros e Vestiários	Os valores máximos e mínimos nesta seção deverão ser considerados absolutos, e serão tolerados 10mm (mais ou menos) para as demais dimensões. Os sanitários e banheiros deverão possuir entrada independente. Recomenda-se que os vestiários acessíveis excedentes sejam localizados nos banheiros coletivos. (RONDÔNIA, 2015).
	Mobiliário Urbano	Todo mobiliário será considerado acessível se: • Tiver segurança e autonomia de uso; • Prever dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário; • Deverá ser projetado de uma maneira a não se constituir em obstáculo suspenso; • Deverão ser projetados de modo a não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes; • Deverão ser localizados junto a uma rota acessível; • Deverão estar localizados fora da faixa livre para circulação de pedestre. (RONDÔNIA, 2015).
	Equipamentos Urbanos Locais de esportes, lazer e turismo	Na rota acessível, todas as portas existentes destinadas à circulação dos esportistas que utilizem cadeiras de rodas do tipo “cambadas”, devem possuir vão livre de no mínimo 1,00 m, incluindo as portas dos sanitários e vestiários. (RONDÔNIA, 2015)
	Parques, Praças e Locais Turísticos	Esses locais que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis. Deverão conter o máximo grau de acessibilidade, com mínima intervenção no meio ambiente. (RONDÔNIA, 2015).

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

4.3.3. Federal

Foram observadas as seguintes leis federais, do código florestal e da constituição brasileira, sobre os espaços públicos e seus afins:

Figura 03 – Quadro: Leis e Normas sobre Sustentabilidade/Acessibilidade para Espaços Públicos (BRASIL, 2012/2013)

Lei/Norma	Assunto	Referências Gerais
Código Florestal	Art. 11º	Somente estarão permitidos o manejo florestal sustentável, em áreas de inclinação entre 25° e 45°, sendo proibida a conversão de novas áreas, com exceção as hipóteses de utilidade pública e interesse social. (BRASIL, 2012)
LEI Nº 10.098	Art. 4º	No mínimo 5% dos brinquedos localizados em espaços públicos deverão ser adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. (BRASIL, 2013)
	Art. 3º	O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser projetados e executados de forma a serem acessíveis para todas as pessoas, inclusive com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2013)
	Art. 5º	Desde o projeto, também o traçado dos elementos de urbanização de uso comunitário, os percursos de veículos, as passagens de pedestres, as escadas e rampas, deverão estar de acordo com as normas técnicas da ABNT. (BRASIL, 2013)
	Art. 8º	Para os sinais de tráfego, postes de iluminação ou demais elementos verticais de sinalização que possam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres não deverão dificultar ou impedir a circulação, para que assim possam ser utilizados com a máxima comodidade. (BRASIL, 2013).

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

4.3.4. Normas Técnicas.

4.3.4.1. NBR 9050 (2015), Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.

Áreas de Circulação e Manobra	“Os parâmetros apresentados nesta subseção também se aplicam às crianças em cadeiras de rodas infantis.” (ABNT NBR 9050:2015) Largura Para Deslocamento Em Linha Reta De Pessoas Em Cadeira De Rodas (ABNT NBR 9050:2015): A largura mínima necessária para a transposição de obstáculo isolado com extensão de no máximo 0,40 m deve ser de 0,80 m. Se o obstáculo isolado tiver uma extensão acima de 0,40 m, a largura mínima deve ser de 0,90 m.
Mobiliários Na Rota Acessível	“Mobiliários com altura entre 0,60 m até 2,10 m do piso podem representar riscos para pessoas com deficiências visuais, caso tenham saliências com mais de 0,10 m de profundidade”. “Quando da impossibilidade de um mobiliário ser instalado fora da rota acessível, ele deve ser projetado com diferença mínima em valor de reflexão da luz (LRV) de 30 pontos, em relação ao plano de fundo, conforme definido em 5.2.9.1.1, e ser detectável com bengala longa ou atender ao descrito em 5.4.6.3”. (ABNT NBR 9050:2015, p.09).
Equipamentos Urbanos (ABNT NBR 9050:2015)	“Recomenda-se que os equipamentos urbanos atendam aos princípios do desenho universal” Locais De Esporte, Lazer e Turismo (ABNT NBR 9050:2015) Todas as portas existentes na rota acessível, destinadas à circulação de praticantes de esportes que utilizem cadeiras de rodas do tipo “cambadas”, devem possuir vão livre de no mínimo 1,00 m, incluindo as portas dos sanitários e vestiários. (ABNT NBR 9050:2015, p. 14) As áreas para prática de esportes devem ser acessíveis, exceto os campos gramados, arenosos ou similares. (ABNT NBR 9050:2015, p. 14)

4.4. Referências De Obras Arquitetônicas

4.4.1. Referências Internacionais

4.4.1.1. Praça De Espana - A Mais Popular De Tenerife

A nova praça foi inaugurada, depois de mais de um ano de obras, atrasos e inconvenientes. O novo aspecto é centrado em uma piscina de pouca profundidade, ao redor da qual há pequenas salas cobertas de flores. O resto do terreno tem solo de pedra, onde florescem pequenas flores, árvores e playground para crianças. Devemos também mencionar que debaixo da piscina há um museu com as ruínas do Castelo de São Cristóval que permanecem no mesmo lugar há quatro séculos. (SIGYC TRAVEL, 2018).

A Praça de Espanha, foi construída em 1929 na histórica Castillo de San Cristóbal. A praça está localizada no centro da cidade, no centro da praça é uma obra grande fonte artificial de arquitetos suíços Herzog & de Meuron. Perto da praça é um monumento aos mortos na Guerra Civil. Em uma extremidade ao lado do lago da Plaza de España é o grande sinal da marca turística da cidade: "Santa Cruz, el corazón de Tenerife" (SIGYC TRAVEL, 2018)

Plaza España

Herzog & de Meuron

Arquitetura Paisagista: Herzog & de Meuron

Localização: Santa Cruz de Tenerife, Espanha

Construção: 2008 Área: 38.080 m²

Cliente: Cabildo Insular de Tenerife, Santa Cruz de Tenerife

Figura 04 - Telhado Verde



Fonte: Iwan Baan

Figura 05 - Vista do Chafariz



Fonte: Iwan Baan

Figura 06 - Vista aérea



Fonte: Iwan Baan

4.4.1.2 Piazza Fontana A Quinto De Stampi | Rozzano, Itália

A Piazza Fontana foi concebida como um espaço multiuso para os moradores do vilarejo de Rozzano, na Itália. A intenção foi dar identidade ao espaço, mesmo que o perfil de atividades a serem desenvolvidas na praça fosse livre. O local escolhido para a construção da praça é formado por dois terrenos – um antigo estacionamento e uma área com vegetação -, e o padrão geométrico com a proporção do “Retângulo de Ouro” garante equilíbrio, beleza e flexibilidade ao espaço. (LABICS, 2009)

Piazza Fontana em Quinto de Stampi

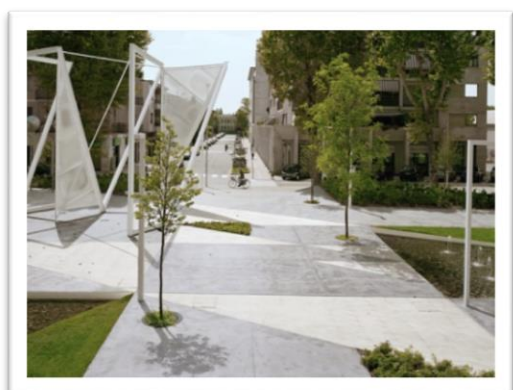
Localização: Rozzano, Milão **Cliente:** Município de Rozzano

Área: 6.200 m² **Programa:** Planejamento de Nova Praça

Projeto Piloto: Labics | Gaia Maria Lombardo Projeto Arquitetônico: Giorgio Pasqualini

Projeto: 2007 Realização: 2008-2011

Figura 07 - Piazza Fontana



Fonte: Labics

Figura 08 - Tratamento de Superfície



Fonte: Labics

Figura 09 – Forma de Implantação



Fonte: Labics

Figura 10 – Forma de Implantação



Fonte: Labics

4.4.1.3 . Nessie – Bologna, Itália

O projeto, foi elaborado pelo Workshop Marocchi, projetado pelo escritório italiano BScape, que trabalha um mobiliário urbano de forma diferenciada. Tomando o caminho hipotético de um rio e transformando-o em um objeto tridimensional, isso gera uma 'fita' que se torna: fonte, área de estacionamento, equipamento de jogo, assentos e muito mais. Um sinal que carrega várias funções relacionadas à vida ao ar livre. (BSCAPE, 2018).

A água flui das extremidades da fita através de duas fontes, uma baixa e uma alta, para simbolizar o fluxo de água e seu valor fundamental ao longo da vida, como se apenas por um momento tivesse sido 'emprestado' e depois retornado ao rio. A água como um lugar geográfico em torno do qual historicamente foram criadas aldeias, cidades, formas de agregação. A água não para, flui e gira, toma a forma do recipiente que a contém e então retorna livre. (BSCAPE, 2014).

Figura 11 - Vista do Mobiliário



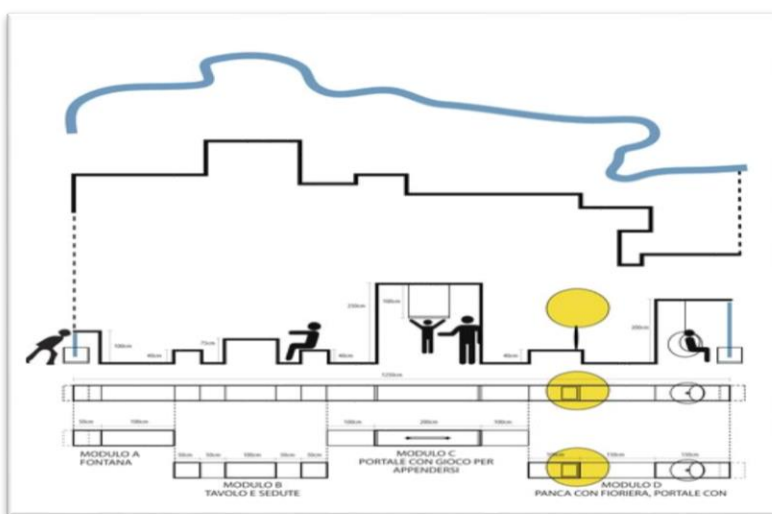
Fonte: Archilovers

Figura 12 - Mobiliário Nessie



Fonte: Archilovers

Figura 13 – Planta Mobiliário Nessie



Fonte: Bscape

4.4.2. Referências Nacionais

4.4.2.1 Praça Victor Civita / São Paulo - SP

O projeto, de Levisky Arquitetos Associados, com a participação da arquiteta convidada Anna Dietzsch, foi todo elaborado a partir de premissas sustentáveis visando redução de entulho, baixo consumo de energia, utilização de materiais reciclados, legalizados e certificados, reuso de água, aquecimento solar, manutenção da permeabilidade do solo. Um grande deck de madeira certificada pousa sobre o terreno, sustentado por estrutura metálica, de modo a impedir o contato com o solo contaminado. (ARCHDAILY, 2018).

O deck se estende na diagonal do terreno, propondo um percurso que enfatiza a perspectiva natural do espaço e convida o usuário a percorrer os caminhos da Praça. Como o casco de um grande barco, o deck se desdobra do plano horizontal ao vertical com formas curvilíneas, criando ambientes que se delimitam pela tridimensionalidade da forma, grandes “salas urbanas” que diversificam e incentivam o uso público do espaço. (ARCHDAILY, 2018).

Também conduz ao conhecimento de sistemas orgânicos para o reuso de águas pluviais e servidas, adotados no funcionamento da praça, além do racionamento energético alcançado com a utilização de placas solares. (ARCHDAILY, 2018)

Junto a essas experiências, o usuário tem também acesso a outros programas, como à arena coberta, ao Museu da Reabilitação instalado no edifício do Incinerador, ao Centro da

Terceira Idade, à Oficina de Educação Ambiental, ao Núcleo de Investigação de Águas e Solos subterrâneos e à Praça de Paralelepípedos. (ARCHDAILY, 2018).

PROGRAMA DE NECESSIDADES

Deck de madeira e Deck de piso de concreto: percurso consciente;
Laboratório de Plantas (sistema de reuso de águas + biocombustíveis);
Museu da Reabilitação Ambiental – Edifício Incinerador; Praça de paralelepípedos;
Centro da Terceira Idade; Arena, arquibancada para 240 pessoas; Sanitários, depósitos, cabine de som; Camarins; Oficina de Educação Ambiental; Bosque; Jardins verticais;
Alagados construídos (reuso de águas).

FICHA TÉCNICA:

Arquitetos: Levisky Arquitetos Associados e Anna Julia Dietzsch

Ano: 2007

Tipo de projeto: Urbanismo

Status: Construído

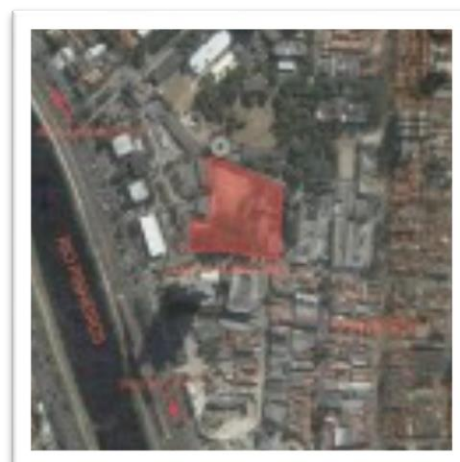
Características Especiais: Sustentável

Materialidade: Madeira e Outro Estrutura: Aço

Localização: São Paulo, SP, Brasil

Figura 14 – Situação

Fonte: Archdaily

Figura 15 - Localização

Fonte: Archdaily

Figura 16 – Implantação

Fonte: Archdaily

Figura 17 – Diagrama das Águas

Fonte: Archdaily

4.4.2.2. Parque Alberto Simões

Ao longo do percurso configuram-se três espaços diferentes – estar, lazer e contemplação. Nas áreas cobertas, que são equipadas com bancos, as pessoas podem interagir ou apreciar a vista da cidade. No entanto, o destaque do **Parque Alberto Simões** são os espaços destinados à prática de **esportes radicais**. Em meio à vasta mata nativa de pinheiros, o local acomoda um circuito de arvorismo, pista de mountain bike e skate, trilhas de caminhada, duas tirolesas e uma parede de escalada de 9 m de altura. (ARCHDAILY, 2016).

No ponto mais alto do terreno fica a antiga fazenda, que foi mantida e transformada num espaço cultural e educativo. Dali, os visitantes podem desfrutar da melhor vista do parque.

Grande parte dos elementos do projeto – equipamentos esportivos, coberturas e passarelas – foi confeccionada com estruturas metálicas pintadas na cor vermelha, criando um contraste com a abundante vegetação. (ARCHDAILY, 2016).

FICHA TÉCNICA

Escritório IDOM Local: SP, Brasil

Início do projeto: 2012 Conclusão da obra: 2016

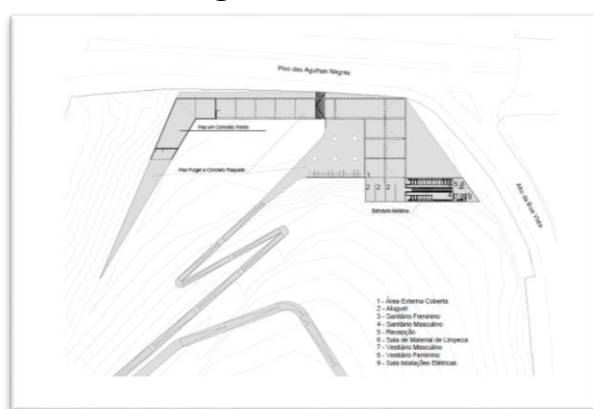
Área do terreno: 125.000 m² Tipo de obra: Praças e parques

Tipologia: Urbanismo Materiais predominantes: Aço / Concreto

Diferenciais técnicos: Design / Sustentabilidade Ambientes e Aplicações:

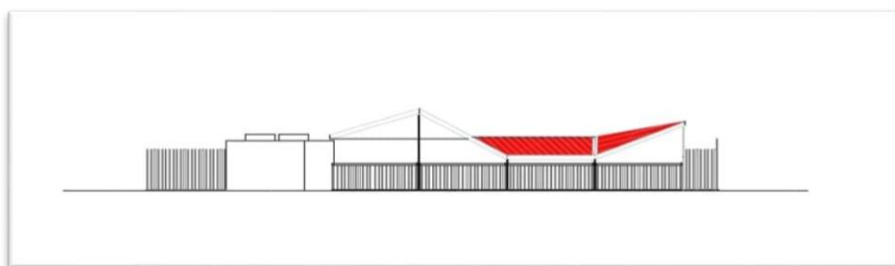
Escadas externas e rampas; Estruturas metálicas; Praças e parques

Figura 18 - Planta



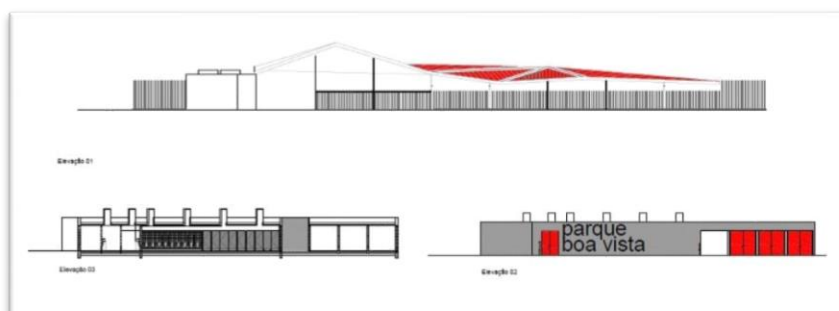
Fonte: Urban

Figura 19 - Corte



Fonte: Urban

Figura 20 - Corte



Fonte: Urban

4.4.2.3. Parque Da Juventude – Carandiru

O desenho do novo espaço, nomeado Parque da Juventude, manteve a maioria das construções já existentes e setorizou a área em três partes: Parque Institucional, com os edifícios da casa de detenção; Parque Central, que concentra toda a área verde; e o Parque Esportivo, composto por pista de skate, dez quadras poliesportivas e circuito de arborismo. (ARCHDAILY, 2017).

No setor Institucional foram mantidos dois edifícios – Pavilhões 4 e 7 – em área larga e descoberta, voltados para a Avenida. Com acesso direto à estação de metrô Carandiru através de marquises, a área liga os setores Central e Esportivo. (ARCHDAILY, 2017).

FICHA TÉCNICA

Escritório aflalo/gasperini arquitetos Local: SP, Brasil Início do projeto: 2002

Conclusão da obra: 2007 Área do terreno: 240.000 m²

Tipo de obra: Complexos esportivos Tipologia: Esporte

Materiais predominantes: Concreto / Vidro

Diferenciais técnicos: Sustentabilidade

Ambientes e Aplicações: Corredores e caminhos; Áreas de convivência; Áreas de lazer; Átrios; Brises-soleils; Escadas externas e rampas; Estruturas Moldadas in loco em concreto; Fachadas de edifícios; Guarda-corpos; Passarelas; Pilotis; Praças e parques.

Figura 21 – Croqui



Fonte: Archdaily

Figura 22 - Implantação



Fonte: Archdaily

Figura 23 – Alambrados

Fonte: Archdaily

Figura 24 - Praça

Fonte: Archdaily

5. MÉTODO

5.1. Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa é uma metodologia de caráter exploratório. Seu foco está no caráter subjetivo do objeto analisado. Em outras palavras, busca compreender o comportamento do consumidor, estudando as suas particularidades e experiências individuais, entre outros aspectos. Nesse método, as respostas costumam não ser objetivas, ou seja, os resultados obtidos não são contabilizados em números exatos. (ROCHA. 2017)

Esse tipo de pesquisa serve como um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Com a pesquisa qualitativa, os entrevistados estão mais livres para apontar seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados como objeto de estudo. (SIGNIFICADOS, 2018)

Neste trabalho de conclusão de curso, os resultados apresentados são de abordagem qualitativa, pois, dentro do tema abordado – “Projeto de Revitalização para o CEDEL” – é o que oferece melhores recursos para o levantamento dos estudos de campo, onde os procedimentos analíticos podem ser definidos previamente; tendo em vista a melhora da qualidade de vida de seus usuários.

5.2. Método Dedutivo

Segundo Torres (2008), embora encontre larga aplicação em ciências como a física e a matemática, algumas objeções já foram apresentadas ao método dedutivo. Uma delas é a de que o raciocínio dedutivo é tautológico e, portanto, permite concluir de maneiras diferentes a mesma afirmação, sem acrescentar informações que já se sabia.

Já para o autor Gil (1999), o método dedutivo é “um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos”, necessários a investigação científica. Como o conhecimento científico fundamenta-se na razão, quando o raciocínio é dedutivo, tem validade e suas premissas são verdadeiras, a conclusão é por consequência verdadeira.

Para utilizar esse método dedutivo, procura-se, partindo de princípios verdadeiros, estabelecer relações das necessidades e das possibilidades que venham ser propostas, para à partir de um raciocínio lógico, desenvolver esta pesquisa de intervenção e revitalização do CEDEL. Leva-se em consideração a base das pesquisas, que buscaram informações em níveis internacionais e nacionais, para que se pudesse fazer a proposta local.

5.3. Estudos De Caso

Um estudo de caso é uma pesquisa que aborda algum fenômeno atual. O objetivo é entender como ou porque determinado evento acontece. Essa estratégia é bastante utilizada em investigações sobre aspectos da sociedade, tudo, conforme critérios científicos de avaliação. (NETO, 2002).

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. (GIL, 2008, p. 58).

Os estudos de caso são referências projetuais, geralmente clássicos da arquitetura, que os alunos tomam como referência para desenvolver seu projeto. Nesse intuito, pretende-se explorar as necessidades sócio esportivas da comunidade local, cujos limites não estão claramente definidos e explicar as variáveis causais em situações que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. O estudo de caso para esta proposta, visa readequar equipamentos e instalações já existentes no complexo CEDEL.

6. REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Praça Victor Civita / Levisky Arquitetos e Anna Julia Dietzsch**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>> Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Alberto Simões / Idom**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/798623/parque-alberto-simoes-idom>> Acesso em: 21. Ago. 2018.

_____. **Parque da Juventude: Paisagismo como ressignificador espacial**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/880975/parque-da-juventude-paisagismo-como-ressignificador-espacial>> Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Placemaking Brasil: O Especialista é a Comunidade**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/tag/placemaking-brasil>> Acesso em: 21 ago. 2018.

Associação Brasileira de Normas Técnicas **NBR 9050:2015**. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro; ABNT,2015.

BARROW, Harold M.& Brown, Janie P.- **MAN and MOVEMENT: Principles of Physical Education**. Philadelphia, Lea & Febiger, 4ª edição, 198, pgs. 86-8.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: centro gráfico, 1988. 292p.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica e 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

CORREIO POPULAR. **Revitalização De Praças E A Cidadania**. Disponível em: https://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/10/capa/editorial/110351-revitalizacao-de-pracas-e-a-cidadania.html> Acesso em 14 ago. 2018.

CUNHA, **Um Estudo Da Reabilitação E Revitalização Da Obra Do Porto Maravilha**. Disponível em: <https://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10022348.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2018.

DE BORTOLI, Ângela Luciana. **Revitalização de Espaços Urbanos. Revista Eletrônica da Fanese**. Disponível em: <http://app.fanese.edu.br/revista/wp-content/uploads/artigo-10-revitalizacao-de-espacos-urbanos-motivos-para-os-moradores-frequentarem-a-praca-durval-de-andrade.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2018.

GAETE, Constanza Martínez. **Os Espaços Públicos E A Saúde Mental**. Disponível em: <http://www.psicologiahailtonyagiu.psc.br/materias/ponto-vista/746-os-espacos-publicos-e-a-saude-mental>> Acesso em: 04 ago. 2018.

GALERIA DA ARQUITETURA, 2016. **Referências de Ambientes/Praças e Parques**. Disponível em: <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projetos/referencias-ambientes-c/156/pracas-e-parques/>> Acesso em: 10 set. 2018, 12:21:19h.

GALHARDO, Leonardo Contreras Gouvêa - **Um Estudo Da Reabilitação E Revitalização Da Obra Do Porto Maravilha**. Disponível em: <monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10022348.pdf>> Acesso em: ago. 2018, às 18:22:34.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. In SILVA, E. L. da e MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3ª Ed. Revisada e atualizada. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>> Acesso em 30 Ago. de 2018, às 18:22:34.

HERNANDO, Juan Andrés. **Gestão Desportiva do Cruyff Institute**. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/.../1/Dissertação%20Ines%20Barreto.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2018.

Ji-PARANA, **Lei 2187, 24 de Agosto de 2011**. Dispõe sobre desenvolvimento urbano no município de Ji-Paraná/Rondônia.

_____. **Lei 17, de 05 de Dezembro de 1983**. Dispõe o Código de Postura do Município de Ji-Paraná/Rondônia.

_____. **Lei 18 de Dezembro de 1983**. Dispõe o Código de Obras do Município de Ji-Paraná/Rondônia.

LABICS. Labics: Piazza Fontana, Quinto de Stampi, Rozzano. Disponível em: <https://www.domusweb.it/en/architecture/2009/10/01/labics-piazza-fontana-quinto-de-stampi-rozzano.html>> Acesso em 11 ago. 2018, 08:49:33h.

MATTOS, Elisabeth de. 1994 Tradução Para Fins Didáticos. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAewyoAK/historia-esporte>> Acesso em: 30 ago. 2018, às 18:22:34

MENEZES, Marlucci. **Portugal - A Praça Do Martim Moniz: Etnografando Lógicas Socioculturais De Inscrição Da Praça No Mapa Social De Lisboa**. Disponível em: – http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832009000200013&script=sci_arttext&tlng=es. > Acesso em: 11ago. 2018, às 17:38:12.

MONTEIRO, Regina Clare. **Pesquisa qualitativa como opção Metodológica. Pro-posições**, [S.L]1991.Disponívelem:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644453/11876>>. Acesso em: 21 ago. 2018, as 17:38:12.

MORETTI, Mariana. **5 Benefícios Importantes Que As Praças Oferecem** · Praças. Disponível em: <https://www.pracas.com.br/blog/5-beneficios-importantes-que-as-pracas-oferecem>> Acesso em: 11 ago. 2018,17:38:12.

NEFS, Merten. **Subculturas E Revitalização Urbana: Experiências Recentes Em Amsterdã, Berlim E São Paulo**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313779703_Subculturas_e_revitalizacao_urbana_experiencias_recentes_em_Amsterda_Berlim_e_Sao_Paulo>. Aceso em: 11 ago. 2018, 17:38:12.

NESSIE. **@ Bologna Water Design**. Disponível em: <http://www.bscapestudio.com/news/nessie-bologna-water-design-2012>> Acesso em: 21 ago. 2018, 15:40:10.

NETO, J. A. M. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.
RAMOS, Mariel. **Projeto Praças: Urbanista Estimula Moradores A Darem Vida Nova Aos Espaços Públicos** Disponível em: <https://socialgoodbrasil.org.br/2015/projeto-pracas-urbanista-estimula-moradores-darem-vida-nova-aos-espacos-publicos>> Acesso em: 11 ago. 2018.

ROBBA, Fabio. MACEDO, Silvio Soares. **Praças Públicas: Origem, Conceitos E Funções**. Disponível em: <http://app.fanese.edu.br/revista/wp-content/uploads/artigo-10-revitalizacao-de-espacos-urbanos-motivos-para-os-moradores-frequentarem-a-praca-durval-de-andrade.pdf>

ROCHA, Hugo. **O Que É Pesquisa Qualitativa, Tipos, Vantagens, Como Fazer E Exemplos**. Disponível em: <https://klickpages.com.br/blog/o-que-e-pesquisa-qualitativa/>. > Acesso em: 02 set. 2018, 07:02:14h

ROQUETTE, João. **Ciências do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa**. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/.../1/Dissertação%20Ines%20Barreto.pdf>> Acesso em:04 ago. 2018. Acesso em: 04 ago. 2018.

RONDÔNIA, **Lei nº3.924 de 17 de outubro de 2016**. Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências.

SYGIC TRAVEL. **Praça de Espana**. 2017. Disponível em: <https://travel.sygic.com/pt/poi/praca-de-espanha-poi:4458>> Acesso em: 11 ago. 2018, 08:22:54h.

SIGNIFICADOS. **O Que É Pesquisa Qualitativa**. 2011-2018. Disponível em: <https://www.significados.com.br>. > Acesso Em: 02 set. 2018, 09:21:17h.

TORRES, J. **Método dedutivo VS método indutivo.** Disponível em: <http://precodosistema.blogspot.com/search?q=dedutivo+e+indutivo>. Acesso em 30 ago. 2018, às 17:38:12

VAZ, Emanuel Rufino Lobo da Costa. 2014 - **As Noções De Valor E Serviço No Espaço Público.** Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/281870113701979/dissertacao.pdf>> Acesso em 21 ago. 2018, 07:10:22h.

7.DADOS PARA CORRESPONDÊNCIA

7.1.NOME

Débora Roberta de Souza Ribeiro

7.2.ENDEREÇO

Rua Cedro, número 2411, bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO

7.3.TELEFONES

7.3.1.Residencial (69) 3423-6378

7.3.2.Celular (69) 9 8400-4731

7.4.EMAIL

arq_debora@hotmail.com

Projeto aceito em ____/____/____

Professor(a) Orientador(a) de TCC I

APÊNDICE B
PESQUISA DE CAMPO

PESQUISA DE CAMPO PARA TCC

QUESTIONÁRIO / FORMULÁRIO / ENTREVISTA

Local: Centro Desportivo Walmar Meira - CEDEL

Autora: Débora Roberta de Souza Ribeiro

Título/ Tema do TCC: Projeto de Revitalização para o Cedel do município de Ji-Paraná-RO.

Perfil do Respondente:

Usuários do Cedel, Moradores do bairro, esportistas e comerciantes do entorno.

Objetivo da pesquisa:

Identificar o que a população/usuários necessitam e esperam de um parque urbano e quais as deficiências do Cedel.

Como a pesquisa foi feita:

Através de questionário e conversas informais – questões que serviram como guia para uma interação direta entre pesquisador e entrevistado.

Questões:

Identificação: Nome, Idade, Sexo

Questão 1 – Qual a sua frequência de utilização do Cedel?

Questão 2 – Você considera o Cedel importante para a comunidade?

Questão 3 – Quais os equipamentos que você utiliza no Cedel?

Questão 4 – Você considera o espaço físico adequado e seguro para a comunidade?

Questão 5 – Você considera a iluminação do Cedel suficiente e adequada?

Questão 6 – Em sua opinião o que poderia ser melhorado no Cedel?

Professor Orientador:

Vladimir José Chagas.

PESQUISA DE CAMPO PARA TCC

Este questionário é parte de uma pesquisa sobre meu Trabalho de Conclusão de Curso e suas respostas são muito importantes para a fase exploratória deste estudo para mim! Desde já, agradeço-lhe por sua colaboração

OBJETIVO: Identificar o que a população/usuários necessitam e esperam de um parque urbano e quais as deficiências do Cedel.

NOME _____

SEXO:

() Masculino () Feminino

IDADE: () anos.

1. Qual a sua frequência de utilização do CEDEL?

() 1x a 5x por semana () 2x a 3x por mês
() Esporadicamente

2. Você acha importante o CEDEL para a comunidade?

() Sim () Não

3. Quais os equipamentos que você utiliza no CEDEL?

() Quadras () Pistas (caminhada, skate, bocha)
() Academia Pública () Playground

4. Você considera o espaço físico adequado e seguro para os usuários?

() Sim () Não

Porque? _____

5. Você considera a iluminação do CEDEL suficiente/adequada?

() Sim
() Não

6. Em sua opinião o que poderia ser melhorado no CEDEL?

ANEXOS

**ANEXO I****CARTA DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO**

Eu, Vladimir José Chagas
professor efetivo do curso de Arquitetura e Urbanismo
aceito orientar o trabalho de conclusão de curso do aluno Felipe Roberto de Sousa Ribeiro
de acordo com a linha de pesquisa abaixo, cumprindo os deveres e atuações do orientador previsto no
Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário São Lucas.

Linha de pesquisa: Projeto de Revitalização do Cedel do Município de Ji-Paraná

Assim, comprometo-me a desenvolver um plano de trabalho com o orientando que será executado pelo mesmo
e conduzido por minha atuação profissional e científica.

Assinatura do professor orientador: Vladimir José Chagas

Assinatura do Orientando: Felipe R. de S. Ribeiro

Ji-Paraná, 14 de Fevereiro de 2019.



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DOCENTE EM BANCA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Declaro a quem possa interessar que o(a) professor(a) Vladimir José Chagas participou como orientador da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário São Lucas, do(a) acadêmico(a): Deborah Roberta de Souza Ribeiro com as especificações abaixo: Título do Trabalho: Projeto de Revitalização do CedeL.

Banca Examinadora:

- 1) ME. VLADIMIR JOSÉ CHAGAS
- 2) ARIADNE FERNANDES ALVES GOES

Ji-Paraná, 14 de Junho de 2019.

ALESSANDRO ALVES DA SILVA

Obs.: Todos os campos devem ser digitados, utilizando o gênero adequado à cada componente da banca.



ANEXO IV

ATA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ATA Nº ____/____ DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No 11 dia do mês de junho de 2019, no horário das 14:00 às 14:20 reuniram-se o(a) Orientador(a) professor(a) Vladimir José Chagas e os(as) professores(as) Ariadne Fernandes Alves e Thaylana Paula da Silva para comporem Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a presidência do(a) primeiro(a), para analisarem a apresentação do trabalho "Projeto de Revitalização do Cedeu do Município de Ji-Paraná - RO". Após arguições e apreciação sobre o trabalho exposto foi atribuída à menção como nota do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) acadêmico(a): Debora Roberta de Souza Ribeiro

Obs: Trabalho de Conclusão de Curso () aprovado ou () reprovado com nota total de _____
 (_____) pontos, sendo atribuídos o valor _____
 (_____) ao trabalho escrito e _____
 (_____) à apresentação oral.

Debora Ribeiro
 DÉBORA ROBERTA DE SOUZA RIBEIRO

 ARIADNE FERNANDES ALVES GOES

 THAYLANA PAULA DA SILVA

 ALESSANDRO ALVES DA SILVA

Vladimir José Chagas
 ME. VLADIMIR JOSÉ CHAGAS

Obs.: Com exceção dos campos de preenchimento das notas, todos os demais campos devem ser digitados com antecedência, utilizando o gênero adequado à cada componente da banca.



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO

Eu, Vladimir José Chagas,
orientei o trabalho intitulado "Projeto de Revitalização para o Cedei"
de autoria do(a) aluno(a) Deborah Roberto de Souza Ribeiro
e declaro para os devidos fins, que o trabalho está qualificado para ser avaliado por banca de professores
do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro
Universitário São Lucas e me responsabilizo pela qualidade dos resultados apresentados.

Ji-Paraná, 14 de Junho de 2019.

Vladimir José Chagas
ME. VLADIMIR JOSÉ CHAGAS



ANEXO VI

LICENÇA DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

Autor: Débora Roberta de Souza Ribeiro
 RG.: 690339 CPF: 642.663.202-30 E-mail: reg-debora@hotmail.com
 Autor: _____
 RG.: _____ CPF: _____ E-mail: _____
 Orientador: Vladimir José Chagas Coordenação: _____
 Título do documento: Projeto de Revitalização Ponto CedeL

Termo de Declaração

Declaro que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declaro também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade. Declaro que, se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Faculdade São Lucas os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue. Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Faculdade São Lucas, declaro que cumpriu todas as obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Termo de Autorização

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo que: a Biblioteca Dom João Batista Costa da Faculdade São Lucas pode converter e disponibilizar gratuitamente em seu repositório institucional a obra em formato eletrônico de acordo com a licença pública Creative Commons CC BY-NC-ND; que pode manter mais de uma cópia da obra depositada para fins de segurança, back-up e/ou preservação. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Ji-Paraná, 14 de junho de 2019.

Débora Ribeiro

DÉBORA ROBERTA DE SOUZA RIBEIRO